

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM HISTÓRIA - PPGH
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS

SÔNIA PELISSER

**Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis: um estudo sobre a precarização e a
organização do trabalho em Foz do Iguaçu/PR (1990-2009)**

Marechal Cândido Rondon

2010

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM HISTÓRIA - PPGH
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS

SÔNIA PELISSER

Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis: um estudo sobre a precarização e a organização do trabalho em Foz do Iguaçu/PR (1990-2009)

Trabalho apresentado à Banca Examinadora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Marechal Cândido Rondon, como exigência para a obtenção do Título de Mestre em História, sob a orientação do Prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi.

Marechal Cândido Rondon

2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

P384c	Pelisser, Sônia Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis: um estudo sobre a precarização e a organização do trabalho em Foz do Iguaçu/PR (1990-2009) / Sônia Pelisser. - Marechal Cândido Rondon, 2010. 128 p.
	Orientador: Prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi
	Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2010.
	1. Catadores de materiais recicláveis - Cooperativa. 2. Catadores de materiais recicláveis - Precarização do trabalho. 3. Catadores de materiais recicláveis - Organização do trabalho. I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. II. Título.
	CDD 21.ed. 331.798 305.56 361.3 CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini Leitzke CRB-9/539

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM HISTÓRIA - PPGH
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS

SÔNIA PELISSER

Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis: um estudo sobre a precarização e a organização do trabalho em Foz do Iguaçu/PR (1990-2009)

Dissertação de Mestrado apresentada como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon.

Marechal Cândido Rondon, ____ de _____ de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi (Orientador – UNIOESTE)

Prof^ª. Dra. Carla Luciana Souza da Silva (UNIOESTE)

Prof^ª. Dra. Janete Luzia Leite (UFRJ)

Prof^ª. Dra. Esther Luíza de Souza Lemos (UNIOESTE)

À Catarina Pelisser, minha mãe.

À Sergio Pelisser, meu pai, in memoriam.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Dr. Antônio de Pádua Bosi, pela orientação neste trabalho e durante toda minha trajetória de pesquisa iniciada na graduação. Registro sua importância na minha formação, através de suas aulas, de seus conselhos, orientações, conversas, enfim, pela confiança depositada e pela amizade.

Destaco também a contribuição da Professora Dra. Aparecida Darc de Souza, especialmente durante o período em que me preparava para a seleção de mestrado, com as leituras para a prova e a confecção do projeto de pesquisa apresentado, e por quem tenho grande consideração.

De modo geral, agradeço aos professores da graduação e do curso de mestrado, aqueles que buscaram, além da formação dos alunos, a construção de um ensino de qualidade. Também aos colegas de turma com quem pude trocar ideias e discutir durante a trajetória da pesquisa.

À Iraci Urnau, pelo carinho, pela paciência e disposição em sempre nos ajudar.

Aos professores da banca de qualificação e de defesa, que deram importantes contribuições para este estudo, aceitando discutir meu trabalho. Também aos membros do Laboratório Trabalho e Movimentos Sociais.

À Capes pela possibilidade de dedicação integral à esta pesquisa e à Fundação Araucária pelos recursos que possibilitaram a participação da Professora Janete Luzia Leite na banca de qualificação e defesa deste trabalho.

À Cíntia Fiorotti Lima, grande amiga, por todas as contribuições e discussões em que sempre esteve disposta, pelas sugestões, e por sempre estar presente, não somente em relação ao trabalho e à pesquisa, mas também pela amizade sincera que construímos.

A todos os catadores que contribuíram de alguma forma para a construção deste trabalho. Aos entrevistados, pela disposição em conversar e expor suas trajetórias e condições de vida e de trabalho, durante o horário de trabalho ou nos momentos de descanso em seus lares, muito gentis ao me receberem. Agradeço pelo aprendizado proporcionado e pelo amadurecimento ao longo da pesquisa.

Por fim, agradeço ao Diogo Bilibio pelo carinho e atenção durante o período final da realização deste projeto, e a todos os amigos e amigas que estiveram presentes nestes últimos anos, mesmo em períodos de grande ausência minha.

Um agradecimento especial à minha família. Catarina Pelisser, por sempre estar ao meu lado, Eduardo Pelisser e Adir. Agradeço também à Anne, minha mascote, por sempre estar literalmente ao meu lado durante todo o tempo que passei em frente ao computador e aos livros.

Cidadão de Papelão

(O Teatro Mágico. Composição: Fernando Anitelli e Maíra Viana)

O cara que catava papelão pediu
 Um pingado quente, em maus lençóis, nem voz
 Nem terno, nem tampouco ternura
 À margem de toda rua, sem identificação, sei não
 Um homem de pedra, de pó, de pé no chão
 De pé na cova, sem vocação, sem convicção

À margem de toda candura
 À margem de toda candura
 À margem de toda candura

Um cara, um papo, um sopapo, um papelão

Cria a dor, cria e atura
 Cria a dor, cria e atura
 Cria a dor, cria e atura

O cara que catava papelão pediu
 Um pingado quente, em maus lençóis, à sós
 Nem farda, nem tampouco fartura
 Sem papel, sem assinatura
 Se reciclando vai, se vai

À margem de toda candura
 À margem de toda candura

Homem de pedra, de pó, de pé no chão

Não habita, se habitua
 Não habita, se habitua

RESUMO

A presente pesquisa discute as formas de organização do trabalho dos catadores de materiais recicláveis, em Foz do Iguaçu, sejam os organizados em cooperativa ou grupos informais e familiares sejam ainda os que trabalham de forma avulsa, sem nenhum vínculo. Para compreender a forma pela qual a cooperativa surge, no século XIX, fez-se um levantamento bibliográfico acerca do tema, cujo resultado indicou que esta forma de auto-organização de trabalhadores nasce como uma iniciativa de oposição à sociedade capitalista. Porém, a cooperativa aqui analisada não vivencia esses pressupostos iniciais deste tipo de organização, sobretudo porque, naquele contexto histórico, as cooperativas partiam da livre iniciativa dos trabalhadores, e, no caso aqui investigado, é o Estado (especificamente, a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu e a empresa Itaipu Binacional) que fomenta a formação dos centros de triagem instalados na cidade (barracões da cooperativa de catadores que integram o Programa Coleta Solidária). A partir deste ponto, investigam-se as relações entre esses trabalhadores, suas formas de organização e as iniciativas do Estado, analisando legislações pertinentes, fontes jornalísticas e documentos públicos que foram produzidos visando esses catadores. Esse esforço buscou evidenciar e entender as pressões sociais com as quais os catadores têm que lidar para constituir e reafirmar seu trabalho e sua presença na cidade. Por fim, discutem-se as relações de trabalho e a organização dos catadores, em Foz do Iguaçu, a partir das entrevistas realizadas, salientando como estes percebem e explicam sua própria trajetória como trabalhadores até o momento presente. Isso é realizado como forma de ter acesso às tensões e aos embates vividos e discuti-los, principalmente, em sua relação com o Estado. Em contraposição às noções de “cidadania” e “inclusão social”, que muitas vezes aparecem como justificativa, nos documentos oficiais pesquisados, abordam-se, neste trabalho, as noções desenvolvidas e interpretadas pelos próprios catadores.

Palavras-Chave: precarização do trabalho, catadores de materiais recicláveis, cooperativas.

ABSTRACT

This research discusses forms of labor organization among collectors of recyclable materials, in the city of Foz do Iguaçu, both those organized in cooperatives or in informal and family groups, and those who work independently, without any bonds. In order to understand the ways by which cooperatives emerge, in the XIXth century, gathering and review of literature on the subject was made, allowing for evidence that initiative of such a manner of self-organization of workers rose out of opposition to capitalist society. Nonetheless, the cooperative analyzed in the investigation does not function under the expressed assumptions about this kind of organization, mainly because cooperatives within that historical context started from workers' free gumption, and in the case under analysis the State (specifically the Municipality of Foz do Iguaçu and the Itaipu Binational entrepreneurship) foments the creation of sorting centers in the city (warehouses belonging to the collectors' cooperative participating in the "Solidary Collection Program"). From this point, relationships among these workers, their ways of organization, and the State's initiatives were investigated through the analysis of pertinent legislation, journalistic sources and public documents produced regarding those collectors. Such an effort tried to evidence, and understand social pressures collectors have to face in order to constitute themselves as workers, and to reaffirm both their labor and their presence in the city. Finally, labor relations and collectors' organization in Foz do Iguaçu are discussed, grounded on the interviews realized with the subjects, with emphasis upon how these latter perceive, and explain their own trajectory as workers up to the present time. Such was the way to get access to tensions and confrontations collectors have to experience, and to discuss them, in special regarding their relationship with the State. In opposition to the concepts of "citizenship" and "social inclusion" that many times appear as justifications in the official documents studied, this work focus on the notions developed and interpreted by the collectors themselves.

Keywords: precarization of labor. Collectors of recyclable materials. Cooperatives.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1. Imagem 1– Diagrama: Processo de produção de materiais reciclados no Brasil	34
2. Imagem 2 – Foz do Iguaçu. Localização dos Centros de Triagem em funcionamento...54	
3. Imagem 3 – Residência de catador não cooperado.....62	
4. Imagem 4 – Centro de Triagem Profilurb II.....90	
5. Imagem 5 – Centro de Triagem Profilurb II – Armazenamento de materiais para venda (interior do barracão).....90	
6. Imagem 6 – Centro de Triagem Profilurb II – Seleção de materiais coletados.....94	
7. Imagem 7 – Espaço ao lado da casa de catador não cooperado, utilizado para seleção e eventual armazenamento de materiais	95

LISTA DE TABELAS

1. Tabela 1 – Índices de reciclagem 2007	32
--	----

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	9
LISTA DE TABELAS	10
APRESENTAÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1	
1. PROBLEMATIZANDO O TEMA: COOPERATIVAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DEBATE	
1.1 Origens históricas do cooperativismo	17
1.2 A organização do trabalho dos catadores	29
1.3 O papel do Estado: primeira aproximação	37
1.4 Um balanço crítico sobre o direito à cidadania e à inclusão social	41
1.5 Considerações e encaminhamentos para a análise a partir da visão dos sujeitos históricos envolvidos	50
CAPÍTULO 2	
2. DINÂMICAS DE TRABALHO DA COOPERATIVA DE CATADORES DE FOZ DO IGUAÇU E SUA RELAÇÃO COM AS INICIATIVAS DO ESTADO	
2.1 Primeiras indagações sobre a cata de recicláveis	53
2.2 Quem são os catadores?.....	58
2.3 Os catadores e o Estado	69
CAPÍTULO 3	
3. RELAÇÕES DE TRABALHO E A ORGANIZAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM FOZ DO IGUAÇU	
3.1 A organização do trabalho dos catadores	74
3.2 Catadores e Estado: organização e embates	75
3.3 Organização do trabalho: exploração e preço dos materiais	88
3.4 Cidadania e estigmas sociais	98
3.5 Os catadores não cooperados.....	106
3.6 Os catadores cooperados	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
FONTES	
Fontes Primárias:	118
Fontes Secundárias:	120
Fontes Orais:.....	123
APÊNDICES	
Apêndice A – Roteiro para realização das entrevistas: catadores cooperados	125
Apêndice B – Roteiro para realização das entrevistas: catadores não cooperados	126

APRESENTAÇÃO

Trajetória de pesquisa

A pesquisa, da qual resultou este trabalho, começou no final do ano de 2003, com a participação no Grupo de Pesquisa “Trabalho Precarizado no Brasil Contemporâneo: um estudo comparativo do extremo oeste do Paraná”, coordenado pelo professor Antônio de Pádua Bosi e composto pelos alunos da graduação em História Cíntia Fiorotti Lima, Fernando Henrique Paz, Francisco Vol e Maralice Maschio.

As discussões realizadas neste grupo priorizaram a constituição de um estudo comparativo referente ao trabalho precarizado vivido pelos catadores de recicláveis nas cidades de Foz do Iguaçu, Guaíra, Marechal Cândido Rondon e Toledo, todas pertencentes ao Estado do Paraná. O primeiro projeto foi desenvolvido durante a iniciação científica sob o título “Catadores de recicláveis: a precarização do trabalho na cidade de Foz do Iguaçu”. Este estava voltado para as relações entre capital e trabalho, particularmente para a forma de como se estruturava o circuito capitalista de produção no setor de reciclagem na região.

As reflexões possibilitadas junto ao Grupo de Pesquisa ampararam a construção do Trabalho de Conclusão do Curso de História, defendido no ano de 2006, com o título “Cooperativismo e Precarização do Trabalho: análise sobre a cata de recicláveis na cidade de Foz do Iguaçu/PR (1990-2006)”. Foi realizado naquele projeto um breve balanço historiográfico acerca da compreensão sobre o tema do cooperativismo, desenvolvendo-se reflexões que possibilitaram a compreensão em torno do recém implantado Programa Coleta Solidária, na cidade de Foz do Iguaçu/PR. Outra preocupação presente naquele estudo estava em sistematizar a pesquisa que visou traçar um perfil sócio-econômico dos trabalhadores ocupados com a cata de materiais recicláveis na cidade. A partir da aplicação de questionários e da realização de entrevistas com catadores tanto cooperados quanto não cooperados, foram analisadas as redes de exploração, as condições de trabalho e de vida, e a maneira pela qual compreendiam sua inserção no mundo dos trabalhadores. Porém, algumas questões não puderam ser aprofundadas naquele momento, como as que se referem à relação entre estes trabalhadores e o Estado.

As lacunas que ficaram da monografia, além das preocupações e angústias que continuaram após o término da pesquisa, bem como o próprio desenvolvimento histórico mais recente da organização do trabalho dos catadores da região, motivaram a construção do projeto de pesquisa apresentado para o processo de seleção do mestrado. As discussões de orientação, as reuniões realizadas junto aos membros do Laboratório de Pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais” e as ideias trocadas com os colegas de turma, com os quais foi possível debater acerca do projeto, foram muito frutíferas no sentido de amadurecer e despertar algumas reflexões que puderam ser aprofundadas no decorrer da pesquisa.

Cabe ainda salientar, a importância das disciplinas cursadas, sendo que com as ofertadas pela Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais foi possível aprofundar questões relevantes ao desenvolvimento desta pesquisa, tanto no que se refere às questões teóricas, quanto às de ordens metodológicas, além da utilização da análise de estudos de casos discutidos em aula.

A disciplina optativa, ofertada pela Linha de Pesquisa Estado e Poder, possibilitou significativas discussões a respeito das relações destes trabalhadores e, sobretudo, das cooperativas analisadas em relação com o Estado. Ressalta-se que aquela disciplina foi cursada no primeiro semestre de 2009, momento em que a pesquisa já estava bastante encaminhada. Quanto às disciplinas obrigatórias, cabe mencionar a grande contribuição possibilitada pelas discussões realizadas junto à turma de 2008 em Seminário de Pesquisa, ministrada pela professora Sônia Regina de Mendonça. Nesta, além dos seminários de discussão dos projetos e de textos teórico-metodológicos, foi possível aprofundar as questões sobre o objeto e a problemática da pesquisa, no trabalho apresentado como parte da avaliação da mesma.

Neste sentido, a questão central dessa dissertação diz respeito aos catadores que trabalham na cidade de Foz do Iguaçu e suas experiências com a constituição de uma cooperativa. Foi examinada a realidade vivida pelos catadores não cooperados e cooperados, particularmente no que se refere à relação estabelecida com o Estado, isto é, a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, a Itaipu¹ e a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, ligada ao Ministério do Trabalho e do Emprego.

¹ Itaipu Binacional – Localizada na fronteira entre Brasil (Foz do Iguaçu) e Paraguai (Ciudad del Este). “Em uma região com mais de 12% da água doce do planeta, o Rio Paraná marca fronteira de Brasil e Paraguai. Décimo do planeta em volume de água, ele move a maior usina hidroelétrica do mundo em geração de energia, Itaipu Binacional. Uma potência hidráulica que tem início em 1973 com a assinatura do Tratado de Itaipu. Ele gera uma entidade única. Não é empresa pública, nem sociedade anônima, rege-se pelo próprio documento que a originou, e pelas normas de direito público internacional. Uma empresa de dois povos, unidos por um rio e por

Alguns apontamentos metodológicos

Entre julho de 2008 e março de 2009 produziram-se doze entrevistas com catadores cooperados e não cooperados. Neste período foi possível conhecer as estruturas de todos os barracões instalados na cidade e conversar com muitos catadores em seu ambiente de trabalho. É válido mencionar ainda que, foi a partir de novembro de 2008 que passei a receber uma bolsa de estudos, a qual possibilitou a dedicação exclusiva ao desenvolvimento desta pesquisa. Antes disso, as atividades do mestrado foram conciliadas com uma jornada de trabalho de quarenta horas semanais em escola da rede pública de ensino, localizada em um distrito de Marechal Cândido Rondon.

Quanto à produção e ao tratamento dispensado às fontes orais, tentou-se pautar a metodologia de trabalho a partir do estudo da realidade vivida pelos trabalhadores, priorizando suas próprias elaborações de memória e relatos de suas experiências vivenciadas no cotidiano de trabalho².

Durante as análises de entrevistas, buscou-se salientar os recortes feitos pelos depoentes já como um critério, pois os trabalhadores selecionam em suas falas aquilo que julgam ser relevante, como momentos e eventos vividos em suas trajetórias. Os relatos produzidos carregam ainda as determinações provenientes da conjuntura das relações sociais vividas pelo sujeito, pautado pelas relações experimentadas no presente.

Utilizou-se um roteiro de questões como referência para orientar a realização das entrevistas, mas evitou-se segui-lo rigorosamente. Assim, mudou-se a direção das questões sempre que os entrevistados sugeriam assuntos e interpretações não previstos pelo roteiro.

Além do trabalho direto com os catadores, realizaram-se diversas visitas à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, na Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, para levantamento de documentos oficiais produzidos pela Prefeitura e documentos da cooperativa que lá são

um desafio. 1975 começa a grande obra”. Disponível em: <http://www.itaipu.gov.br>. Acesso em: 02 de setembro de 2009.

² Com os projetos desenvolvidos durante a graduação, pude aplicar questionários e roteiros de entrevistas com catadores não cooperados e os cooperados do primeiro barracão da cooperativa implantado com o Programa Coleta Solidária. Na pesquisa da graduação, o roteiro aplicado possuía 26 questões que visavam dar um direcionamento à fala dos depoentes, buscando explanações sobre os assuntos relevantes no estudo, como, por exemplo, sua trajetória ocupacional, elementos de sua renda e trajetória de vida, buscando revelar recentes mudanças nos mundos dos trabalhadores.

arquivados³. Quanto ao papel da Itaipu neste processo, efetuaram-se contatos por telefone e foi recebido via e-mail vários documentos relativos ao trabalho dos catadores. Também houve a participação no Encontro Cultivando Água Boa⁴, atividade de pesquisa importante, porque permitiu conhecer a forma como os catadores se percebem neste processo, além de ter sido um momento interessante para estabelecer contatos com estes, uma vez que se faziam presentes naquele evento. Além disso, algumas visitas foram feitas ao Foztrans⁵ para esclarecimentos sobre a lei que visa regulamentar e disciplinar o trânsito de “veículos de tração animal” na cidade⁶.

Após a realização da pesquisa de campo, foi possível refletir e analisar com mais clareza as questões propostas e reformuladas com o desenvolvimento do projeto de pesquisa. Neste sentido, observei com mais cuidado algumas noções apresentadas pelos trabalhadores e pelos representantes do Estado. As percepções dos catadores acerca do desenvolvimento do processo histórico vivenciado por eles, se pautaram em determinados aspectos referentes ao modo pelo qual experimentaram as mudanças no mundo do trabalho, indicando, principalmente, trajetórias marcadas por seguidas e dramáticas perdas das condições de trabalho e por contínuas mudanças nos modos de trabalhar. Estas são as principais dimensões da realidade vivida pelos catadores investigados que procurou-se organizar e discutir nesta dissertação.

A pesquisa sistematizada

O texto resultante do desenvolvimento da pesquisa é composto por três capítulos. No primeiro capítulo, *Problematizando o Tema: Cooperativas e Economia Solidária em Debate*, busca-se discutir e tomar uma posição em relação às discussões sobre o cooperativismo e a *economia solidária* no Brasil, temas abordados em perspectiva histórica desde suas origens, na Inglaterra do século XIX. Visa-se, ainda, traçar um quadro acerca das experiências de

³ Os documentos dos nove barracões da cooperativa são arquivados na Secretaria de Meio Ambiente, destinada a auxiliar no fomento e organização de todas as unidades instaladas, ao menos de forma inicial.

⁴ Encontro promovido pela Itaipu para discutir ações do Programa Cultivando Água Boa, que “visa estabelecer critérios e condições para orientar as ações socioambientais relacionadas com a conservação dos recursos naturais e centradas na qualidade e quantidade das águas e na qualidade de vida das pessoas”. Disponível em: <http://www.itaipu.gov.br>. Acesso em: 02 de setembro de 2009. A Itaipu promove anualmente um Encontro para discutir as ações do Programa.

⁵ Instituto de transportes e trânsito de Foz do Iguaçu – Foztrans.

⁶ Especialmente visando aos catadores que trabalham com o auxílio de animais para a tração dos carrinhos de transporte de materiais recicláveis.

organização coletiva de trabalhadores e compreender os aspectos da exploração e divisão do trabalho presentes nas cooperativas. Outro ponto importante refere-se ao relacionamento destes trabalhadores e suas formas de organização com as iniciativas do Estado, quando por fim, são problematizadas as noções de *cidadania* e *inclusão social*, utilizadas em grande medida para justificar os programas de *geração de renda* do governo federal.

O segundo capítulo, *Dinâmicas de Trabalho da Cooperativa de Catadores de Foz do Iguaçu e sua Relação com as Iniciativas do Estado*, é uma tentativa de compreender de que forma se estrutura o trabalho da cata na cidade de Foz do Iguaçu, buscando desenvolver a hipótese de que a trajetória ocupacional de alguns catadores pode evidenciar a formação de uma superpopulação relativa de trabalhadores funcional à reprodução do capital na região. Por fim, a partir de documentos oficiais, como materiais produzidos pela Itaipu, Prefeitura Municipal, Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e legislações, em relação às noções desenvolvidas pelos próprios trabalhadores, busca-se entender de que modo o Estado age fomentando as cooperativas, disciplinando e legalizando o trabalho dos catadores de materiais recicláveis através de ações justificadas pelas rubricas de *inclusão social* e *geração de renda*.

No terceiro capítulo, *Relações de Trabalho e a Organização dos Catadores de Materiais Recicláveis em Foz do Iguaçu*, busca-se discutir e apresentar a maneira pela qual se organiza o trabalho dos catadores de materiais recicláveis na cidade de Foz do Iguaçu, tanto dos catadores cooperados quanto daqueles que desenvolvem sua atividade de forma avulsa. Outro ponto relevante para análise refere-se aos embates travados com o Estado, no que diz respeito às ações e programas desenvolvidos, os quais visam a organização e a disciplinarização dos trabalhadores desta categoria. Como forma de entendimento sobre a estruturação do setor da reciclagem a partir da ótica dos catadores, situam-se algumas considerações apresentadas por eles no que se refere à exploração e ao preço que recebem pela venda dos materiais recolhidos cotidianamente pelas ruas da cidade. Em contraponto com a compreensão teórica apresentada no primeiro capítulo, propõem-se alguns apontamentos surgidos durante as entrevistas sobre o significado social do conceito de *cidadania* e a forma pela qual os catadores percebem os preconceitos que sofrem por desenvolverem a atividade da catação.

CAPÍTULO 1

1. PROBLEMATIZANDO O TEMA: COOPERATIVAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DEBATE

1.1 ORIGENS HISTÓRICAS DO COOPERATIVISMO

As primeiras tentativas de constituição de cooperativas lideradas por operários surgiram como uma possibilidade de oposição ao capitalismo industrial no século XIX. Tais experiências partiram, sobretudo, do movimento socialista. Como será verificado adiante, é somente neste sentido que as cooperativas podem ser entendidas como propostas anticapitalistas e, que deste modo, constituíam-se como um instrumento de luta socialista⁷.

A historiografia remete à formação da primeira cooperativa no ano de 1844, na Inglaterra. Tratava-se de uma cooperativa de consumo no setor têxtil, fundada por 28 trabalhadores, a maioria tecelões, que ficou conhecida como *Os Pioneiros Equitativos de Rochdale*. Segundo as considerações de Singer⁸ (1999), a matriz de todas as experiências cooperativistas contemporâneas encontra-se na iniciativa do século XIX em Rochdale, inicialmente uma cooperativa de consumo, fundada sob o nome “Society of Equitable Pioneers”. Esta experiência prosperou, sendo que cinco anos depois, em 1849, aquela cooperativa contava com 390 sócios. Em 1850, estes mesmos sócios fundaram o “moinho Cooperativo de Rochdale”, uma cooperativa de produção.

Porém, Singer (1999) reconhece que já haviam sido criadas outras organizações sob autogestão de trabalhadores, lideradas pelos movimentos owenista⁹ e cartista¹⁰. Com

⁷ As reflexões sobre o tema ancoram-se nas discussões travadas no seio do Partido Socialdemocrata Alemão, “que ocupava uma posição central no movimento socialista de então” (BENJAMIN, apud LUXEMBURGO, 1990, p. 8), ao final do século XIX, entre Rosa Luxemburgo e Eduard Bernstein. Ver: LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma Social ou revolução?* Global Editora: São Paulo, 1990.

⁸ Economista nascido na Áustria, obteve cidadania brasileira em 1954. Foi trabalhador metalúrgico como eletrotécnico e na década de 1950 militava no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, antes de ingressar na vida acadêmica. Em 1980 participou da fundação do PT. Em 1988 foi Secretário Municipal de Planejamento de São Paulo. Em 2003 assumiu a recém criada Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), instituída por determinação do Presidente da República, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, cargo que ainda ocupa. Disponível em: www.itcpfgv.org.br. Acesso em: 02 de setembro de 2009.

⁹ Devido aos altos níveis de exploração vivenciados durante a Primeira Revolução Industrial, alguns industriais que se preocupavam com a situação dos trabalhadores, como Robert Owen, pautaram a limitação da jornada de

existência documentada, o autor pôde identificar a fundação de moinhos de cereais com bases cooperativistas em 1760, criadas por empregados de estaleiros em Woolwich e Chatham. Neste sentido, estes moinhos buscavam, sobretudo, uma alternativa aos altos preços cobrados pelos cereais vendidos por moleiros, devido à formação de um monopólio local.

Singer (2002) menciona ainda, que as organizações de autogestão de trabalhadores só foram idealizadas e surgiram devido às chamadas revoluções industriais, que por sua vez só tornaram-se viáveis através da concentração de capital, que possibilitou o surgimento de novos meios de produção e distribuição. A estes elementos aliou-se o desenvolvimento das possibilidades de transporte de novas mercadorias.

A partir destas transformações sociais, uma evidência de tal processo histórico pode ser encontrada através da análise de antigos modos de trabalhar, que foram mantidos através de gerações até então, sendo destruídos pelos novos padrões de produção industrial. Porém, para Singer (2002), estes antigos modos de trabalhar não foram completamente dizimados, mas convertidos “num modo marginal e subordinado” (2000, p. 12). Assim, os trabalhadores não utilizados no regime industrial não foram absorvidos em sua totalidade pela produção capitalista. Segundo Anwar Shaikh (apud BOTTOMORE, 2001, p. 144):

A existência de uma reserva de força de trabalho desempregada e parcialmente empregada é uma característica inerente à sociedade capitalista, criada e reproduzida diretamente pela própria acumulação do capital, a que Marx chamou exército de reserva do trabalho ou exército industrial de reserva. A acumulação de capital significa o crescimento deste, mas significa também novos métodos de produção, de maior escala e mais mecanizados, que a concorrência obriga os capitalistas a adotar. O crescimento do capital aumenta a demanda por trabalho, mas a mecanização substitui os trabalhadores por máquinas e, com isso, reduz a demanda.

trabalho e a proibição do emprego de crianças, inclusive construindo escolas para tanto. “Em 1817, Owen apresentou um plano ao governo britânico para que os fundos de sustento aos pobres, cujo número estava se multiplicando, em vez de serem meramente distribuídos, fossem invertidos na compra de terras e construção de Aldeias Cooperativistas. [...] A primeira cooperativa owenista foi criada por George Mudie, que reuniu um grupo de jornalistas e gráficos em Londres e propôs que se formasse uma comunidade para juntos viverem dos ganhos de suas atividades profissionais” (SINGER, 2002, 25-27).

¹⁰ Os operários, buscando organizarem-se no contexto de deteriorização dos novos modos produtivos e organização social e urbana durante o período da chamada Revolução Industrial, ao final da década de 1830, pautavam suas reivindicações a partir de melhorias de sua situação imediata. Tal movimento ficou assim conhecido por seu principal documento, a *Carta do Povo*. Foi considerado o primeiro movimento independente da classe trabalhadora do período. Consultar: CUNHA, Ana Carolina; HOLANDA, Juliana; CAIRO, Thaíse. *A Questão Democrática – O Cartismo*. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/CARTISMO.htm>. Acesso em 07 de junho de 2009. Segundo Thompson (2001, p. 141): “[...] Em termos sociológicos, representou uma parte dessa mudança a separação de diferentes grupos ocupacionais, novos e velhos, qualificados e desqualificados, organizados e desorganizados, metropolitanos e provincianos, momentaneamente unidos pelas grandes agitações que levaram ao clímax cartista de 1839”.

Sobre isso, Harry Braverman (1987) possibilita compreender que a formação social capitalista se consolidou como elemento totalizador na vida das pessoas, a partir de sua fase monopolista. Nestes termos, deslinda como tal processo se desenvolveu em relação à expansão, domínio e predomínio da economia de mercado em relações tipicamente capitalistas, sendo que

[...] no estágio mais primitivo do capitalismo industrial, o papel da família permanecia fundamental nos processos produtivos da sociedade. Embora o capitalismo estivesse preparando a destruição daquele papel, não havia ainda penetrado na vida diária da família e da comunidade. (BRAVERMAN, 1987, p. 232)

Assim, até o final do século XIX, não era raro o fato de muitas famílias, principalmente habitantes do campo, serem capazes de suprir todas as necessidades do lar, através de uma produção familiar de subsistência. Mesmo no período em que se consolidava a urbanização como um movimento contínuo e intenso, tal modo de viver e de trabalhar ainda permanecia vivo em diversos países e regiões. Isto se constituía em um complemento fundamental para a sobrevivência dos trabalhadores que, por exemplo, residiam em zonas rurais e que tinham rendimentos monetários muito reduzidos, cultivavam hortas, criavam alguns animais em casa e costuravam as roupas de que careciam, satisfazendo assim, as necessidades da família.

Neste contexto de expansão do capitalismo industrial, o modo de produção capitalista tendeu a apropriar-se e a extinguir-se, com mais profundidade, as atividades remanescentes da vida no campo e as possibilidades de subsistência com uma possível produção familiar, inclusive incorporando o trabalho das mulheres às fábricas. Neste sentido, as famílias passaram a ser pressionadas para consumir alimentos e produtos manufaturados e industrializados ofertados pelo mercado, principalmente porque não dispunham mais de tempo e condições para preparar tais artigos. Há de se considerar a extinção dos espaços para possíveis culturas ligadas à lavoura e à pecuária em decorrência das novas características das habitações no espaço urbano e à concentração populacional. “Do mesmo modo que o alimento, o vestuário, a habitação, artigos domésticos de todos os tipos: a gama de produção de mercadorias estendeu-se rapidamente” (BRAVERMAN, 1987, p. 234). Com isto, ocorria um aumento no pagamento de impostos, que por sua vez, contribuía na ampliação e reprodução do capital. De acordo com suas considerações,

[...] a poderosa necessidade de cada membro da família de uma renda independente, que é um dos sentimentos mais fortes instilados pela transformação da sociedade em um gigantesco mercado de trabalho e artigos, uma vez que a fonte de status já não é mais a capacidade de fazer coisas, mas simplesmente a capacidade de comprá-las. (BRAVERMAN, 1987, p. 235)

Com base neste raciocínio, é possível pensar a repercussão desses novos moldes produtivos em relação à organização das famílias a partir do período da consolidação do modo capitalista de produção.

Esta dimensão é caracterizada, ainda, pela formação de um grande contingente de trabalhadores proletarizados no período da industrialização, formando-se, paralelamente, uma numerosa população não utilizada diretamente no processo produtivo industrial. Estes trabalhadores sem ocupação formal, que engrossavam as filas por emprego nas fábricas, exerciam pressão àqueles que conseguiam um posto de trabalho, com o terror constante de ameaça de desemprego. Este fator foi intensificado, em grande medida, pelo crescimento da industrialização e mecanização dos processos de trabalho, o que contribuiu decisivamente para a liberação de mais trabalhadores.

Com o desenrolar deste processo, permeado por lutas de classes, Marx cuidadosamente fez uma brilhante leitura da realidade social de seu tempo, percebendo que como há o esforço em reduzir o número de trabalhadores com as novas tecnologias empregadas nos processos produtivos, com o emprego de máquinas na produção, a população trabalhadora aumenta na proporção inversa ao aumento do número de postos de trabalho, sendo que a tendência é o crescimento de uma superpopulação relativa de trabalhadores, intensificando os problemas sociais. Assim, este grande número de trabalhadores em situação de reserva no mercado de trabalho é considerado por ele "a alavanca da acumulação capitalista".

Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização do material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional. (MARX, 1988, p. 200)

A partir das considerações de Singer e Souza (2000), nota-se a atualidade das análises marxianas, nas quais parte deste "exército industrial de reserva" tende a ser mantida desempregada, utilizando alguns direitos sociais como o seguro-desemprego, por exemplo. Outra parte busca de algum modo vender sua capacidade de trabalho em algum mercado que

possa encontrar. À medida que a presença desses trabalhadores faz parte da formação social capitalista como resultado de sua própria contradição e, por não serem suficientes os subsídios e auxílios governamentais para esta parcela de trabalhadores não ocupada formalmente nos processos produtivos, surgem os primeiros focos da economia solidária.

Para Singer e Souza (2000, p. 13), “a economia solidária surge como uma forma de produção e de distribuição, alternativa ao capitalismo, criada e recriada periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados no mercado de trabalho”. Por este raciocínio, a economia solidária teria surgido com o capitalismo industrial, acompanhando-o em seu desenvolvimento. Porém, tais autores reconhecem que as iniciativas de organização coletiva partiam, neste período, de trabalhadores qualificados (tanto nas cooperativas quanto nos sindicatos), não conseguindo abranger as camadas mais empobrecidas dos trabalhadores.

Tal processo é discutido também por Edward Palmer Thompson (2001), que ao analisar o significado das cooperativas no século XIX, argumenta que a formação de cooperativas de trabalhadores neste período só poderia manter-se estável se o capitalismo também o fosse. Para ele, as experiências de autogestão e luta dos trabalhadores eram organizações específicas do contexto da industrialização e eram incorporadas de maneira que agiam servindo à reprodução do capital. De acordo com Thompson (2001, p. 177), “[...] mesmo os índices do vigor da classe trabalhadora – os recursos financeiros dos sindicatos e das cooperativas – estavam seguros apenas sob a custódia da estabilidade capitalista”. Além disso, o estudo realizado por Thompson demonstrou que as cooperativas, sobretudo nos setores de consumo, hipotecas e poupanças, eram majoritariamente compostas pela baixa classe média e um estrato da classe trabalhadora com maior renda, como os de trabalhadores qualificados.

Singer (1999) faz ainda um balanço da trajetória das experiências de autogestão de trabalhadores, e considera que a iniciativa de Rochdale foi extremamente importante, sendo disseminada como um modelo até a atualidade devido à inovação em adotar a paridade de um voto para cada cooperado, independente da cota-parte que possuísse, e no caso da livre adesão por qualquer pessoa, mediante a aquisição de uma cota-parte. Com a divisão dos rendimentos em partes iguais entre os cooperados, estes eram incentivados a “consumir” os produtos da própria cooperativa da qual faziam parte. Um dos atrativos nestas cooperativas do século XIX era o fato de se proporem a vender somente produtos puros e de boa qualidade, pois neste contexto, havia muita adulteração de alimentos básicos consumidos pelas famílias da classe

trabalhadora, como a farinha de trigo e o pão¹¹, por exemplo. Contudo, mesmo reconhecendo as vantagens alcançadas pelas cooperativas, podemos afirmar, em síntese, que a experiência histórica das cooperativas organizadas pelos trabalhadores não conseguiu superar o capitalismo.

Não obstante, sobre o limite histórico das cooperativas de trabalhadores, Singer acredita que as cooperativas continuam sendo uma promessa de organização social alternativa ao capitalismo¹². Referindo-se a chamada economia solidária no Brasil, Singer (2000, p. 25) nota que,

[...] a economia solidária começou a ressurgir no Brasil, de forma esparsa na década de 1980, e tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 1990. Ela resulta de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990.

No decorrer deste processo também ocorreram apropriações de trabalhadores sobre empresas falidas que antes os empregavam. Assim, a autogestão pode representar ainda uma forma do capital se libertar dos prejuízos causados pelas crises do capital, neste caso de empresas que entram em processos falimentares devido aos seus produtos tornarem-se obsoletos (VIEITEZ e DAL RI, 2001).

Porém, há de se salientar que esta questão constitui-se na realidade social sob relações conflituosas, permeada por diversos tipos de tensões entre os trabalhadores e o capital.

Além disto, há situações em que as cooperativas só existem como uma “fachada” para livrar o capitalista dos chamados custos sociais, representados no pagamento de encargos trabalhistas com força de trabalho formalmente contratada, principalmente nos casos de cooperativas de prestação de serviços. Nesta direção, Piccinini (2004) observa que o principal motivo relacionado pelos trabalhadores para a cooperação é, de fato, a defesa do posto de trabalho. Porém, ressalta que:

Muitas são as dificuldades, sendo uma delas a de que os indivíduos valem-se da associação em cooperativas para se isentarem das obrigações legais de garantias trabalhistas. De um instrumento que deveria sanar problemas

¹¹ É bastante conhecida a referência de Edward Thompson às tentativas dos trabalhadores ingleses em fixar preços pelos alimentos, bem como em protestar contra a adulteração de produtos feitos de farinha de trigo nos séculos XVIII e XIX. Muitos protestos sociais dos trabalhadores aconteceram contra a venda de farinha de trigo de qualidade duvidosa ou sua substituição por farinha de aveia e batatas (THOMPSON, 1988; 1998).

¹² Divergimos quanto às análises de Paul Singer, mas reconhecemos e registramos sua importante e significativa trajetória política e intelectual, principalmente no que diz respeito às lutas travadas junto aos trabalhadores e à sua produção científica que foi responsável, inclusive, por tornar Marx acessível à língua portuguesa no Brasil.

sociais, a cooperativa surge para baratear os custos de produção ou de serviços, para desviar a aplicação dos direitos trabalhistas, funcionando como prestadora de serviços especializados a terceiros, em alguns casos utilizando uma mão-de-obra não-qualificada e desconhecadora de seus direitos. (PICCININI, 2004, p. 14)

Ao encontro desta discussão, Paniago (2008) indica que algumas iniciativas autogestionárias podem ser identificadas a partir dos anos 1980, com o fim da Ditadura Militar e, sobretudo, expandem-se após a crise neoliberal dos anos 1990. Sua abordagem é crítica no sentido de perceber até que ponto as cooperativas servem como meio para minimizar os problemas sociais mais evidenciados - principalmente nos períodos de crise do capital - e, de que maneira se convertem em um mecanismo que não é capaz de libertar a classe trabalhadora da opressão, da exploração do trabalho. Segundo suas palavras,

[...] desse modo, [estas experiências] aparecem como mecanismo remediador no combate ao desemprego, bem como acabam por desviar o foco da luta de classes do confronto com a lógica do capital, ao colocarem trabalhador contra trabalhador, gerando formas novas de auto-exploração do trabalho. (PANIAGO, 2008, p. 209)

Conforme esta visão, nota-se que a defesa do emprego é o principal motivo para que os trabalhadores permaneçam no mesmo local de trabalho, no caso de empresas que passam a ser propriedade dos trabalhadores. Assim, este processo apresenta-se como uma alternativa e não como uma decisão “estratégica emancipatória”, em contraposição à ordem capitalista.

A autora enfatiza ainda que, a autogestão não é democrática como os discursos apontam, pois grande parte dos casos não depende apenas dos trabalhadores para surgir (tanto no caso de fábricas assumidas pelos trabalhadores ou do Estado fomentando-as e demonstra ser mais uma forma renovada de exploração do trabalho pelo capital, como uma maneira a isentar o capitalista de oscilações e prejuízos em contextos de crise, transferindo as pesadas cargas negativas aos trabalhadores. Assim, não se alteram as redes de exploração do capital sobre o trabalho, seria apenas uma nova roupagem, inclusive com aparências democráticas, ideia compatível com a que se apresenta neste estudo.

Magera (2005) considera que as cooperativas de catadores de recicláveis não conseguem romper com a exploração da cadeia industrial da reciclagem devido ao caráter oligopsônico deste mercado. Para ele, as principais barreiras para alcançar alguma autonomia das cooperativas de catadores são econômicas, representadas principalmente pela falta de infra-estrutura para armazenar materiais e, assim, buscar melhores preços. Ele ainda acrescenta a ausência ou dificuldade para conseguir financiamento. Assim,

[...] sem a adoção de uma estratégia nacional que abranja as questões econômicas, políticas e sociais, as cooperativas, bem como seus cooperativados, estarão condenadas a depender das entidades sociais, religiosas, governamentais e não-governamentais, dando continuidade, assim, à matriz paternalista geradora de emprego sem qualificação e não alterando, com isso, as condições de exclusão dos recicladores em seu entorno e, muito menos, resolvendo o problema do lixo no Brasil. (MAGERA, 2005, p. 136)

O estudo realizado por Magera (2005) indicou ainda que, as cooperativas de catadores de recicláveis no interior de São Paulo contribuem para preservar o modelo e a gestão da produção de materiais reciclados em prol do capital. Assim, considerou que no caso por ele analisado,

[...] as cooperativas de reciclagem de lixo estão malsinando o sentido do trabalho associativo e o pior: criando trabalho precarizado, [...] e que seu trabalho de reciclagem pouco ou quase nada tem ajudado o desenvolvimento sustentável, mas evidenciar que se trata de uma questão histórica, produzida coletivamente e de interesse do capital manter as coisas assim como estão. (MAGERA, 2005, p.183)

Numa síntese inicial, pode-se afirmar que Singer percebe e defende o crescimento da economia solidária associado diretamente aos níveis de desemprego, o que será discutido mais adiante. Quanto às análises de Vieitez e Dal Ri (2001) e de Piccinini (2004) pautadas em estudos de casos, os trabalhadores apontam para a defesa de seus empregos como a principal questão que permeia o debate do cooperativismo¹³, assim como no caso citado acima.

Em uma perspectiva semelhante à de Singer, é possível encontrar nas ideias de Boaventura de Sousa Santos (2002) que apresentam a economia solidária como uma possibilidade de instigar e multiplicar as ações e princípios socialistas, mesmo que estas organizações sejam integrantes da sociedade capitalista. Neste sentido, defendem que as

¹³ Com uma trajetória análoga ao caso do Brasil, pode-se traçar um paralelo com as ricas experiências vivenciadas na Argentina acerca das fábricas recuperadas. Héctor Palomino (2005) faz um breve histórico sobre o momento a partir do qual estas experiências se propagaram no cenário produtivo da Argentina. Para ele, com a abertura comercial para a importação, sobretudo a partir do início dos anos 1990, teve-se um golpe contra a indústria argentina, pois a mesma orientava sua produção principalmente para o mercado interno. Além disso, é possível remeter o surgimento de tais organizações de trabalhadores na Argentina ao início da década de 1980, com o processo de desindustrialização levado a cabo pelas políticas econômicas do período da ditadura militar (1976-1983). Assim, diversas empresas tiveram suas atividades encerradas, incluindo as incipientes empresas de autogestão de trabalhadores durante os anos 1990. É importante notar que tais experiências tiveram o apoio da população do país e se constituíram em um primordial aprendizado político para os trabalhadores envolvidos em tais empreendimentos. O que não se pode negar é que o “trabalho associado” ocorreu na vaga das falências das empresas argentinas, que foram ocupadas pelos trabalhadores com a finalidade primeira de permanecerem economicamente ocupados.

cooperativas tenderiam a se desenvolver e se propagar, como uma maneira gradativa de transformação social, mesmo admitindo que estas iniciativas “não capitalistas” sejam “propostas frágeis e incipientes”. Pois,

[...] essa amplitude de possibilidades inclui formas de conceber e organizar a vida econômica que implicam reformas radicais dentro do capitalismo, baseadas em princípios não capitalistas ou que apontam, inclusive, para uma transformação gradual da economia para formas de produção, intercâmbio e consumo não capitalistas. (SANTOS, 2002, p. 26)

Esta ideia, como vem-se tentando argumentar, é questionada desde o século XIX. O próprio Marx chegou a considerá-la uma ação política de classe bastante limitada. Marx (apud NAMORADO, 1974) enunciou os princípios gerais do cooperativismo durante o primeiro congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), pontuando os objetivos da AIT quanto a esta questão:

- a) Reconhecemos o movimento cooperativo como uma das forças transformadoras da sociedade atual, baseada no antagonismo das classes. O seu grande mérito é o de mostrar na prática que o sistema actual (*sic*), despótico e empobrecedor, de subordinação do trabalho ao capital, pode ser suplantado pelo sistema republicano da associação de produtores livres e iguais.
- b) Mas o sistema cooperativo restrito às formas ínfimas originadas nos esforços individuais de escravos assalariados é impotente para transformar por si próprio a sociedade capitalista. Para converter a produção social num vasto e harmonioso sistema de trabalho cooperativo são indispensáveis mudanças gerais. Essas mudanças não serão nunca obtidas sem o emprego das forças organizadas da sociedade. Assim, o poder do Estado arrancado das mãos dos capitalistas e dos proprietários rurais, deve ser manejado pelos próprios produtores.
- c) Recomendamos a todas as sociedades cooperativas que consagrem uma parte dos seus fundos à propaganda dos seus princípios, que tomem a iniciativa de novas sociedades cooperativas de produção e que façam essa propaganda tanto oralmente como através da imprensa.
- d) Com o objetivo de impedir as sociedades cooperativas de degenerar em sociedades ordinárias burguesas (sociedades por acções (*sic*)), qualquer operário empregado deve receber o mesmo salário, seja ou não associado. Como compromisso meramente temporário, transigimos em admitir um lucro mínimo para os sócios. (MARX apud NAMORADO, 1974, p. 21-22)

Pode-se perceber no trecho acima o posicionamento de Marx quanto ao cooperativismo, considerando-o (apesar de suas limitações e contradições inerentes à sociedade capitalista em que se insere), como um passo na possibilidade de transformação da realidade, mas apenas um passo. As cooperativas serviriam como uma propaganda política de que é possível organizar o trabalho noutros termos sociais, distintos do capitalismo. Contudo,

a superação do atual sistema dependeria de “indispensáveis mudanças gerais”, mais profundas e amplas do que as alcançadas pelas cooperativas. Percebe-se em sua perspectiva que o movimento cooperativista por si só não é capaz de transformar a realidade social, pois são necessárias mudanças não apenas na esfera produtiva, mas também na política de toda a sociedade, sendo que o poder não pode estar concentrado nas mãos das classes dominantes. Concordando com Marx, Stephen Yeo (BOTTOMORE, 2001, p. 20) destaca que,

a cooperação jamais poderia derrotar o monopolismo, a menos que se desenvolvesse em dimensões nacionais. Só o poder político poderia permitir-lhe escapar ao estreito círculo dos esforços casuais de grupos de trabalhadores isolados.

Rosa Luxemburgo (1990) se debruçou sobre essa questão cerca de quarenta anos depois de Marx. Rosa constatou a limitação (ou impossibilidade) do cooperativismo tomado como uma maneira de transformar a sociedade de forma paulatina, através da formação e expansão das cooperativas.

É interessante destacar sobre tal questão, a discussão travada no seio do Partido Socialdemocrata Alemão, entre Rosa Luxemburgo e Eduard Bernstein, nos primeiros anos do século XX, acerca das forças anticapitalistas na fase imperialista do capitalismo, das transformações sociais ocorridas no período, dos sindicatos e partidos e, sobretudo, de questões teóricas sobre o método dialético. Embora este debate tenha se desenrolado no contexto histórico marcado pela transição do capitalismo concorrencial para sua fase monopolista, as observações desses dois autores são ainda valiosas para qualquer exame sobre o assunto.

Para Bernstein (1997), as cooperativas de consumo seriam um meio para combater os lucros comerciais. Os sindicatos também seriam um instrumento para garantir a autonomia política dos trabalhadores através dos meios vigentes de representação eleitoral. Para este autor, os proletários poderiam alcançar a democratização da sociedade, considerando o socialismo sua “etapa superior”. Assim, Bernstein propõe a realização do socialismo partindo das ações levadas a cabo por sindicatos, cooperativas e através da “democracia econômica”, o que mais parecia à Rosa uma “reforma social” limitada em seu alcance.

De acordo com as ideias de Rosa Luxemburgo (1990), as cooperativas apresentam-se como unidades de produção socializada, seguidas por trocas capitalistas, demonstrando de forma clara que tais organizações ligam-se e inserem-se diretamente no circuito de produção do capital. Assim, como qualquer empresa nesta sociedade (capitalista), dependem duramente

da concorrência para sobreviver, exigindo imperativamente a exploração do trabalho. Este é um dos pontos em que é possível retomar a problematização das cooperativas como forma de organização do trabalho na sociedade capitalista.

Assim, pode-se sustentar a crítica de que, ao falar em cooperativas, não quer-se remeter a organizações anticapitalistas ou não capitalistas de trabalho, mas sim a organizações coletivas de trabalhadores que produzem sob a égide e pressão do mercado capitalista, tendendo a superar o antagonismo de classes apenas no interior de sua unidade produtiva.

Singer (2002) discorda desta leitura. Para ele, as cooperativas são forças contra-hegemônicas e anticapitalistas:

Contempladas como um todo, é inegável que o sentido destas lutas é anti-capitalista, mesmo quando os seus protagonistas não tenham consciência disso. Muitas destas lutas são defensivas e representam o enfrentamento de ameaças (como as de empregados em firmas em crise, para se apropriar do patrimônio e preservá-lo como auto-gestão) ou a reação a condições desumanas de vida. Seu caráter anti-capitalista decorre muitas vezes da falta de capital, mais do que de valores de solidariedade e igualdade.

Se a estratégia do desenvolvimento visa à construção duma economia mista na qual os segmentos solidários sejam hegemônicos, será necessário mostrar aos protagonistas de lutas anti-capitalistas o significado de suas ações, imbuindo-os de valores consistentes com os seus objetivos. (SINGER, 2004b, p. 05)

Assim, Singer (2004b) atribui às cooperativas uma capacidade de transformação da realidade social por meio de ações desenvolvidas que focalizam a população mais empobrecida do país. Desta forma, é preciso considerar que a presença de Paul Singer no Governo federal, de Luiz Inácio Lula da Silva, ocupando o cargo de Secretário Nacional de Economia Solidária (SENAES) desde 2003 influencia fortemente diversos programas governamentais voltados para a “geração de renda”.¹⁴ Sua concepção sobre o cooperativismo, já analisada neste estudo, informa as ações dessa Secretaria, principalmente a ideia de “inclusão social” destes sujeitos¹⁵.

¹⁴ Percebe-se uma continuidade existente entre os princípios e ações da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES com o Programa Comunidade Solidária, liderado principalmente por Ruth Cardoso, criado em 1995 (primeiro ano do governo de Fernando Henrique Cardoso). O Comunidade Solidária previa diversas ações de “melhoria do desempenho dos programas prioritários”, dentre as quais encontra-se a “geração de emprego e renda”. Assim, “o Conselho da Comunidade Solidária propôs ainda um programa de valorização dos voluntários, visando à difusão da ética da solidariedade”. Disponível em: <http://www.transparencia.al.gov.br/ruthcardoso/projetos-e-realizacoes>. Acesso em 01 de setembro de 2009.

¹⁵ Pode-se atribuir a Paul Singer a função de intelectual orgânico, noção desenvolvida por Antonio Gramsci. Para Gramsci, um intelectual orgânico passa a ter esta função social a partir das relações que estabelece com os demais grupos sociais. Neste caso, Singer já desenvolvia esta função quando militava no sindicato dos metalúrgicos na década de 1950, porém desde 2003 tem travado relações no Estado estrito buscando desenvolver projetos para a classe trabalhadora.

Retomando a problemática da organização do trabalho, tem-se em Rosa Luxemburgo o entendimento de que as cooperativas são “instituições de natureza híbrida”, pois formam organizações de produção socializada que em seguida é acompanhada por trocas tipicamente capitalistas. Segundo suas palavras:

Na economia capitalista a troca domina a produção; por causa da concorrência exige, para que a empresa possa sobreviver, uma impiedosa exploração da força de trabalho, quer dizer, a dominação completa do processo de produção pelos interesses capitalistas.

[...] Isto traduz-se numa necessidade de intensificação do trabalho, de encurtar ou prolongar a sua duração conforme a conjuntura, de contratar ou dispensar a força do trabalho conforme as necessidades do mercado, numa palavra, praticar todos os métodos, sobejamente conhecidos, que permitam a uma empresa capitalista sustentar a concorrência das outras empresas. (LUXEMBURGO, 1990, p. 87-88)

Podemos apreender que não é possível compreender o sistema cooperativo como uma forma de superar a exploração do trabalho levada a cabo pelo capitalismo. No caso das cooperativas de catadores de materiais recicláveis investigadas neste estudo, nota-se que mesmo com suas conquistas quanto às condições de trabalho, não se pode negar sua subordinação ao sistema industrial da reciclagem.¹⁶

Pode-se concluir sobre a perspectiva de Rosa Luxemburgo que:

[...] Mesmo abstraindo o seu caráter híbrido, as cooperativas de produção não podem desempenhar a função duma reforma social geral, uma vez que tal realização geral implica em primeiro lugar a supressão do mercado mundial e a divisão da economia mundial actual (*sic*) em pequenos grupos de produção e de troca locais: tratar-se-ia, em suma, dum regresso da

¹⁶ Este setor é dominado por poucas grandes empresas. As principais são Aracruz, Klabin, Suzano e Votorantin (em 2009, as duas primeiras fundiram-se e criaram a maior empresa do setor). No caso do papel, elas compram praticamente toda a produção dos catadores, vendida por depósitos (atravessadores), fato que restringe muito a margem de negociação do preço do papel para os catadores. Segundo dados da própria empresa: “A Klabin é pioneira e líder na produção de papéis para embalagens na América Latina. Todas as fábricas de papéis e cartões da Klabin têm o selo da Cadeia de Custódia do FSC (em português, Conselho de Manejo Florestal). [...] Atualmente, a companhia possui 6% do mercado interpaises de kraftliner. O papel kraft fabricado pela Klabin abastece de forma integrada as nove fábricas de embalagens de papelão ondulado da Companhia, além de ser comercializado para fabricantes de embalagens em mais de 60 países. A Klabin é a maior recicladora de papéis do Brasil, com capacidade para produção de 400 mil toneladas de papel reciclado por ano”. Disponível em: <http://www.klabin.com.br>. Acesso em 16 de junho de 2009.

- A VCP (Votorantim Celulose e Papel S.A.) “[...] é uma das maiores produtoras de celulose e papel do Brasil. [...] Produz celulose de mercado e papéis especiais e de imprimir e escrever, comercializados com as marcas Copimax e Maxcote (cut-size); Lumimax, Starmax e Image (couché); Printmax (offset); Easycopy, Extracopy e Slipcopy (autocopiativos); Termocopy, Termolabel e Termoscript (térmicos). Das 1.597 mil toneladas (1.098 mil toneladas de celulose e 499 mil toneladas de papéis) negociadas em 2007, 61% do total foi destinado às exportações para mais de 50 países em cinco continentes”. Disponível em: <http://www.vcp.com.br>. Acesso em 23 de junho de 2009.

economia do grande capitalismo à economia mercantil da Idade Média. (LUXEMBURGO apud NAMORADO, 1974, p. 34)

Portanto, de acordo com Rosa Luxemburgo, que não negava méritos ao sistema cooperativista, a sociedade capitalista não será superada através da implantação de células cooperativas, pois isto demandaria elementos mais complexos para eliminar a exploração burguesa sobre os trabalhadores, como apontado acima com Marx (apud NAMORADO, 1974).

Assim, o que vem-se tentando demonstrar é que as cooperativas surgiram no século XIX propondo-se a superar a sociedade capitalista e, com ela, a exploração do trabalho, ou seja, como uma alternativa aos padrões industriais severamente introduzidos na vida dos trabalhadores. É neste sentido que podem ser consideradas organizações anticapitalistas, o que não se encaixa às cooperativas atuais.

Tomando como referência este debate, há a proposta de se analisar a realidade dos catadores organizados em cooperativa na cidade de Foz do Iguaçu, fazendo-se necessário compreender de forma se organiza a atividade.

1.2 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOS CATADORES

Há estudos que indicam o caráter oligopsônico dos preços conseguidos pelos materiais recicláveis (MAGERA, 2005; VARUSSA, 2006; BOSI, 2008). Tal caráter subordina o trabalho de catadores avulsos e cooperados à medida em que se define o preço dos materiais recolhidos, o que implica no estabelecimento de uma jornada de trabalho necessária para que os catadores auferam determinada renda para sua sobrevivência. Este tipo de subordinação tem sido inescapável até mesmo para as cooperativas mais bem organizadas, embora alguns estudos importantes tenham negligenciado este aspecto, salientando uma suposta autonomia presente na organização do trabalho dos catadores (OLIVEIRA, 2001). O fato é que, numa primeira aproximação, as cooperativas não conseguem superar a organização capitalista do setor de reciclagem. Ao contrário, mesmo que não tenham a intenção, as cooperativas integram a cadeia produtiva de reciclados.

Dessa forma, ressalta-se a intrínseca relação existente entre as cooperativas de catadores, assim como de qualquer trabalhador que desempenhe a atividade da cata de materiais recicláveis, com o circuito de produção capitalista do setor industrial da reciclagem.

A partir do desenho geral da forma pela qual se organiza este setor (em geral: catadores ou cooperativas – atravessadores/aparistas – indústria de beneficiamento dos materiais reciclados), cabe avaliar esta cadeia produtiva para perceber de que forma o circuito da cata e venda de recicláveis apresenta-se concretamente na organização do trabalho nas cooperativas.

Neste caso, a subordinação ao capital torna-se evidente mediante a observação do caráter oligopsônico indicado acima, quanto à compra dos materiais recicláveis, que exercem pressão na luta dos catadores de recicláveis, o que é perceptível ainda através das falas dos próprios catadores, o que será retomado em capítulo específico. Acerca da exploração que estes trabalhadores vivenciam, Marx já alertava que

[...] esta força que **conserva o valor** e cria novo valor é, por conseguinte, a própria força do capital e este processo apresenta-se como processo de **autovalorização** do capital, melhor dizendo, de empobrecimento do operário, que ao criar o valor que produz, produ-lo ao mesmo tempo como um **valor que lhe é alheio**. (MARX, 2004, p. 54, grifos originais)

Podemos então, atribuir aos catadores de materiais recicláveis, aqui investigados, o papel de resgatar o valor do que fora considerado lixo pela sociedade de consumo. Desta forma, percebemos no trabalho desempenhado por estas pessoas, sua função de base do circuito industrial da reciclagem, ao recuperar os materiais recicláveis das ruas da cidade. Ou seja, tanto os catadores “particulares” quanto os integrantes da cooperativa constituem e atuam no primeiro momento em que se tem o material reciclável descartado, e por eles recolhido, como uma mercadoria.

A partir do exame acerca da superpopulação relativa de trabalhadores, nota-se a funcionalidade que eles têm ao sistema capitalista, sendo estes trabalhadores considerados por Marx sua “alavanca”. Com esta função na sociedade, passam a ter como última alternativa a cata de recicláveis executada sob condições tão adversas de trabalho e de vida, mas que por outro lado, viabiliza o setor industrial da reciclagem no Brasil a baixos custos. Para que se possa visualizar o impacto que estes trabalhadores representam em Foz do Iguaçu, é necessário saber que os números estimados dos catadores de recicláveis nesta cidade são impressionantes. As informações variam de 1.100 trabalhadores a 1.600 catadores atuantes, sendo que destes, aproximadamente 160 são cooperados, uma média de 10% do total, em uma cidade com 320.000 habitantes.

Para uma melhor compreensão acerca da atuação dos catadores naquela cidade, foi traçado um desenho geral do circuito do setor da reciclagem, enfatizando a divisão do trabalho presente na atividade.

No caso dos catadores de Foz do Iguaçu, a partir da observação e de relatos dos trabalhadores notou-se que, primeiramente, a matéria-prima dos catadores advém do descarte – selecionado ou não – de tudo que não tem mais utilidade para os consumidores. Os descartes são feitos a partir de lares, lojas, supermercados, empresas, etc. Assim, estes tendem a se constituir em objetos sem valor de uso e de troca para quem os descarta.

Após a etapa inicial do circuito industrial da reciclagem, no ato da cata e seleção, os catadores vendem os materiais recicláveis recolhidos a compradores conhecidos também como “atravessadores”. Quando o catador não possui condições, principalmente em relação a um local disponível em sua residência para efetuar a seleção dos materiais recolhidos antes da venda, este trabalho é feito por funcionários do próprio atravessador que compra o material dos catadores. Em seguida, após o armazenamento de uma quantidade maior, o material é vendido para um atravessador de maior porte ou para indústrias que transformarão estes materiais em novas mercadorias.

Neste sentido, a rede que compõe o circuito da reciclagem no Brasil é marcada por diversas etapas, na qual a mais explorada é, sem dúvida, como se argumentará nos capítulos seguintes, a representada pelos catadores. Analisando o mundo fabril, Marx expunha que:

[...] o capitalista, finalmente, força os operários a prolongar o mais possível a duração do processo de trabalho, para além dos limites do tempo de trabalho necessário para a reprodução do salário, já que é precisamente esse **excedente de trabalho** que proporciona a **mais-valia**. (MARX, 2004, p. 78, grifos originais)

Percebe-se a partir do trecho acima, a compreensão de Marx quanto ao processo de trabalho fabril, no que tange ao papel desempenhado pelos operários. Neste caso, estes eram obrigados a prolongar suas jornadas de trabalho tanto quanto fosse possível. Verifica-se na realidade contemporânea tal elemento fortemente arraigado no trabalho dos catadores, uma vez que estes desempenham longas e intensas jornadas de trabalho para atingir a renda que proporcione sua subsistência, o que é ainda pior no caso dos catadores não cooperados, como será discutido nos capítulos seguintes. Porém, de nenhum modo os discursos públicos, midiáticos e muito menos os das empresas envolvidas com tal cadeia, revelam a relação que os catadores têm com as indústrias da reciclagem, que movem suas engrenagens a baixíssimos custos, apenas no limite da reprodução da força de trabalho. Quanto às cooperativas, o Estado tem legalizado relações de trabalho informais sob a justificativa da “geração de trabalho e renda”, lançando mão de legislações específicas cujo objetivo é desregular a proteção

ao trabalho. Neste quadro, os catadores são compreendidos como “autônomos”¹⁷, embora desenvolvam trabalho para as indústrias da reciclagem¹⁸.

Retomando o funcionamento e a organização desta cadeia produtiva, nota-se na realidade de Foz do Iguaçu, que quando o material é descartado diretamente no lixo comum, o catador o recolhe, seleciona o que pode ser reciclado e repassa para a cooperativa ou para depósitos compradores. Às vezes, o material é selecionado por quem o descarta, cabendo ao catador apenas o recolhimento e o transporte até a cooperativa ou o depósito.

Após o material recolhido pelos catadores passar por alguns atravessadores, este é enviado para uma indústria de reciclagem, que o beneficiará para retornar às prateleiras através de novas embalagens ou novos produtos. Alguns dados podem ser encontrados no sítio do CEMPRE (Compromisso Empresarial para Reciclagem)¹⁹, como é ilustrado neste trecho:

As embalagens da Tetra Pak são 100% recicláveis, sendo transformadas em itens como caixas de papelão, canetas, vassouras, telhas e placas para construção civil. O Brasil é um dos campeões mundiais nesse processo, além de ser pioneiro no desenvolvimento de tecnologias inovadoras. Atualmente, mais de 30 empresas brasileiras reciclam as embalagens da Tetra Pak, gerando empregos e renda.²⁰

Este é apenas um exemplo, mas no sítio do CEMPRE é possível notar as estatísticas, de que o Brasil lidera o percentual de materiais reciclados no mundo, sendo esta posição alcançada devido ao trabalho executado pelos catadores, aliado ao desenvolvimento de tecnologias no setor.

TABELA 1 - Índices de Reciclagem – 2007 (%)

	Alumínio	PET
Argentina	90,5	27,1
Brasil	96,5	51,3
Europa	-	38,6
EUA	53,8	23,5
Japão	92,7	62,0

¹⁷“Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela” (BRASIL, 1994, p. 01).

¹⁸ Segundo a empresa Klabin: “Do montante dos papéis reciclados pela empresa, 72 mil toneladas são provenientes das suas 9 fábricas convertedoras de embalagens. São refiles (aparas) gerados no processo de produção que retornam para reciclagem. Entretanto, o maior volume de fornecimento vem do mercado, por meio dos aparistas (empresas que comercializam aparas). Esse processo representa importante contribuição social, dando trabalho a milhares de catadores em todo o país”. Disponível em: <http://www.klabin.com.br>. Acesso em 05 de outubro de 2009.

¹⁹ Disponível em: <http://www.cempre.org.br>. Acesso em 15 de julho de 2008.

²⁰ Arquivo recebido pela autora por e-mail em 16 de julho de 2008, enviado por: cempre@cempre.org.br.

Fonte: CEMPRE (Compromisso Empresarial para Reciclagem).
Organização da autora.

A tabela I indica esta liderança do Brasil em termos mundiais de reciclagem. Percebe-se que em 2007 o Brasil foi o maior reciclador de alumínio do mundo, seguido do Japão e Argentina, esta última também possui grande população de catadores atuando de forma muito parecida com a organização da atividade verificada Brasil. Já quanto à reciclagem de PET, perde apenas para o Japão, porém, assim como em relação à outros materiais, lidera os números alcançados por países considerados desenvolvidos.

Reciclar é um negócio altamente lucrativo para o capital. Considerando apenas a reciclagem de materiais plásticos no ano de 2003 (CEMPRE, 2005), a quantidade reciclada no Brasil (16,5%) só foi menor do que na Alemanha (31,1%) e na Áustria (19,1%). No caso da reciclagem de latas de alumínio, o índice verificado no Brasil gira em torno de 95% (2007), o maior do mundo. De acordo com a Associação Brasileira do Alumínio, somente em 2004 foram recicladas aproximadamente nove bilhões de latinhas (CEMPRE, 2005a). O faturamento no setor de papel reciclado no ano de 2002 ultrapassou os três bilhões de reais (CEMPRE, 2003). Com relação à reciclagem de plásticos, o faturamento superou 1,22 bilhão de reais em 2004 (CEMPRE, 2005c). Contudo, por trás desses significativos números estão milhares de catadores. (BOSI, 2009, p. 6)

Pelo que é possível concluir desses dados, em última instância, o preço do trabalho dos catadores é determinado pela cadeia produtiva como um todo e, principalmente, pelas indústrias de reciclagem. Estas são ainda “contempladas” com selos que lhes atestam “responsabilidade social e ambiental”.²¹

Este esquema produtivo encontrado no Brasil também foi visualizado por Escurra (1997), em estudo sobre os catadores da cidade de Rosário, Argentina. A autora ressalta que estes trabalhadores integram o circuito de reprodução do capital, representando as bases da cadeia produtiva do setor industrial de reciclagem, sendo que isto não lhes confere qualquer reconhecimento social. Neste caso, a jornada e a rotina de trabalho dos catadores acompanham a rotina do lixo da cidade, iniciando-se em geral ao final da tarde, quando as residências depositam na calçada os sacos de lixo para serem recolhidos pela coleta formal.

²¹ “No intuito de estimular a responsabilidade social empresarial, uma série de instrumentos de certificação foram criadas nos últimos anos. O apelo relacionado a esses selos ou certificados é de fácil compreensão. Num mundo cada vez mais competitivo, empresas vêem vantagens comparativas em adquirir certificações que atestem sua boa prática empresarial. A pressão por produtos e serviços socialmente corretos faz com que empresas adotem processos de reformulação interna para se adequarem às normas impostas pelas entidades certificadoras”. Alguns destes certificados: *Selo Empresa Amiga da Criança*; *ISO 14000*; *AA1000*; *SA8000*. Disponível em: <http://www.responsabilidadesocial.com>. Acesso em 13 de setembro de 2009.

Após esta etapa, constituem-se três subsequentes, nas quais realizam a coleta destes materiais, seguida por uma classificação e, por fim, o armazenamento dos materiais nos lares ou a venda. Neste caso, pode-se concluir, por exemplo, que há uma

[...] superioridade brasileira e argentina sobre a Europa e os Estados Unidos na reciclagem de latas de alumínio. A hipótese que explica esta diferença não acena para uma maior consciência ecológica entre os países latinos, mas reside na disponibilidade de trabalhadores para o recolhimento das latas descartadas. Enquanto na Europa e nos Estados Unidos grande parte do recolhimento realiza-se por meio de programas de coleta seletiva, Brasil e Argentina escoram seus índices em centenas de milhares de catadores. (BOSI, 2009, p. 8-9)

Esta é a configuração mais geral da divisão do trabalho instaurada na atividade dos catadores de materiais recicláveis no Brasil, e pode ser representada na Imagem 1.

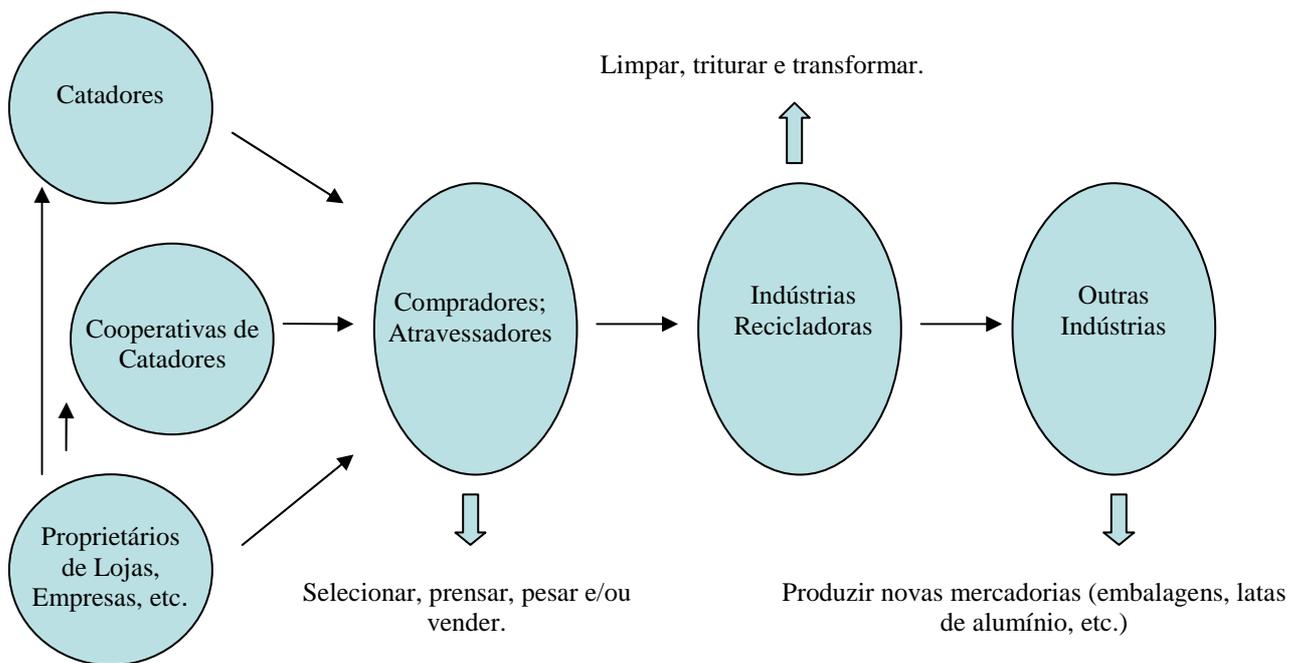


IMAGEM 1 – Diagrama: Processo de produção de materiais reciclados no Brasil.

Fonte: Bosi, 2009.

Na cooperativa em análise, esta divisão do trabalho pode ser identificada de maneira mais clara. Em geral, todos os catadores cooperados saem diariamente para fazer a coleta nas ruas, o que é previamente definido para cada catador. Ao retornarem com o material coletado, dividem-se no trabalho de seleção, prensa e armazenamento dos materiais.

O trabalho de seleção é feito, geralmente, por um grupo de mulheres que trabalham em uma banca, depositando o lixo por qualidade e categoria em grandes sacos para

posteriormente serem levados até uma “baia”, como chamam os espaços separados para cada tipo de material, geralmente divididos por telas de metal. Estas mulheres recebem orientações de como proceder neste processo, e as novatas são qualificadas pelas demais. Em geral, é o mesmo grupo de trabalhadoras que executa este trabalho diariamente.

No caso da prensa, na maior parte das vezes é um homem que executa o trabalho neste equipamento. Assim, quando os sacos possuem quantidade suficiente para ser prensado em um “bloco”, são levados à prensa ou retirados das “bairas” para passar pela prensagem, antes de serem armazenados em determinada área dos barracões, para aguardar o momento da venda.

Uma das estratégias da cooperativa para melhorar os rendimentos é a prática de armazenar certo tipo de material durante uma época do ano, quando os preços caem, para posteriormente venderem ao preço considerado mais justo. Isto é realizado pelos barracões analisados, já no caso dos catadores não cooperados é apenas uma pequena parcela que tem condições de realizar este armazenamento, pois é necessário dispor de espaço nos lares, o que geralmente não ocorre.

No caso do trabalho examinado, estruturado em nove barracões existentes na cidade de Foz de Iguaçu (também chamados de “Centros de Triagem”), há pelo menos uma pessoa que se apresenta como o responsável pela parte administrativa do Centro de Triagem, que também é seu coordenador. Geralmente é um catador com escolaridade um pouco mais elevada que os demais, que faz o controle das planilhas dos materiais recolhidos, da presença dos cooperados, do recebimento de correspondências etc. Porém, a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu dispõe de alguns funcionários da Secretaria do Meio Ambiente para realizar os cálculos ao final de cada período de fechamento da coleta, e proceder ao pagamento dos cooperados e o depósito da contribuição do INSS. Este vínculo foi criado desde o período no qual a cooperativa foi fomentada, com funcionários da Prefeitura fazendo o recrutamento de trabalhadores que tivessem interesse em fazer parte deste projeto. Porém, não há vinculação formal entre a Prefeitura Municipal e a cooperativa.

A partir da configuração do trabalho na cooperativa em análise, pode-se perceber que há uma divisão do trabalho matizada entre as atividades de elaboração e execução (forma clássica da gerência científica relacionada ao taylorismo), na qual a Prefeitura ocupa um papel importante na parte administrativa da cooperativa. Através da divisão do trabalho presente na cooperativa e do auxílio de funcionários da Prefeitura, nota-se uma forte evidência do caráter capitalista da cooperativa de catadores de recicláveis e de sua dependência em relação ao poder executivo municipal. Considerando ainda que, no caso de Foz do Iguaçu, ao fomentar a

organização dos Centros de Triagem da cooperativa de catadores, foi a Prefeitura que recrutou homens e mulheres para o trabalho nos barracões, com esta preposição fica comprometida a ideia de que a organização do trabalho e a adesão a ela é uma decisão “livre” do catador. Em realidade, nesse caso, é a Prefeitura e seus agentes que mobilizam, recrutam e organizam inicialmente o trabalho dos catadores.

Ainda sobre a questão da divisão do trabalho, de acordo com as considerações de Simon Mohun,

[...] Marx e Engels tratam a abolição da divisão do trabalho como sinônimo da abolição das relações de propriedade privada: as pessoas só serão livres quando conquistarem o controle sobre a produção e a troca, planejando-as de maneira consciente. Com a abolição da forma da mercadoria, as características sociais do trabalho não mais aparecerão como características objetivas dos produtos do trabalho, como uma relação social entre objetos cujos movimentos controlam seus próprios produtores. Ao contrário, tais inversões reais desaparecerão com a abolição da divisão do trabalho baseada na propriedade privada. (apud BOTTOMORE, 2001, p. 113)

Deste modo, percebe-se que a divisão do trabalho tipicamente capitalista, particularmente a distinção entre planejamento e execução da produção, também está presente no trabalho dos catadores cooperados aqui investigados.

De maneira geral, pode-se apreender que o trabalho desempenhado pelos catadores de recicláveis é determinado, em termos de extensão de jornada e intensidade no trabalho, pelo circuito industrial da reciclagem. No caso da cooperativa, o diferencial para os catadores é uma mínima aproximação com os parâmetros vivenciados pelos trabalhadores no setor considerado formal da economia, aqueles que gozam dos direitos trabalhistas. Quanto à organização do trabalho na cooperativa, é nítida a divisão entre o trabalho manual e as tarefas administrativas, sendo que a Prefeitura Municipal desempenha importante papel para o funcionamento de alguns dos Centros de Triagem. Portanto, a partir da constatação de que a cooperativa de catadores de recicláveis de Foz do Iguaçu foi criada e tem seu funcionamento submetido aos auxílios, principalmente burocráticos, estreitamente dependentes da Secretaria de Meio Ambiente, é necessário discutir de maneira mais ampla a relação que esta tem com o Estado.

1.3 O PAPEL DO ESTADO: PRIMEIRA APROXIMAÇÃO

Foi criada em 2003, no Governo Lula, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, por determinação do Presidente da República, para fomentar iniciativas de organização de trabalhadores para a “geração de renda” no Brasil.

Em junho de 2003, o Congresso Nacional aprovou projeto de lei do presidente Lula, criando no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Reconheceu dessa forma o Estado brasileiro um processo de transformação social em curso, provocado pela ampla crise do trabalho que vem assolando o país desde os anos 1980. A desindustrialização, suscitando a perda de milhões de postos de trabalho, a abertura do mercado acirrando a competição global e o desassalariamento em massa, o desemprego maciço e de longa duração causando a precarização das relações de trabalho — tudo isso vem afetando grande número de países. (SINGER, 2004a, p. 03)

Segundo o trecho acima, extraído do sítio do Ministério do Trabalho e Emprego, o posicionamento do Governo Lula frente às intensas transformações vivenciadas atualmente pelos trabalhadores no mundo do trabalho, percebe o capital e os trabalhadores como elementos separados neste processo, no que diz respeito à relação entre ambos. É como se as práticas desenvolvidas pelo capital - visando diminuir custos com a produção e, principalmente, com as despesas geradas com o pagamento da força de trabalho - fossem naturalizadas.

Desta maneira, percebe-se que o Governo federal reconhece tais mudanças e contradições, mas suas ações parecem tomar esta realidade como um quadro permanente, legitimando e estimulando a disseminação das relações de trabalho ditas informais que caracterizam a rotina dos catadores. Um desses mecanismos pode ser encontrado na aplicação de projetos pilotos de geração de renda a serem desenvolvidos pela Itaipu Binacional²². Neste sentido:

O “COLETA SOLIDÁRIA” é um dos projetos do Programa Cultivando Água Boa, que alia a necessidade de preservação do meio ambiente ao fato de milhares de catadores dependerem economicamente da separação dos materiais recicláveis.

[...] Melhorias na qualidade de vida e aumento da renda deixaram de ser sonho e passaram a compor estatísticas de sucesso, elevando o Coleta

²² A Itaipu é caracterizada neste estudo como representante do governo federal, uma vez que seu diretor brasileiro é nomeado pelo Presidente da República.

Solidária ao status de modelo de inclusão social de catadores para todo o país. (ITAIPU, 2008a)

Assim, é possível atribuir à Itaipu um papel importante neste processo, pois esta desenvolve projetos ditos de geração de renda²³ que são testados na realidade local de Foz do Iguaçu para, em seguida, ser aplicados em outras cidades e regiões do país, como demonstra o texto acima, atribuindo ao “Coleta Solidária o status de modelo de inclusão social de catadores para todo o país”.

A proximidade institucional da Itaipu com a cooperativa de catadores de Foz do Iguaçu, investigada neste estudo, traz algumas ressalvas quanto à realidade local e a dos catadores do restante do país.

Conforme texto disponibilizado pela Itaipu, busca-se a “replicação do projeto de Foz do Iguaçu para os demais municípios da BP3²⁴ e outras regiões do Brasil” (ITAIPU, 2008c). Isto se deve, principalmente, ao fato da Itaipu desenvolver projetos em âmbito local através das políticas públicas instituídas pelo governo federal, divulgando que isto representa uma forma de buscar minimizar os problemas sociais gerados a partir da construção da usina.²⁵

Vários são os elementos que demonstram esta peculiaridade da cooperativa na cidade de Foz do Iguaçu, no caso dos barracões equipados pela Itaipu com prensa e balança, e também ao conjunto dos catadores, como por exemplo, a distribuição gratuita de carrinhos e uniformes. Outro elemento que ainda está em fase de testes é o carrinho elétrico. Foram

²³ Além do Programa *Coleta Solidária*, com foco nos catadores de materiais recicláveis, a Itaipu conta também com os projetos *Jovem Jardineiro*, para jovens carentes e *Sustentabilidade das Comunidades Indígenas*.

²⁴ “A área de abrangência da Bacia Hidrográfica do Paraná III (BP3), corresponde à totalidade da área de drenagem dos afluentes pertencentes ao território paranaense que lançam suas águas diretamente no rio Paraná (Reservatório de Itaipu), localizadas entre os afluentes do rio Piquiri e do rio Iguaçu, perfazendo uma área de 8.389 km².” Fazem parte da BPIII os seguintes municípios: Mundo Novo, Altônia, Guaira, Terra Roxa, Mercedes, Nova Santa Rosa, Maripá, Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, São José das Palmeiras, Ouro Verde do Oeste, Toledo, Santa Helena, Diamante do Oeste, São Pedro do Iguaçu, Missal, Ramilândia, Vera Cruz do Oeste, Cascavel, Itaipulândia, Medianeira, Céu Azul, Matelândia, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Foz do Iguaçu e Santa Tereza do Oeste. Disponível em: http://www2.itaipu.gov.br/agua_boa/progr.htm. Acesso em 25 de julho de 2009.

²⁵ “A construção da Itaipu é um divisor de águas na história da sua região de influência. A oferta abundante de empregos e oportunidades provocou uma explosão demográfica. Em Foz do Iguaçu, a população quintuplicou em dez anos. No entanto, a geração de riquezas não veio acompanhada por uma distribuição de renda adequada. Ao longo dos anos, surgiram e agravaram-se problemas relacionados à desigualdade social, como violência, desemprego e analfabetismo. Consciente de sua importância neste contexto, a Itaipu promove ações de responsabilidade social desde o início das obras, no intuito de estimular o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais e promovendo a redução das desigualdades sociais. A inserção da responsabilidade socioambiental na missão institucional da empresa, em 2003, implicou na assunção de novos compromissos junto à comunidade e seus empregados. A empresa se compromete, desde então, a adotar políticas e práticas que tornem sua gestão transparente e contribuam para promover a cidadania, melhorar a qualidade de vida das comunidades com as quais se relaciona, impulsionar o desenvolvimento regional sustentável e, assim, construir uma sociedade mais responsável, justa e solidária”. Disponível em: <http://www.itaipu.gov.br>. Acesso em 20 de setembro de 2009.

distribuídas duas unidades para cada Centro de Triagem. De acordo com informações da Itaipu:

No passado constatou-se que a maioria dos catadores eram obrigados a emprestar ou alugar o carrinho de coleta dos atravessadores, tornando-se praticamente seus escravos, o que motivou o projeto a fabricar e distribuir gratuitamente aos carrinheiros sua ferramenta de trabalho. Outro ponto importante foi a distribuição de uniformes aos catadores, mas, sem dúvida alguma, um passo fundamental na consolidação do projeto foi a disponibilização de Centros de Triagem equipados com prensas e balanças, proporcionando às cooperativas e associações de catadores ganhos substanciais. (ITAIPU, 2008c, p. 01)

Assim, a Itaipu apresenta-se como organizadora destes trabalhadores a medida que auxiliou a formação da cooperativa de catadores em Foz do Iguaçu, disponibilizando equipamentos e instalações para o funcionamento dos Centros de Triagem. Como foi visto, trata-se de um projeto piloto, sendo tais iniciativas pensadas localmente para depois serem inseridas no contexto nacional, pela comissão dos representantes do programa na Itaipu em parcerias com o Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis (MNCR)²⁶. Assim foram relatados alguns elementos:

Já foram entregues 22 unidades, distribuídas entre os nove barracões de armazenamento e triagem de materiais recicláveis de Foz do Iguaçu. Para até o final de 2008 está programada a fabricação de 50 carrinhos, dos quais 35 ficarão na região da BP3 e 15 irão para o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCMR).

[...] Antes do carrinho elétrico, a Itaipu havia produzido e doado aos catadores da BP3, além de outros materiais e equipamentos, 1.636 carrinhos convencionais construídos com materiais de sucata remanescentes da construção da usina. (ITAIPU, 2008b, p. 01)

Percebe-se que tal projeto está articulado ao Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Este, por sua vez, tem buscado articular os catadores em diversas regiões do país para organizá-los em cooperativas e associações, promovendo

²⁶ Na definição do próprio movimento: “O Movimento Nacional dos catadores é um movimento social que [...] vem organizando os catadores e catadoras de materiais recicláveis pelo Brasil afora. Buscamos a valorização de nossa categoria de catador que é um trabalhador e tem sua importância. Nosso objetivo é garantir o protagonismo popular de nossa classe, que é oprimida pelas estruturas do sistema social. Temos por princípio garantir a independência de classe, que dispensa a fala de partidos políticos, governos e empresários em nosso nome. Lutamos pela autogestão de nosso trabalho e o controle da cadeia produtiva de reciclagem, garantindo que o serviço que nós realizamos não seja utilizado em benefício de alguns poucos (os exploradores), mas que sirva a todos. [...] O Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR) surgiu em meados de 1999.” Disponível em: <http://www.mnrc.org.br>. Acesso em 28 de setembro de 2009.

discussões a respeito de formação política e conhecimentos que lhes permitam a organização coletiva²⁷. Previamente, foi constatado em trabalho de campo que este movimento tem representantes dos catadores em Foz do Iguaçu, promovendo ainda calorosos debates com representantes do Estado (Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, Itaipu, Ministério Público do Trabalho) durante as reuniões anuais do Programa Cultivando Água Boa. Quanto aos objetivos do MNCR:

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR, trabalha pela 'auto gestão e organização' dos catadores através da constituição de Bases Orgânicas, em que a 'participação' de todos os(as) catadores(as) que querem ajudar a construir a luta de seus direitos, seja um direito internamente garantido, mas também um dever do catador com a Base Orgânica, com um critério de democracia direta em que todos tem voz e voto nas decisões, conforme critérios constituídos nas bases de acordo. (MNCR, 2005, p. 06)

Isto demonstra que, o movimento organizado pelos catadores busca uma organicidade em suas ações, juntamente com os trabalhadores de sua categoria por todo o país, para juntarem esforços e ressaltar a expressão concreta de suas lutas.

É possível perceber que o MNCR está em constante busca a fim apresentar seus projetos e reivindicações junto aos agentes do Estado, como no caso das parcerias com a Itaipu e o desenvolvimento de tecnologias e organização dos catadores, na luta pelos direitos dos catadores, procurando reconhecimento como trabalhadores.

É neste contexto de lutas e embates que muitos programas patrocinados pelo governo federal referem-se diretamente aos catadores. A economia solidária tem assumido uma função estratégica para desenvolver ações sociais voltadas à geração de renda. Apesar de ser necessário refletir acerca da relação entre a teoria e a prática social, no caso das obras analisadas de Paul Singer, é preciso ressaltar que o governo tem reconhecido a experiência concreta de luta dos trabalhadores, como é o caso da representação dos catadores através do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Para compreender os limites desta relação, será necessário, em capítulo específico, desenvolver os elementos observados a partir da fala dos catadores de materiais recicláveis envolvidos neste processo, tanto os que fazem parte da cooperativa, quanto os que trabalham sem o vínculo.

²⁷ "O MNCR tem como prática a democracia direta, na qual os espaços deliberativos do movimento são as bases orgânicas e os comitês regionais. Dessa forma, os debates vem e voltam possibilitando a participação de todos os catadores. Cada Comitê Regional indica dois representantes para a Coordenação Estadual, que por sua vez indica dois delegados para a Comissão Nacional. [...] A equipe é composta por 5 catadores das regiões: Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste" Disponível em: <http://www.mnrcr.org.br>. Acesso em 28 de setembro de 2009.

Portanto, neste contexto histórico, é fundamental refletir sobre as questões do “acesso à cidadania” e da “inclusão social” para estes sujeitos históricos, uma vez que o Estado utiliza destes termos para justificar ações e programas desenvolvidos que, por exemplo, têm os catadores como público alvo. Neste sentido, apresenta-se uma visão crítica sobre o surgimento e os significados atribuídos historicamente a estes termos.

1.4 UM BALANÇO CRÍTICO SOBRE O DIREITO À CIDADANIA E À INCLUSÃO SOCIAL

A partir do que foi discutido acima, percebe-se que a formulação teórica de Boaventura de Sousa Santos e Paul Singer, quanto à autogestão de trabalhadores e o movimento cooperativista, mostra as cooperativas como um tipo de organização do trabalho inserido na sociedade capitalista, cuja maior finalidade é promover a “inclusão social” e a “geração de renda” para trabalhadores.

Neste sentido, os autores acima apresentam a “inclusão social” de forma distante das experiências dos trabalhadores, defendendo que as cooperativas seriam um meio de resgatar direitos sociais destas pessoas. No entanto, estes direitos são apresentados teoricamente por estes intelectuais sem uma problematização mais profunda sobre o que pensam e de que maneira são vivenciados pelos trabalhadores na realidade social. Em síntese, os direitos aparecem enquadrados num conceito de cidadania que antecede a própria existência destes sujeitos históricos.

Quanto à “inclusão social”, Ribeiro (1999) nota que esta questão vem sendo discutida há muito tempo. De acordo com a autora, a “exclusão” existe de variadas formas desde o surgimento da humanidade. No entanto, através de

[...] tal noção tem sido explicada a segregação dos “vagabundos” na sociedade inglesa do século XVIII e dos “não-empregáveis” na sociedade contemporânea globalizada, estes últimos colocados como objetos privilegiados de estudos sobre processos de exclusão. (RIBEIRO, 1999, p. 2-3)

Em uma perspectiva semelhante, Felipe Luiz Gomes e Silva parte da problematização deste conceito, compreendendo que,

[...] diante desse regime de acumulação, cabe ao Estado promover políticas assistenciais e filantrópicas para amenizar e aliviar o sofrimento de milhões de pessoas, porém, muitas vezes, essas políticas ferem a dignidade humana e não resolvem os problemas, pois não atacam, de fato, as causas estruturais. O Estado assistencialista, com apoio de ações locais, torna-se, assim, gerente dos desempregados, da pobreza e da miséria humana. (SILVA, Felipe L. G., 2008, p. 9)

Anderson (apud SADER E GENTILI, 1995, p. 157) observa que desde as últimas décadas são notáveis as mudanças às “políticas econômico-sociais”, sendo que

[...] estas se materializavam, sobretudo, em dois pilares fundamentais: a ofensiva privatizante e o movimento para retrain programas universais de proteção social em prol de critérios mais particularistas de acesso a benefícios.

Este contexto é marcado pelo avanço neoliberal como modelo hegemônico posto em prática, segundo Anderson (apud SADER e GENTILI, 1995), primeiramente como uma crítica ao Estado de bem-estar, seguido pela aplicação de um modelo doutrinário que intensifica ainda mais as relações e conflitos de classe, fator que é amparado por um forte apelo a valores ideológicos, dentre os quais a separação da sociedade em um setor formal e outro informal.²⁸

Em crítica a esta ideia de que a sociedade está dividida em dois setores: um formal e outro informal, Maria Augusta Tavares (2004) propõe uma discussão pautada no que chamou de *nova informalidade*, que se constitui a partir das relações informais inseridas no núcleo dito formal da economia, diferente do chamado *setor informal*. De acordo com suas considerações,

[...] o que se pretende é: (1) deixar claro que o setorialismo é uma invenção liberal, e assim sendo, (2) deslocar a discussão para o trabalho informal que se realiza no interior da produção capitalista, o que conduz a (3) afirmar uma elevada probabilidade de participação do trabalho informal no processo de acumulação capitalista. (TAVARES, 2004, p. 29)

Tavares analisa que sob uma perspectiva desenvolvimentista, foram implementados vários programas sociais com patrocínio do governo, especialmente no Nordeste. Isto começou a acontecer a partir da década de 1970, enfocando grande parte da população que

²⁸ Segundo Bosi e Varussa (2009, p. 29) “os trabalhadores ocupados em atividades à margem da regulamentação vigente são contados acima de 50%”.

estava submetida à extrema pobreza.²⁹ Nesta visão, pode-se apreender que há décadas a intervenção do Estado age com as atenções voltadas para estas parcelas mais empobrecidas da classe trabalhadora no Brasil.

Francisco de Oliveira (2003) critica as visões que tratam a questão da pobreza a partir da ideia de um “mundo dual” (setor formal *versus* setor informal), sendo possível perceber que se trata de uma visão naturalizadora do termo pobreza, como se esta fosse um círculo vicioso, impossível de ser superado. Assim,

[...] no plano teórico, o conceito de subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno”, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão-somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”, se se quer manter a terminologia. (OLIVEIRA, 2003, p. 32)

Desta maneira, os estudos criticados por Francisco de Oliveira ressaltavam a relação centro-periferia, deixando de analisar internamente os problemas estruturais peculiares da economia do país, principalmente no que diz respeito “à oposição entre classes sociais internas” (OLIVEIRA, 2003, p. 33).

Os catadores de materiais recicláveis aqui investigados são representantes deste processo, tanto por serem trabalhadores que vivenciaram trajetórias ocupacionais marcadas por expropriações, quanto pelas condições pelas quais se mantêm no mercado de trabalho, permanecendo durante grande parte de suas vidas desempregados, mas quase nunca desocupados. Estes trabalhadores são alvo de uma “inclusão que mantém-se excludente”, pois, nesta sociedade consumista, não há possibilidade de incluir a todos, senão de forma que a alguns reste apenas o mínimo necessário para a manutenção do corpo enquanto força de trabalho. Sob este raciocínio, a noção de cidadão conota um sentido de igualdade, numa sociedade dita “democrática”, porém as condições, formas de acesso e de direitos são radicalmente desiguais e permeadas por conflitos de classes.

Assim, as análises de Francisco de Oliveira e as de Maria Augusta Tavares são de grande valia para pensar-se sobre as relações travadas na realidade social pelos trabalhadores

²⁹ Anderson coordenou um interessante debate acerca do neoliberalismo, sendo que Atilio Borón se posicionou quanto a tal questão da seguinte maneira: “a categoria *neoliberalismo* é útil porque resume o senso comum da época, o senso comum imposto pelas classes dominantes. O senso comum da época é o neoliberal. O mercado é idolatrado; o Estado é demonizado; a empresa privada é exaltada e do “darwinismo social de mercado” aparece como algo desejável e eficaz do ponto de vista econômico” (ANDERSON, 1995, p. 158).

com o Estado, desmistificando as premissas ideológicas pelas quais se debruçam os discursos neoliberais, que leem a atual situação de miséria como de única responsabilidade dos indivíduos que não conseguiram se adaptar às configurações do mercado.

Nesta perspectiva, encontramos nas análises de Luiz Antônio Machado da Silva (2002) uma leitura semelhante quanto ao processo histórico e suas interpretações da realidade brasileira. Para este autor, as discussões a respeito do chamado setor informal têm seu foco nos trabalhadores mais empobrecidos do país, onde a questão permeada não se refere ao trabalho em si, mas às formas pelas quais estas pessoas se integram ao processo produtivo. Assim como para Francisco de Oliveira (2003), Luiz Antônio Machado da Silva (2002) observa que esta discussão surgiu na década de 1960. Por um lado, tinha-se a “teoria da modernização”, propugnante que os países ditos periféricos não conseguiam sair do atraso para modernizar-se de fato, não conseguindo romper com os padrões tradicionais. Por outro lado, havia a “teoria da marginalidade” pautada em uma visão crítica, na qual se tentava desmistificar as noções de atraso e deixar evidentes os desequilíbrios estruturais herdados pela consolidação do modo de produção capitalista nos países ditos subdesenvolvidos.

Nesta perspectiva, Luiz A. M. da Silva (2002) demonstra que o termo “informalidade” não tem relevância e sentido quando analisado a partir da realidade social, sendo que atualmente é possível utilizá-lo como sinônimo para práticas neoliberais, tal como no caso do processo de flexibilização. Assim, o autor sistematiza os principais pontos de crítica acerca do debate sobre a informalidade:

- a) tratava-se de uma discussão sobre a integração sistêmica característica do subdesenvolvimento, focalizando especificamente seus efeitos sobre a composição econômica e a capacidade política das categorias de trabalhadores mais desfavorecidos;
- b) expressava um consenso em torno do papel estruturante da produção material e de seu centro dinâmico (a indústria moderna). “Informalidade”, assim correspondia à discussão sobre o que era considerado uma das particularidades mais importantes do capitalismo retardatário, a existência de formas “atípicas” de mobilização do trabalho.
- c) todo o debate ocorreu durante um período de ampla e generalizada expansão econômica, que vem se esgotando desde a segunda metade da década de 1970. (SILVA, Luiz A. M., 2002, p. 19)

Conclui-se que tal termo é rechaçado como um conceito totalmente esgotado em sua capacidade analítica, pois está sendo

[...] **substituído** por outro, o par “empregabilidade / empreendedorismo”. Este aponta, segundo penso, para novos modos de exploração capitalista,

cuja característica mais fundamental é a individualização e a subjetivação dos controles que organizam a vida social, inclusive a produção material. (SILVA, Luiz A. M., 2002, p. 20-21, grifos originais)

Neste sentido, concorda-se com Silva (2002), o qual identificou uma “naturalização” das relações de trabalho informais. Desta forma, empregabilidade e empreendedorismo fazem parte de uma terminologia utilizada para se referir a uma forma renovada sobre as relações de trabalho informais.

Boaventura Santos e Singer fazem uma leitura a partir da qual estes trabalhadores estariam “excluídos” da cidadania. Mas, é preciso lançar as questões: o que significa de fato “cidadania” para estas pessoas estigmatizadas pela sociedade? Até que ponto tem respaldo social promover a “inclusão” destes trabalhadores?

Enquanto conceito sociológico, o termo “exclusão” surgiu na França, durante as décadas de 1950 e 1960, sendo criado por cientistas sociais que procuravam compreender e analisar a população em grande crescimento de pobres e pessoas sem ocupação, o que já não podia ser ignorado no panorama da cidade (RIBEIRO, 1999). Segundo as considerações de Ribeiro (1999, p. 03):

A noção de exclusão, por um lado, está fundamentalmente ligada ao que alguns autores chamam a “nova questão social”, referente a uma pobreza que, sob certos aspectos, é igual; sob outros, é diferente, por isso nova, daquela que, no século XVIII, mereceu estudos sob as rubricas de “vagabundagem” e “proletarização”.

Deste modo, a autora traça um paralelo com o século XVIII e com a maneira como os pobres eram analisados por estudiosos da época, com vistas à vagabundagem e à marginalização dos sujeitos assolados pelo desemprego. O que chama de “nova questão social” está estreitamente ligada a noções como esta. É nesta perspectiva que o conceito de “exclusão” ganha peso nos discursos contemporâneos, principalmente por parte do Estado e pela mídia. A partir de tais constatações, Ribeiro (1999) traça alguns dos limites deste conceito.

Para a autora, a categoria é utilizada de forma superficial para o enquadramento em casos específicos, sem a devida problematização com bases na realidade social, tampouco se discutem as ligações estabelecidas no âmbito macro histórico, com o que se está em conformidade neste estudo, ao notar que as causas estruturais da questão nunca são atingidas. Neste sentido, nota-se que as discussões e experiências fundamentadas no conceito de “exclusão” representam “lutas por inclusão que tanto desmerecem o papel dos sujeitos dessas

lutas quanto mantém o modelo social produtor da exclusão” (RIBEIRO, 1999, p. 05). Já a partir das análises do termo na língua portuguesa, Ribeiro (1999, p. 06, grifos originais) constata:

Levanto algumas questões sobre os limites da categoria, a começar pela definição léxica da palavra, que aparece no Dicionário de Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Hollanda – *exclusão: ato pelo qual alguém é privado ou excluído de determinadas funções* –, em que na sua composição está o prefixo *ex* (fora), que separa, corta, inviabiliza a relação. Quer dizer, o sentido, a imagem e a realidade dos excluídos mostram contingentes humanos colocados do lado de fora de uma sociedade cujos mecanismos de impermeabilização de suas fronteiras não permitem o retorno ou a possibilidade de estabelecer relações com os que estão dentro, os incluídos, estes aterrorizados diante da ameaça constante de serem os próximos a ficarem do lado de fora.

Desta forma, é possível notar certa proximidade com Marx (1988) quanto às suas análises acerca do exército de reserva de trabalho que, como já salientado, exerce pressão aos que atualmente estão ocupando um posto no mercado de trabalho. Ribeiro (1999) oferece uma síntese acerca de sua compreensão sobre a inconsistência e limitações do termo “exclusão”:

No meu entendimento, ela não chega a captar a relação contraditória que os sujeitos do trabalho continuam a manter tanto com o mercado de trabalho, na busca inútil dos empregos perdidos e na constituição de novas alternativas de trabalho, quanto com o mercado de bens de sobrevivência. A categoria *exclusão*, nesse caso, não somente perde a perspectiva da relação e do movimento, como também designa aos excluídos um papel de meros objetos, seres amorfos que aceitam a inexorabilidade de sua exclusão, ofuscando, desse modo, a sua atuação como sujeitos que pressionam, que reivindicam e que, principalmente, constroem novas formas de relações entre si, com a natureza e com a produção, portanto, novas práticas/concepções de educação. *Exclusão*, nessa perspectiva, parece-me frágil por duas razões. Primeiro, porque a realidade de hoje é diferente daquela sobre a qual se debruçou Marx para a compreensão das relações contraditórias que estão na gênese do capital, ou seja, a categoria *exclusão* explica, até certo ponto, os processos de expulsão dos empregos, mas poderia dizer-se metafóricamente que é curta para abarcar a contradição que expulsa o trabalhador do mercado da produção e o mantém preso ao mercado de bens de consumo, que Thomas (1997) aponta como um duplo distanciamento em relação aos sistemas produtivo e de consumo. Segundo, porque o uso da categoria pode implicar a aceitação da ordem que exclui, uma vez que a luta pela inclusão é também uma luta para manter a sociedade que produz a exclusão. (RIBEIRO, 1999, p. 6-7, grifos originais)

De acordo com o raciocínio da autora, pode-se notar a estreita relação que os considerados por Singer como “excluídos” têm com o circuito capitalista de produção e

circulação de mercadorias. Do mesmo modo, ressalta-se com base em Rosa Luxemburgo, o caráter de ligação que as cooperativas não podem romper com o capitalismo. O que percebe-se é que a realidade social destas pessoas deixa explícita sua ligação com o capitalismo. No âmbito discursivo soa mais convincente, numa visão pautada no senso comum, que os projetos de geração de renda constituem uma boa medida governamental na busca por soluções para os problemas sociais que estão escancarados nas ruas da cidade.

Nesta direção, a “cidadania” também é um conceito utilizado como argumento e justificativa nos discursos e práticas que focalizam as camadas mais empobrecidas dos trabalhadores e que fomentam as organizações cooperativas de catadores de recicláveis. Segundo Felipe L. G. e Silva (2008, p. 02),

[...] como é conhecido, as históricas lutas pela cidadania plena teve como eixo fundamental o direito ao trabalho, direito esse negado, sistematicamente, pela ordem capitalista global, apoiada, atualmente, pela ideologia neoliberal.

Assim, busca-se analisar a experiência do trabalho organizado na cooperativa a partir de relações de exploração e de luta de classes vividas e percebidas pelos catadores. Felipe L. G. e Silva (2008) utiliza a experiência histórica de diversos países para demonstrar diferentes ações focalizando os pobres, então considerados excluídos dos direitos sociais e cidadania. Em Paris, no século XIX, a classe trabalhadora morria de fome e com doenças facilmente espalhadas em condições de extrema miséria, quando instituições de caridade e assistência pública realizavam ações insuficientes para com estas pessoas. Na França, o decreto 05/07/1808 criminalizava a mendicância. Em Londres, o quadro não era diferente. Instituições de caridade desenvolviam ações locais e limitadas aos miseráveis, nas quais as possibilidades de encontrar postos de trabalho eram remotas.

Vieira (1997) também pode auxiliar na compreensão quanto ao tema da cidadania. Segundo ele,

[...] em Roma o escravo é um homem sem direitos por oposição ao cidadão, na República Moderna os direitos civis são reconhecidos a todos, são direitos naturais e sagrados do homem. Conforme consagrado na Declaração dos Direitos do Homem da Revolução Francesa, todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Daí irradiam as liberdades civis de consciência, de expressão, opinião e associação, bem como o direito à igualdade e o direito de propriedade que está na base da moderna economia de mercado. (VIEIRA, 1997, p. 29)

Nesta direção, percebe-se que o direito à cidadania, ligada à ideia de acesso a direitos na sociedade, não se constituía em um direito universal dos cidadãos, desde séculos e no mundo todo, primeiramente ao não conseguir absorver todas as pessoas no mercado de trabalho, deixando à mercê da própria sorte ou de ações governamentais de alcance pontual.

Segundo Dagnino (1994), a cidadania é marcada por terrenos específicos de lutas e embates de classe. Assim, concorda-se com a autora no sentido de se romper com uma descrição que delimite este termo, como se fosse possível enquadrar os sujeitos históricos em um modelo de cidadania. Assim,

[...] afirmar a cidadania como estratégia significa enfatizar o seu caráter de construção histórica, definida portanto por interesses concretos e práticas concretas de luta e pela sua contínua transformação. Significa dizer que não há uma essência única imanente ao conceito de cidadania, que o seu conteúdo e seu significado não são universais, não estão definidos e delimitados previamente, mas respondem à dinâmica dos conflitos reais, tais como vividos pela sociedade num determinado momento histórico. Esse conteúdo e significado, portanto, serão sempre definidos pela luta política. (DAGNINO, 1994, p.116)

Pensando na realidade brasileira, este elemento demonstra, inclusive, o papel de Singer no Governo federal, utilizando tal conceito como funcional à justificativa e à relevância das Políticas Públicas, às quais visam desenvolver com os trabalhadores mais empobrecidos do país. Pode-se notar no trecho seguinte o posicionamento adotado por Singer (2004c, p. 02) quanto às comunidades pobres, assim as definindo:

Comunidades pobres podem ser classificadas pelo seu grau de integração ao mercado global. Há as excluídas desde há muito tempo e que vivem em economia de subsistência, de forma quase autosuficiente, como os remanescentes de quilombos, por exemplo. E há as recém excluídas, como o cinturão da “ferrugem” (a região do ABC, S.Paulo p. ex.) cujos moradores foram empregados de indústrias, que encolheram ou desapareceram em função da abertura do mercado interno e do progresso tecnológico. Estas últimas comunidades sobrevivem com rendas precárias, nas formas de auxílio a desempregados e aposentadorias dos mais velhos. Enquanto as primeiras são pobres porque não ganham o dinheiro que precisariam para comprar no mercado exterior (à comunidade) bens e serviços que satisfazem suas necessidades básicas, as últimas sofrem pela ociosidade de muitos membros e pela insuficiência das transferências de renda.

Fica evidente sua compreensão acerca dos pobres, e de que estas comunidades estão ligadas ao mercado global, mesmo que logo em seguida considere-as como “excluídas”, em termos de condições de trabalho.

Várias são as tentativas de teorização acerca da realidade social, e diversos estudos demonstram as conquistas de trabalhadores inseridos na atividade da cata a partir de seu ingresso em organizações coletivas de trabalho (OLIVEIRA, 2001), enquanto outros atribuem à própria atividade da cata de recicláveis a característica de uma estratégia de sobrevivência (CESCONETO, 2002).

Na perspectiva que compreende as cooperativas como uma forma de resgate social destes sujeitos, encontra-se em Maria Vany de Oliveira (2001) a identificação dos catadores de materiais recicláveis de Belo Horizonte com a busca pelo reconhecimento do trabalho autônomo. Para ela, estes trabalhadores almejam, principalmente, o direito ao trabalho e ao reconhecimento como sujeitos coletivos portadores de direitos na sociedade – como trabalho, moradia e saúde - notando assim, que “estes, vêm sendo conquistados paulatinamente, desde que iniciaram sua articulação e organização” (OLIVEIRA, 2001, p. 11).

Maria Vany de Oliveira (2001) ampara-se nas análises de Dagnino (1994) para buscar a compreensão acerca da cidadania em relação a seu objeto de estudo, considerando a emergência de uma *nova noção de cidadania* como permeada por duas dimensões. A primeira seria ligada à experiência concreta dos movimentos sociais, pela luta por direitos, sendo que a noção de cidadania se entrelaça com o acesso à cidade. Em segundo lugar, passaria pela construção da democracia. Assim, Maria Vany de Oliveira (2001) conclui esta ideia dizendo que, “na medida em que se afirma a cidadania como estratégia política considerada como elemento fundamental [...], se enfatiza o seu caráter de construção histórica que se define por interesses e práticas concretas de luta pela sua contínua transformação” (OLIVEIRA, 2001, p. 20-21). Para Dagnino (1994, p. 108),

[...] essa concepção não se limita portanto a conquistas legais ou ao acesso a direitos previamente definidos, ou à implementação efetiva de direitos abstratos e formais, e inclui fortemente a invenção / criação de novos direitos, que emergem de lutas específicas e da sua prática concreta.

Neste sentido, pode-se notar na perspectiva adotada por Maria Vany de Oliveira (2001), que muitas vezes apareceu também nas análises de Singer, que a cooperativa é entendida como um espaço de resgate da cidadania destes trabalhadores, ditos à margem da sociedade. Assim, “o nome de trabalhador foi a conquista mais desejada por esses sujeitos e o que mais os motivou no início de sua mobilização” (OLIVEIRA, 2001, p. 210). Isto se deve aos estigmas sociais que os catadores sofrem cotidianamente, ao serem reconhecidos como

lixeiros, muitas vezes sendo insultados e confundidos com mendigos ou recebendo outras denominações relacionadas a atividades marginalizadas.³⁰

De modo preliminar, é possível notar algumas melhorias na qualidade de vida e, principalmente, nas condições de trabalho dos catadores cooperados, integrantes ao Programa Coleta Solidária. Tais mudanças foram relatadas pelos catadores como significativas em seus cotidianos.³¹ No entanto, é preciso discutir de maneira mais detalhada, como tal questão se apresenta nos relatos feitos por estes catadores, assim como a partir da visão que os não cooperados têm sobre o assunto, problematizando os limites do Programa.

1.5 CONSIDERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS PARA A ANÁLISE A PARTIR DA VISÃO DOS SUJEITOS HISTÓRICOS ENVOLVIDOS

Pode-se apreender deste breve debate acerca da problematização das cooperativas, que as mesmas surgem com uma proposta de subversão social com princípios socialistas. Neste sentido, segundo Susan Himmelweit, “a exploração no modo de produção capitalista é diferente da que existe nos modos de produção não-capitalistas porque ocorre normalmente sem a intervenção direta da força ou de processos não-econômicos” (apud BOTTOMORE, 2001, p. 145). Assim, nota-se que as cooperativas partiram de princípios anticapitalistas na formulação e experiências no século XIX, principalmente pelos chamados Socialistas Utópicos³².

Com o processo de industrialização, houve grandiosas e intensas mudanças sociais que afetaram e modificaram os modos de vida dos trabalhadores. Com as reflexões possibilitadas a partir de Harry Braverman (1987), podemos compreender de que forma o sistema social capitalista se torna hegemônico na vida das pessoas com a consolidação desta economia de mercado que mudara radicalmente as relações sociais vividas até então.

³⁰ Questão que será problematizada a partir da fala dos próprios sujeitos.

³¹ Isto será discutido de modo mais pormenorizado no terceiro capítulo.

³² Na Inglaterra, Robert Owen participou das primeiras fundações de cooperativas. Na França, Charles Fourier e Pierre Proudhon se destacam nesta perspectiva pioneira de cooperativismo. Tais autores são denominados “socialistas utópicos”. Suas obras propunham a formação de uma sociedade libertária e auto-administrada. Almejavam construir uma sociedade que fosse pautada nos princípios de igualdade, onde houvesse uma integração harmoniosa entre seus indivíduos e a sociedade. Idealizavam a formação de comunidades onde todos trabalhariam pelo bem comum, e onde acabariam as escórias da sociedade, como a miséria, o alcoolismo, a criminalidade, etc. Sobre o assunto ver: PETITFILS, Jean-Christian. *Os Socialistas Utópicos*. Círculo do livro: São Paulo, 1977.

Porém, este processo de transformação social foi vivenciado pelos trabalhadores de forma muito conflituosa. Assim, como foi visto o mercado de trabalho capitalista não pode absorver todos os trabalhadores, ocorrendo que muitos vivem a partir de ocupações externas ao circuito formal, sem emprego fixo. Com isto, o capital tem conseguido manter estes trabalhadores à disposição, pressionando os que se mantêm no mercado de trabalho, e possibilitando ainda rebaixar mais os salários, sobretudo da camada mais empobrecida da classe trabalhadora.

Thompson (2001), por sua vez, destaca o período da industrialização como peculiar para a análise das cooperativas, sendo que as mesmas só poderiam ser estáveis à medida que o capitalismo também se estabilizasse como modo de produção. Assim, desde seu surgimento, as organizações cooperativistas dependiam do funcionamento do capitalismo, pois, se este fosse mal, afetaria os rendimentos salariais dos trabalhadores e com isto, as vendas nas cooperativas de consumo, a maioria neste período, prejudicando tais organizações.

Ao longo do texto, retoma-se a noção de “superpopulação relativa de trabalhadores”, pois percebe-se que é a partir dela que se formou o grande contingente de trabalhadores envolvidos com a cata de recicláveis. Percebe-se sua funcionalidade para a manutenção e reprodução do modo capitalista de produção. Estes trabalhadores, por determinados motivos, não puderam permanecer do mercado de trabalho, ou mesmo em ocupações formais, como através da expropriação das condições de trabalho no campo, quando em geral possuem baixa escolaridade, idade avançada ou problemas de saúde que impossibilitam ocupações formais. Cabe ainda refletir em que medida esta superpopulação tem sido (re)criada em Foz do Iguaçu.

Segundo a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu:

Com a inauguração da Ponte Internacional da Amizade (Brasil - Paraguai) em 1965 e inauguração da BR-277, ligando Foz do Iguaçu à Curitiba e ao litoral, em 1969, Foz do Iguaçu teve seu desenvolvimento acelerado, intensificando seu comércio, principalmente com a cidade paraguaia de Puerto Presidente Stroessner (atual Ciudad del Este).³³

Neste processo, muitos catadores de recicláveis relataram que, a partir deste período, acreditaram que devido ao crescimento acelerado da cidade, poderiam mudar-se para Foz do Iguaçu para procurar emprego, pois imaginavam ser grande a demanda por força de

³³ Disponível em: <http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br>. Acesso em 18 de setembro 2008.

trabalho³⁴. Porém, foi a partir da construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu que este fator intensificou-se ainda mais, como pode-se perceber:

A construção da Hidrelétrica de Itaipu (Brasil - Paraguai), iniciada na década de 70, causou fortes impactos em toda a região, aumentando consideravelmente o contingente populacional de Foz do Iguaçu. Em 1960, o município contava com 28.080 habitantes e, em 1970, com 33.970, passando a ter, em 1980, 136.320 habitantes e registrando um crescimento de 385%, estimando-se hoje uma população de 311.336 habitantes.³⁵

Por fim, quanto ao pensamento marxista, percebe-se a relevância desta discussão ao evidenciar-se que é possível acabar com o caráter despótico de subordinação do trabalhador ao capital. Porém, como ressaltou Rosa Luxemburgo (1990), estas iniciativas são limitadas, pois só produzem relações realmente solidárias no interior das organizações cooperativas, continuando presas aos ditames do sistema de produção e circulação capitalista.

Portanto, é necessário, após apresentar de maneira sucinta a organização da atividade da cata de recicláveis em Foz do Iguaçu, demonstrar sua organização e a maneira como percebem a exploração do trabalho e, como isto ocorre a partir da visão e experiências dos catadores de recicláveis, os cooperados e os não cooperados.

Após a tentativa de demonstrar uma primeira aproximação quanto à visão expressa por diferentes instâncias do Estado sobre o assunto, será necessário ainda, situar e analisar historicamente as leis e documentos produzidos visando os catadores de recicláveis como uma forma de contrapor as perspectivas distintas dos sujeitos envolvidos.

Por fim, as análises seguintes a este capítulo deverão centrar-se numa questão primordial de saber como estes sujeitos históricos percebem as questões presentes nos discursos produzidos pelo Estado e pela mídia, a respeito da “inclusão social” e do direito à “cidadania” para estes trabalhadores que vivem em condições muito precárias de trabalho e de vida.

³⁴ O processo de migrações pelas quais passaram os catadores de recicláveis que não são naturais de Foz do Iguaçu, e as perdas sofridas em relação ao mundo do trabalho destas pessoas serão discutidos em capítulo próprio, a partir dos relatos destes sujeitos.

³⁵ Disponível em: <http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br>. Acesso em 18 de setembro 2008. Já no início da década de 1990, contava com cerca de 190.00 habitantes. Projeto de lei nº144/2007. Disponível em: <http://www.chico.noroeste.com.br>. Acesso em 30 de junho de 2009. Atualmente estima-se uma população de 320.000 habitantes na cidade. Disponível em: <http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br>. Acesso em 30 de junho de 2009.

CAPÍTULO 2

2. DINÂMICAS DE TRABALHO DA COOPERATIVA DE CATADORES DE FOZ DO IGUAÇU E SUA RELAÇÃO COM AS INICIATIVAS DO ESTADO

2.1 PRIMEIRAS INDAGAÇÕES SOBRE A CATA DE RECICLÁVEIS

As discussões a serem feitas neste capítulo serão orientadas pelas seguintes questões gerais: 1) formação de uma superpopulação relativa de trabalhadores na cidade de Foz do Iguaçu a partir de 1970, a qual possibilita na atualidade a expansão da atividade da cata de recicláveis na região; 2) o fato de este quadro ser totalmente funcional para o circuito industrial da reciclagem, pois mantém grande número de trabalhadores desempenhando a baixos custos a função do recolhimento diário da matéria prima utilizada no setor; 3) e a abordagem das causas que efetivaram as relações de trabalho vivenciadas na cooperativa de catadores de Foz do Iguaçu mostrando sua dependência em relação às iniciativas do Estado, representadas, principalmente, pela Itaipu e Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu através da Secretaria do Meio Ambiente.

Considerando-se a pesquisa anterior sobre os catadores de Foz do Iguaçu (PELISSER, 2006), foi possível perceber a presença desses trabalhadores na cidade desde o começo de 1990. É certo que sempre houve estranhamento entre estes e a população local, em razão dos estigmas sociais carregados pelos catadores. Porém, recentemente os conflitos vivenciados no cotidiano de trabalho destas pessoas tomaram proporções maiores e permitiram, por conseguinte, uma visão mais ampla e noticiada das relações sociais. Nesse sentido, tais conflitos impuseram a necessidade da intervenção do Estado por meio de ações que garantissem ao menos sua amenização, o que vai muito além das questões relativas ao desenvolvimento de políticas públicas de “geração de renda” e “inclusão social”. Assim, visando à classe destes trabalhadores, analisar-se-á os referentes aspectos através de legislações e documentos oficiais.

Assim, na medida em que a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu busca organizar estes trabalhadores, atua também no sentido de reduzir estes conflitos com a população da

cidade. Desse modo, confere-se grande importância, nesta pesquisa, a relação entre a organização e a disciplinarização do trabalho dos catadores e sua atuação na cidade, priorizando a maneira como isso se dá, seja através dos programas e projetos realizados focalizando estas pessoas, seja a maneira encontrada para amenizar os conflitos com a população e com os empresários, ou ainda, as formas pelas quais se tornem menos visíveis nas áreas de maior circulação de turistas.

A partir destas preocupações apresentadas acerca deste processo histórico e da forma como os sujeitos envolvidos se relacionam, se iniciará a análise de trajetórias ocupacionais relatadas por catadores e, em contrapartida, de documentos oficiais, como legislações, por exemplo, para demonstrar a maneira como se apresentam os agentes organizadores e disciplinadores desta numerosa força de trabalho atuante em Foz do Iguaçu/PR.

Cabe ainda apresentar a maneira como os catadores se organizam espacialmente na cidade e como interagem com as iniciativas propostas pela Prefeitura Municipal e Itaipu. Para ilustrar a localização dos barracões da cooperativa de catadores de recicláveis em Foz do Iguaçu, apresenta-se o seguinte mapa:

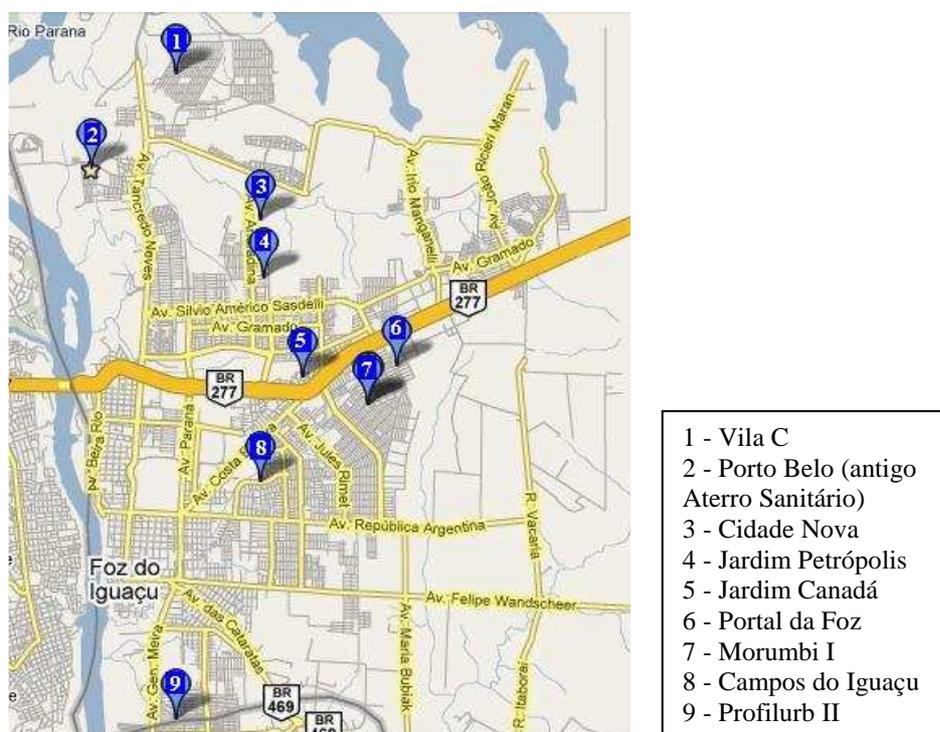


IMAGEM 2 – Foz do Iguaçu – Localização dos Centros de Triagem em funcionamento.

Fonte: Google Maps. Organização da Autora.

Em 2003, a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu pautou a coleta do material reciclável na cidade. Participaram do evento representantes do Ministério Público do

Trabalho, do Instituto Lixo e Cidadania, dos catadores de materiais recicláveis da região da Bacia do Paraná III e da empresa privada Queiroz Galvão (atual Vital Engenharia), contratada para efetuar a limpeza pública municipal e o recolhimento de lixo.

Tal reunião foi realizada com o objetivo de discutir o conflito que tinha, de um lado, os catadores reivindicando o direito de exercer a atividade da cata e, de outro, a Prefeitura tentando implementar um programa de coleta seletiva protagonizado pela Queiroz Galvão.

Além disso, nesta reunião, discutiu-se a implantação de um Programa de Coleta Seletiva no município de Foz do Iguaçu, a partir de parceria com a empresa de limpeza urbana, Queiroz Galvão, atualmente denominada Vital Engenharia Ambiental. Porém, os catadores que participavam do lançamento deste projeto apresentaram grande resistência devido ao padrão que estava proposto para a coleta seletiva na cidade, que atendiam aos interesses desta empresa privada, sem levar em consideração as reivindicações e necessidades dos trabalhadores envolvidos na atividade.

A partir destas discussões, o Programa Coleta Solidária foi iniciado em 2004 em parceria com a Prefeitura Municipal e a Itaipu Binacional, segundo documento extraído do site da Itaipu:

As ações de responsabilidade social que a Itaipu desenvolve nas comunidades da região de sua influência, a Bacia do Paraná III (BP III), são voltadas aos setores em situação mais crítica, entre os quais estão os catadores de materiais recicláveis das ruas das cidades. Para elevar a qualidade de vida dessas pessoas, o programa sócio-ambiental Cultivando Água Boa, conduzido pela Diretoria de Coordenação, executa o projeto Coleta Solidária.

Os catadores geralmente não são valorizados nem respeitados, mas prestam relevante serviço à sociedade e ao meio ambiente, constituindo-se em autênticos agentes ambientais.³⁶

Percebe-se no trecho acima que a Itaipu enfatiza suas ações no sentido de apresentar suas ações no desenvolvimento da “responsabilidade social”, uma vez que a construção da Itaipu acarretou grandes impactos sociais desde sua construção.

Nesta primeira proposta discutida na reunião, os catadores seriam excluídos do processo de recolhimento dos materiais recicláveis que compõe sua principal atividade de trabalho. Houve, então, muita resistência por parte dos catadores, ao colocarem-se diante de tais representantes do Estado como trabalhadores que não poderiam ter suas atividades

³⁶ Disponível em: http://www.itaipu.gov.br/respo/balan_2004/colet.htm. Acesso em 03 de março de 2007.

desempenhadas por uma empresa paga para um trabalho que eles realizam sem qualquer custo para o município.

Assim, neste projeto, seria realizada uma campanha para que os lares e estabelecimentos da cidade efetuassem uma separação prévia de seu lixo reciclável e depositassem em “Pontos de Entrega Voluntária”, estrategicamente espalhados pela cidade para que os caminhões da Queiroz Galvão recolhessem periodicamente. No entanto, este intento não se concretizou.

Ao final do ano de 2003, com o apoio da Itaipu, a Prefeitura Municipal fomenta a primeira instalação de um Centro de Triagem pelo Programa Coleta Solidária. Este barracão localiza-se no bairro Morumbi I, como aponta o marcador nº 7 na Imagem 2. No entanto, devido a Prefeitura não continuar com o apoio dado inicialmente, principalmente no que se refere às atividades administrativas, burocráticas e contábeis, o barracão foi fechado no início de 2004. Alguns meses depois, o novo gestor do Programa Coleta Solidária auxiliou um grupo de catadores a retomar as atividades neste mesmo Centro de Triagem.

Nesta primeira tentativa, este Centro de Triagem trabalhava com um sistema de compra e venda de materiais de catadores, inclusive de não cooperados. O catador Geraldo Gonçalves explica como vivenciou este momento de formação da cooperativa:

Essa cooperativa, ela funcionava assim: comprava e vendia. [...] E daí geralmente não tinha organização, por exemplo, eu catava o meu material, levava pra casa, colocava lá em casa, separava esse material da forma que a gente entendia dessa parte, porque geralmente quem tá na rua não entende bem a parte do material. Aí quando tinha um bom tanto, vinha aqui, colocava aqui na agenda o dia pra eles vim buscar, e depois eles vinham e compravam, pagavam. [...] Mas aí eu nem fiquei sabendo mesmo a parte certamente porque motivo que foi caíndo, que foi caíndo, até que totalmente, [...] que veio a fechar. Aí fechou o barracão.³⁷

Geraldo fala sobre o sistema de compra e venda dos materiais recicláveis no período de formação do primeiro barracão da cooperativa de catadores de Foz do Iguaçu. Nele, os catadores não precisavam ser cooperados. Bastava dirigir-se ao barracão para efetuar a venda dos materiais coletados, sem qualquer vínculo com a cooperativa. Isto se constituía como uma forma de estabelecer concorrência com os atravessadores, buscando melhorar os preços da venda para os catadores.

³⁷ GONÇALVES, Geraldo. Nascido em São Miguel do Iguaçu/PR, trabalhava com o pai em fazendas na região, posteriormente viveu durante 22 anos no Paraguai dedicando-se ao cultivo de grãos. No retorno ao Brasil em 2002 trabalhou em um mercado com serviços gerais por dois anos, tendo em seguida se inserido na atividade da cata. Entrevista concedida à autora em 03 junho de 2006.

Esta forma de trabalhar fracassou. Porém os motivos não eram conhecidos por Geraldo, o que evidencia que nem todos os catadores envolvidos estavam a par das ações postas em prática pela Prefeitura Municipal.

Viviane Mertig também fala sobre a maneira como funcionava este sistema:

O barracão começou comprando com valor bem mais alto do que os atravessadores pagavam, foi aonde que forçou os atravessadores a aumentar o preço, que daí eles estavam perdendo o material, eles começaram subir. Por algum tempo a gente trabalhou nesse processo, só que a gente quebrou. [...] Acabou que não deu certo. Foi onde que nós começamos daí a trabalhar na forma de cooperativa. A gente não compra mais material.³⁸

Viviane reforça a informação de que a maneira de trabalhar no barracão, baseada na compra e venda dos materiais recicláveis, não obteve êxito. Para ela, isto se deve ao fato de que o barracão não possuía “capital de giro” e estrutura para se manter e pagar os materiais no momento da compra. Após o fechamento desta primeira tentativa de constituição do barracão, este Centro de Triagem passou a funcionar na forma de cooperativa, sendo que, segundo ela, neste novo período os catadores cooperados doavam seus materiais para a cooperativa, para dividirem os rendimentos a cada quinzena.

Este novo período coincide o processo eleitoral de 2004, sendo que o programa de coleta seletiva do município tomou novo direcionamento com a troca do grupo político da prefeitura municipal, propondo novamente ações de fomento para uma cooperativa de catadores.

Nesta nova fase do Programa Coleta Solidária, a Itaipu Binacional em parceria com a Prefeitura disponibilizou uniformes aos catadores, prensa e balança para o trabalho no barracão e carrinhos confeccionados pela própria Itaipu com material remanescente da construção da barragem que formou o lago de Itaipu.

Hoje estão em funcionamento na cidade os nove barracões indicados na Imagem 2, contando com aproximadamente 160 cooperados. Após a apresentação de como foi formada a cooperativa de catadores em Foz do Iguaçu, são demonstrados alguns aspectos acerca do perfil sócio-econômico dos catadores, e como estes se dispõem e constituem-se na cidade.

³⁸ MERTIG, Viviane. 39 anos, natural de Foz do Iguaçu, representante municipal da Ong Instituto Lixo e Cidadania e do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis em Foz do Iguaçu. Entrevista realizada por Antônio de Pádua Bosi e Sônia Pelisser, no Centro de Triagem Morumbi I, no dia 19 de março de 2009.

2.2 QUEM SÃO OS CATADORES?

A trajetória dos catadores - ouvidos durante o trabalho de campo - é muito valiosa para compreendermos o processo histórico em questão. Assim, os dados obtidos a partir de pesquisa realizada em 2005 e 2006 (PELISSER, 2006), levaram a perceber que 50% dos catadores entrevistados trabalhavam há menos de um ano na cata, e aproximadamente 23% deles já desenvolviam a atividade há 10 anos ou mais.³⁹

A realidade encontrada no trabalho empírico realizado nos anos seguintes para análise no presente trabalho é semelhante. Isto foi indicado pela catadora cooperada Regina de Fátima dos Santos Silva, 48 anos, natural de Laranjeiras do Sul/PR, ao relatar que: “É, então a gente tá aí, né, fia. Já vai fazer três anos já que a gente tá lutando aí, por causa do desemprego, né?!”⁴⁰ Esta catadora trabalhou algum tempo como diarista na região onde mora, como explica:

Trabalhei [de diarista] aqui nessa Vila “A”. Aqui, eu conheci várias pessoas, a gente trabalhou junto, conviveu junto, e daí o desemprego foi apurando e daí a gente, e daí como a gente tem filhos pra criar, e não tinha da onde tirar, né?! E a gente virou catador, começamos a catar particular, antes de ter a cooperativa e daí como saiu os barracão, a gente conseguiu encaixar no barracão [Centro de Triagem Jardim Petrópolis], e estamos até hoje, três ano!⁴¹

Nota-se, desta forma, que Regina atribui um significado para sua inserção na atividade da cata de recicláveis ancorada no fato de não mais encontrar possibilidades de permanência na atividade de diarista, ocupação exercida por determinado tempo. Percebe-se ainda a importância que dá ao fato de ter a possibilidade de ingressar na cooperativa, encarado como uma melhoria nas condições de trabalho e na possibilidade de uma luta coletiva ao contrário do trabalho que desenvolvia sem tal vínculo e a maneira como esta atividade invadia o ambiente doméstico. Isto guarda estreitas relações com ações de fomento desenvolvidas principalmente pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu e a Itaipu Binacional. Sobre tal período Regina constata que

³⁹ Foram aplicados 22 questionários sócio-econômicos para análise na pesquisa monográfica, 12 entrevistas com catadores e uma com o então gestor do Programa Coleta Solidária.

⁴⁰ SILVA, Regina de Fátima dos Santos. Entrevista realizada pela autora em 24 de julho de 2008, nas dependências do Centro de Triagem Jardim Petrópolis.

⁴¹ SILVA, Regina de Fátima dos Santos. Entrevista realizada em 24 de julho de 2008.

[...] a nossa preocupação é que nós queria ser um grupo organizado, era a organização. E foi uma coisa assim que é muito importante a cooperativa pra nós, né? Porque nós catava e levava pra casa os material, né?! Agora não, agora o nosso terreno é limpo! não junta mais lixo.⁴²

Regina relata ainda que começou a catar materiais recicláveis através do convite de uma vizinha, com quem trabalhou durante algum tempo sem qualquer vínculo. Mais tarde, foi convidada para ingressar no barracão da cooperativa, recém implantado. Regina relata que “era o pessoal da Prefeitura mesmo [que recrutava os catadores], que quando abriu os barracão era eles que tava como líder, né?! Eles colocavam um deles ali pra ajudar nós, pra ensinar nós, como que nós tinha que ficar”.⁴³

Com um tempo de trabalho dedicado à atividade semelhante ao de Regina, encontramos a experiência de Arlindo Barbosa, 46 anos, catador não cooperado, nascido em Dionísio Cerqueira/SC, como conta a respeito do tempo em que exerce esta atividade: “Com reciclagem tá fazendo três anos”.⁴⁴

Os trabalhadores entrevistados expressam os anseios e esperanças que os trouxeram à Foz do Iguaçu no intuito de encontrar um lugar onde as possibilidades de conseguir trabalho fossem ampliadas. Dentre os motivos expostos, tem-se a perda das condições de sobrevivência através da antiga ocupação que exerciam e o convite de algum conhecido que os fez acreditar que nesta cidade o mercado de trabalho ofereceria vagas em abundância, tanto no que se refere às possíveis atividades ligadas à construção da Usina de Itaipu, quanto às atividades associadas ao comércio com o Paraguai.

Desta maneira, nota-se as dificuldades e processos de perdas sofridas por estes trabalhadores ao longo de suas trajetórias ocupacionais, como expõe a catadora cooperada Cleusa Cordeiro da Silva, que na data da entrevista tinha 42 anos:

É que eu morava em Assis Chateaubriand na época, né?! E lá estava muito fraco de serviço. Foz tinha a época que a gente passava muamba, né?! Paraguai, a febre do Paraguai. Daí eu vim pra cá pra passar muamba. [...] Trabalhei quatro anos, no Paraguai. Daí ficou fraco, né?! Daí eles baixaram a cota e daí eu arrumei serviço em Foz mesmo.⁴⁵

⁴² SILVA, Regina de Fátima dos Santos. Entrevista realizada em 24 de julho de 2008.

⁴³ Regina de Fátima dos Santos Silva. Entrevista realizada em 24 de julho de 2008.

⁴⁴ BARBOSA, Arlindo. Entrevista realizada pela autora em 03 de março de 2009, na residência do catador, na região do Porto Meira.

⁴⁵ SILVA, Cleusa Cordeiro. Nascida em Mamborê/PR. Entrevista realizada pela autora em 31 de janeiro de 2009, na residência da catadora.

A busca por oportunidades de trabalho norteou a vinda desta trabalhadora à Foz do Iguaçu, inicialmente inserindo-se na atividade também conhecida como dos “laranjas”, ligada ao comércio com o Paraguai, atribuindo um significado a esta ocupação atrelado a uma alternativa de possíveis bons rendimentos.⁴⁶ Este elemento mostrou-se presente na fala de grande número dos catadores entrevistados, evidenciando o modo pelo qual estes trabalhadores migraram para Foz do Iguaçu. Sobre isso, é elucidativa a trajetória de Arlindo:

Eu vim pra Foz, tá fazendo a média de trinta ano por aí. [...] Bom, eu vim aqui por causa que daí depois eu saí de Dionísio, aí vim pra Capitão. Ali em Capitão Leônidas Marques. Daí comecei colher feijão, limpar as granja, né?! Daí depois disso apareceu um parente que morava aqui. Aí apareceu lá e falou: olha, lá em Foz do Iguaçu é um lugar muito bom. Serviço, né?! E pra viver lá. Porque naquele tempo, exatamente não existia tanta, tanto roubo e matação de gente aqui. Então aqui era melhor de viver. Aí então eu peguei e vendi o que eu tinha, peguei umas bolsas lá, até coloquei os mais necessário, roupa e coisa assim, né?! Aí viemos aí, chegamos aí e começamos procurar um servicinho. E aí não tinha conhecimento com ninguém. Daí peguei e fui, fui vender picolé.⁴⁷

O caso de Arlindo, que chegou em Foz do Iguaçu na segunda metade da década de 1970, coincide com o de muitos trabalhadores migrantes que nesta cidade buscavam novas oportunidades, principalmente no período correspondente às décadas de 1960 a 1980. Estes não conseguiam manter-se em ocupações formais, passando a desenvolver atividades consideradas informais. Porém, os trabalhadores entrevistados relataram estar sempre em busca de novas ocupações, não permanecendo por muito tempo fora do mercado de trabalho, mesmo que sob atividades muito precárias.

Muitos catadores que se dispuseram a contar suas trajetórias de vida têm ricas experiências no mundo dos trabalhadores, ora por terem desempenhado diversas ocupações durante suas vidas, ora por terem provado sua capacidade de luta diante das dificuldades, que não são poucas ou fáceis de resolver.

Assim como Arlindo relatou que a primeira atividade que encontrou como possibilidade de trabalho para o sustento de sua família foi a venda de picolés nas ruas de Foz do Iguaçu, sua trajetória indica também que os conhecimentos sobre o trabalho que desenvolvia no campo já não lhe serviam como opção de trabalho. Arlindo inicia o relato de sua trajetória ocupacional lembrando o tempo em que trabalhava como bóia-fria, ainda no Estado de Santa Catarina, na região de Dionísio Cerqueira, onde nasceu. Segundo ele: “Lá eu

⁴⁶ Para maiores informações acerca dos trabalhadores ligados ao comércio com o Paraguai, consultar: Cardin (2006); Davi (2008).

⁴⁷ BARBOSA, Arlindo. Entrevista realizada em 03 de março de 2009.

trabalhava na colônia. [...] Trabalhava assim, pros outros. Trabalhava de bóia-fria, né?! [...] É, carpir, roçar, lavar, plantar, né?! Tudo isso”.⁴⁸

Após este relato, assinala o período em que se mudou para Foz do Iguaçu à procura de emprego. Buscando estabelecer-se em alguma ocupação, saiu à procura de uma atividade que proporcionasse rendimentos, e nos fala como estas mudanças deste período foram complicadas. Segundo suas palavras:

Aí no primeiro dia que eu fui vender picolé, eu já desmaiei por causa do calor, que eu não era acostumado. Que o calor aqui é mais forte do que pra lá. Aí desmaiei ali, mais ou menos lá no ponto final, desmaiei umas três hora, acordei as cinco. Me acordei o carrinho tava ali. Aí peguei aquele carrinho e vim pra casa. Daí cheguei, daí a finada da mulher vinha, ela trabalhava ali com uma mulher ali, ela pego aqueles, aqueles negócio do, de medi a pressão, né?! Aí foi lá e mediu a pressão, me deram uns remédio pra mim, eu fiquei lá. Fiquei uma porção de dia em casa. De repouso. E depois daí eu fui e comecei a trabalhar de servente [de pedreiro], lá na Vila Yolanda.

Nesse sentido, é perceptível na fala de Arlindo as dificuldades encontradas frente a cada nova ocupação. Neste caso, o trabalhador teve um mal estar devido às altas temperaturas facilmente atingidas nesta cidade, o que não acontecia em sua cidade de origem. Após ter procurado neste período estabelecer-s na cidade), Arlindo encontrou ainda uma ocupação no setor da construção civil, o que lhe possibilitou um novo aprendizado com a ajuda dos colegas para que pudesse desempenhar a atividade de pedreiro. No entanto, suas condições de saúde lhe impuseram novamente limites muito definidos, como ressalta sobre este período:

É, de servente de pedreiro. Ajudante, e daí depois o homem começou me ensinar. Daí eu já comecei a trabalhar de pedreiro também. Então, eu trabalho de pedreiro também. Só que eu num posso, por causa que eu tenho o problema da coluna. [...] Eu trabalhei acho que, eu acho que uns doze ano com isso. É, uns doze ano. [...] Não deu mais por causa do problema de coluna, né?! Que eu tenho o problema de coluna. Eu fui machucado, machuquei. Eu fui trabalhar no parque ali [Parque Nacional do Iguaçu], eu trabalhei, já tá fazendo o que? Quatro anos por aí, né mãe? [confirma com sua mãe, que estava presente no local] Que eu fui trabalhar no parque, e aí fui trabalhar lá dentro do parque. E lá, erguendo umas madeira pra fazer uma passarela no meio do mato, eu me machuquei. E ali eu falei ali com eles ali do, do escritório deles. Ali do Macuco, né?! E aí falei com eles lá e a moça, o advogado mesmo veio da empresa. Veio e falou pra mim que num tinha condição de garrar e encostar, sei lá, né?! Tem o benefício. Daí ele falou que num tem condição, num tem! E aí peguei e garrei, num consegui mais trabalhar, eu num consigo fazer serviço assim, arcado. Mesmo na carroça pra mim trabalhar pra mim, eu vou cedo, meio dia por aí eu vou pra cidade,

⁴⁸ BARBOSA, Arlindo. Entrevista realizada em 03 de março de 2009.

quando é pelas três hora da tarde eu já num agüento da coluna assim, de tá, de fazer força, né?!⁴⁹

Na Imagem 3 é possível visualizar parte da casa de Arlindo, que está sendo construída por ele mesmo:



IMAGEM 3 – Residência de catador não cooperado.
Fonte: Fotografado por Sônia Pelisser. 03 de março de 2009.

Sua trajetória demonstra uma rotatividade por várias ocupações informais e precárias. Esta passagem destacada acima indica a forma como o conhecimento que foi adquirindo quando trabalhou como servente de pedreiro tornou-se, mais tarde, a profissão de Arlindo. Mas, novamente, perdeu a possibilidade de continuar na atividade.

Arlindo destaca ainda a forma pela qual o Estado fez-se distante em sua trajetória, tanto no que se refere às condições de almejar um trabalho, ao acesso à moradia. Esta ausência apresentou-se ainda quando não conseguiu obter um benefício econômico ou

⁴⁹ BARBOSA, Arlindo. Entrevista realizada em 03 de março de 2009.

previdenciário devido à impossibilidade de trabalhar, relacionado ao problema de saúde causado por um acidente de trabalho.

Este mesmo acidente traz hoje um grande desconforto para prosseguir trabalhando na atual ocupação por ele desenvolvida. Neste sentido, Arlindo prossegue:

Bom, depois disso, daí que eu parei de mexer com isso daí. Daí eu comecei vender. Naquela época vendia muito aquelas televisãozinha, que tinha assim, né?! Aquelas televisãozinha que tem as fotografia das Cataratas, da Itaipu, né?! Então você apertava embaixo, tinha um pininho, aí ela ia passando toda a paisagem, né, da Cataratas, da Itaipu. Então assim, os argentino gostavam muito disso daí. Mais olha: eles se encantava quando chegava mesmo, uma excursão, num hotel. Eu chegava lá no hotel eu, vendia tudo. Eu levava sessenta, oitenta televisãozinha daquela, vendia tudo, daí. Nuns cinco minuto isso daí. Eles gostavam mesmo. Daí trabalhei um tempão com aquilo lá. E daí depois daí, quando mataram a finada da mulher, daí eu fui embora. Daí peguei os piá e fui embora pra Santa Catarina. Daí peguei, eu tinha só o piá. Que naquela, o piá tinha, foi no dia que ele fez cinco ano. Daí peguei ele e se fumo pra lá. Aí fiquei lá, morei lá, eu acho que mais dum, treze ano eu acho. É, porque Aline tem, vai fazer treze, quatorze ano. Agora vai fazer quatro ano que eu tô aqui de novo.⁵⁰

Assim, nota-se que Arlindo iniciou uma atividade no comércio informal, com foco principal voltado para a venda de suvenires aos turistas que visitavam a cidade. Porém, novamente tem suas perspectivas de vida abaladas ao ter sua esposa assassinada. Resolve então voltar ao estado de origem, para trabalhar no campo como anteriormente, levado ainda pelo reconhecimento na atividade que advinha dos cuidados com o cultivo na roça. Vários anos depois retorna para Foz, como disse: “Daí de lá, de lá eu fui trabalhar. Eu fui em Caçador pra fazer uma plantação de tomate lá. [...] Eu e o meu piá. E daí de lá eu vim direto pra, pra, Santa Catarina de volta. E daí peguei as menina e vim embora”.⁵¹

Com seu retorno à Foz do Iguaçu, encontra uma possibilidade de se manter ocupado com a catação de materiais recicláveis, atividade que exerce há aproximadamente três anos.

A minha ideia surgiu, porque eu cheguei, eu cheguei aqui, eu num tinha nada. Eu cheguei só com as duas menina, porque eu deixei a casa que eu tinha lá, né?! Eu deixei pro meu piá, por causa que daí nós separamos com a mãe das menina, por causa que ela era castelhana mesmo, né?! Ela foi embora e eu fiquei com as menina. Então daí eu peguei e dei a casa pro piá e dei uma chácara que tinha pra ela. E aí eu fiquei sem nada. E aí comecei daí, peguei o carrinho, é esse carrinho que tá aí, que é da minha mãe. Aí eu peguei esse carrinho, daí fechava as menina dentro do pátio, tinha o portão, eu chaveava o portão. Aí eu ia pra cidade com esse carrinho, por causa que

⁵⁰ BARBOSA, Arlindo. Entrevista realizada em 03 de março de 2009.

⁵¹ BARBOSA, Arlindo. Entrevista realizada em 03 de março de 2009.

eu vi. Eu vi, eu falei: pô, uma coisa que eu fazia já, que era vender picolé, né?! E depois eu vi que a pessoa num tava roubando, que tudo que ele fazer pra ganha o pão de cada dia, isso daí é sagrado, que não esteja roubando, não esteja maltratando ninguém, tudo mandado por Deus é bom. Então se eu vou, já que não via a vergonha, deixa a vergonha de lado, e vou ganhar o meu pão de cada dia. Pra sustentar os meus filho.⁵²

Desta forma, verifica-se que com o fim de seu segundo casamento, e com mais duas filhas para criar, retornou ao Paraná, indo morar próximo à residência de sua mãe. Esta possuía um carrinho para transportar lenha para consumo próprio em seu lar, o mesmo que serviu de instrumento de trabalho para Arlindo no início desta nova etapa de sua vida. Com todas as dificuldades, Arlindo conseguiu então articular o cuidado com os filhos, o lar e o trabalho, ressaltando o significado que atribuía ao trabalho, de honestidade e privações em contraposição à marginalidade. Mesmo com tamanhos obstáculos, enfatiza as maneiras que encontrou de não desanimar e continuar sua batalha como trabalhador, em oposição ao grande número de atos ilícitos que ocorrem como alternativa para parte da população iguaçuense. Suas angústias e sentimentos de perdas vivenciadas ao longo da vida, através das expropriações sofridas em relação aos trabalhos já desempenhados, são narrados por muitos dos trabalhadores entrevistados, demonstrando ser este um dos principais traços que caracteriza a relação destes trabalhadores com o mundo do trabalho. No entanto, os problemas de Arlindo não estavam resolvidos em sua totalidade, como continua a relatar:

Aí pegava esse carrinho e saía daí. Eu fazia café pra eles de manhã cedo, aí por umas sete hora da manhã, e aí pelas oito eu saía pra cidade. E aí quando era duas hora da tarde eu já tava em casa com o carrinho cheio e já tinha vendido um pouco ali no galpão. E daí eu segui, né, eu fui trabalhando com esse carrinho. E daí depois daí me deu um problema de trombose, de tanto empurrar carrinho. Muito pesado, né?! Daí num sei, você vê que pesa muito. E aí me deu um problema de trombose que eu tive que fazer uma cirurgia e fiquei um tempo parado. E aí peguei, arrumei dinheiro emprestado e comprei um cavalo com a carroça e segui, e tô trabalhando. Faz três ano.⁵³

O relato deste catador demonstra a maneira pela qual a constante intensificação da jornada de trabalho lhe impôs limites físicos bastante definidos em termos de permanência em qualquer tipo de ocupação. No entanto, Arlindo encontrou uma possibilidade de continuar trabalhando nesta atividade tão precária que era a única que na ocasião poderia possibilitar o sustento de sua família. Esta forma foi materializada através do auxílio representado pela compra de um cavalo, para tração de seu carrinho para transportar os materiais recicláveis

⁵² BARBOSA, Arlindo. Entrevista realizada em 03 de março de 2009.

⁵³ BARBOSA, Arlindo. Entrevista realizada em 03 de março de 2009.

recolhidos pelas ruas da cidade. Mas, como será apontado adiante, este é ainda um dos elementos que atualmente lhe causa tensões no cotidiano de trabalho, ainda mais com as últimas legislações municipais voltadas para esta finalidade. Porém, esta possibilidade não está dada para muitos catadores, pois a compra e manutenção de um animal para tração do carrinho para quem pode lograr apenas o mínimo para a subsistência diária torna-se inviável, restando apenas a própria força para transportar os materiais recolhidos e desempenhar as atividades cotidianas de trabalho.

Outra trajetória que possibilita uma reflexão acerca de sua complexidade, que se expressa nos processos de perdas vividas ao longo da vida e em relação às diversas ocupações já desempenhadas pelos catadores de recicláveis, é relatada por Cleusa, que já desenvolveu inúmeras atividades. Ela explica as suas diversas atuações no mundo dos trabalhadores da seguinte maneira:

Nossa, eu trabalhei, trabalhei de doméstica. Trabalhei na roça, né?! Que lá em Assis Chateaubriand eu trabalhava mais na roça, né?! [...] Minha mãe tinha uma chácara lá, mais a gente trabalhava pros vizinho, trabalhava por dia. [...] É tanta coisa! [risos] Eu casei muito nova, né?! Eu casei com quinze anos. Quer dizer, eu fugi, né?! Eu tive uma filha com quinze ano, hoje ela já tem vinte e seis ano. Vai fazer vinte e seis. Na época tinha, o meu marido ele, ele tinha, ele era professor de artes marciais. Então, eu casei com ele, né, tava bem. Daí eu vivi quinze ano com ele. E ele arrumou uma pessoa mais nova que eu, e foi embora. E eu fiquei com as criança pequena. Daí eu fui pra Curitiba. Trabalhei em Curitiba de cozinheira, aí a minha mãe deu derrame, eu voltei pra Assis, né?! Pra Assis Chateaubriand. Daí tive que batalhar né, pra criar meus filho. Então, eu trabalhei de costureira, trabalhei numa, numa firma que é de Maringá. Copel, uma empresa de eletricidade, eu era cozinheira. Daí trabalhei na roça, né, bastante tempo, de cortadora de cana eu trabalhei. Eu trabalhei três anos no corte de cana. Tudo aqui no Paraná. Quando eu trabalhei no corte de cana, era lá perto de Umuarama: Perobal. E depois eu vim pra Foz do Iguaçu. Aqui em Foz do Iguaçu eu fui costureira também no começo. E daí eu comecei a trabalhar, eu fui pro Paraguai, eu trabalhei na muamba que dava mais né?! Na época dava, nós tirava bastante dinheiro. E daí, eu comecei trabalhar de vendedora, né?! Eu vendi pra GVT, depois me convidaram pra mim trabalhar na Brasil Telecom, pra fazer telemarketing na Brasil Telecom. Daí depois desse tempo todo, daí eu fiquei desempregada, né?! Daí todo, todo o serviço, que eu tinha currículo, eu levei no Sine. Todo serviço que eu ia procurar, que me chamavam, só que a minha idade já não ajudava mais. Daí eu fiquei desempregada. E daí aparecia muito serviço de doméstica, né?! Mais eu prefiro trabalhar no serviço que eu estou hoje do que trabalhar de doméstica. Daí passei a ser catadora, né?! Trabalhar lá, dentro lá do barracão, que eu tomo conta do pessoal lá. Faz três ano já que eu tô nisso. [...] Nossa senhora! Eu trabalhei cedo, né?! Porque com vinte e três ano, que meu filho, eu ganhei ele com vinte e três ano. O menino, que eu só tenho dois. Então daí logo ali, dois ano que o meu filho tinha, o meu marido foi embora. Então eu comecei a trabalhar com vinte e cinco ano. Trabalhar mesmo! Em todos esses serviços. E daí quando eu, quando, até eu tive a minha primeira filha,

eu continuei estudando né?! Daí depois que eu ganhei o meu segundo filho, né, que eu precisei trabalhar, daí.⁵⁴

As atividades ligadas à terra e às ocupações do lar foram os primeiros aprendizados em relação ao trabalho que Cleusa teve ainda muito jovem, trajetória compartilhada por muitos catadores. Porém, entende que começou a *trabalhar mesmo* após a eminente necessidade que teve com o abandono do marido. As mudanças de cidade nesta época truculenta foram motivadas pela necessidade de encontrar trabalho, quando iniciou na atividade de cozinheira, em Curitiba

Desta forma, a mobilidade de Cleusa em mudar-se de cidade tantas vezes deu-se, principalmente, pela necessidade em manter-se ocupada. Mais tarde, motivada por questões de cunho familiar, como a doença da mãe, viu-se obrigada a dispensar-lhe cuidados, voltando à terra natal e ocupando as mais diversas atividades que pudesse encontrar.

Como já relatado anteriormente, veio à Foz do Iguaçu, trabalhou como costureira e depois como “laranja”, passando mercadorias compradas no Paraguai para o Brasil. Quando enfrentou uma crise na atividade, começou a trabalhar no comércio local, com registro em carteira. Mesmo não tendo o ensino médio completo, persistiu por alguns anos nesta ocupação. Para ela, o fato de não mais conseguir manter tais empregos formais relaciona-se à questão da idade. Cleusa entende que as empresas capitalistas procuram um perfil no qual não se encaixava mais, quando retornou a desempenhar trabalhos esporádicos como forma de manter a subsistência dos filhos.

Neli dos Santos também tem vivido dramas semelhantes aos já relatados por outros catadores. Sua família morava no interior do estado do Rio Grande do Sul e cultivava lavouras, onde ela auxiliava a família. Segundo ela, sua família decidiu mudar de cidade devido a não mais conseguirem sobreviver na roça, como conta: “[...] não, porque daí a planta não vinha bem, né?! A gente era pobre, não podia comprar adubo, daí saímos, saímos da roça”.⁵⁵

Em Foz do Iguaçu começou a trabalhar como doméstica:

Aqui trabalhava de tudo um pouco, trabalhava de empregada, né?! Só conseguia trabalhar de empregada, e vinte ano já que estamos aqui. [...] Quando eu tinha uns quarenta ano eu já trabalhava. Trabalhava com isso, eu num estudei. Mais daí com a idade já sofria, com problema na junta. Daí parei de trabalhar. [...] Trabalhava assim por dia. Lavava roupa, limpava,

⁵⁴ SILVA, Cleusa Cordeiro. Entrevista realizada em 31 de janeiro de 2009.

⁵⁵ SANTOS, Neli. Nascida em Portela/RS, 56 anos. Entrevista realizada por Sônia Pelisser e Cíntia Fiorotti Lima, em 04 de março de 2009, nas dependências da residência da catadora não cooperada.

né?! Só esses servicinho que eu fazia. [...] Parei porque num agüentava o serviço. Por causa da saúde, da saúde.⁵⁶

Foi devido a problemas de saúde que ingressou na cata de recicláveis. Neli disse ainda que catava com a ajuda de um filho. Recentemente parou de trabalhar por determinação médica, devido a um problema nos olhos, como diz:

O sol começou a me fazer mal, daí eu parei de trabalhar. Agora só tem o meu filho que tá trabalhando catando. [...] Ah, fui no médico, né?! Daí me deram os remédio, né?! Daí ele falo que eu num podia trabalhar no sol mais. [...] Ah, deu tipo, tipo um grosseirão assim no meu corpo, e inchava tudo, e não enxergava. Do sol!⁵⁷

Atualmente, Neli sobrevive com a ajuda dos filhos. Um deles que continua trabalhando como catador e outros dois trabalham lavando carros.

As trajetórias ocupacionais desses trabalhadores desenham o contexto histórico que constitui a força de trabalho envolvida na cata de recicláveis. Os mesmos tinham em suas trajetórias conhecimentos ligados ao trabalho rural, não encontrando mais condições de sobrevivência no campo devido a processos como o da mecanização do campo e de concentração fundiária, por exemplo, partiram então para a cidade em busca de trabalho. Desta maneira, nota-se o modo pelo qual vivenciaram processos nos quais perderam o controle sobre o trabalho que desempenhavam, buscando constantemente adequar-se às novas conjunturas e modos de vida urbanos.

Duas evidências históricas precisam ser ressaltadas a partir da análise das trajetórias ocupacionais analisadas acima.

Um primeiro aspecto que merece destaque é referente ao processo de expropriação vivenciado pelos catadores de materiais recicláveis aqui investigados. Estes catadores indicaram em suas falas a maneira pela qual perderam as condições de permanência em trabalhos no campo, devido às transformações sociais e as próprias mudanças nos moldes produtivos do setor, no qual possuíam certo controle sobre o processo de trabalho, dominando as técnicas utilizadas durante os ciclos produtivos das culturas e criações com as quais trabalhavam, utilizando em geral a família toda para o cultivo de lavouras, trabalhando ainda como empregados temporários em propriedades das regiões onde residiam.

Em geral, são trabalhadores oriundos de famílias com pequenas propriedades e/ou que desenvolviam a atividade de bóias-frias, migrando quando da perda de tais condições de

⁵⁶ SANTOS, Neli. Entrevista realizada em 04 de março de 2009.

⁵⁷ SANTOS, Neli. Entrevista realizada em 04 de março de 2009.

permanência e reprodução de suas atividades rurais, para os centros urbanos à procura de trabalho, na maioria dos casos informais e/ou precarizados. Nesta direção, percebe-se que a maioria deles transitou por diversas ocupações ditas informais até chegarem e permanecerem na atividade da cata de recicláveis.

Por fim, o segundo ponto a ser destacado pode ser observado a partir das entrevistas realizadas, que demonstraram uma dimensão marcante acerca do processo de formação de uma superpopulação relativa de trabalhadores em Foz do Iguaçu. Esta superpopulação é funcional à lógica do processo de acumulação de capital e seu desenvolvimento na região, com atividades ligadas, principalmente, à construção da Usina de Itaipu e às atividades relacionadas ao comércio de produtos advindos de Ciudad del Este - Paraguai.

Estes trabalhadores percorreram trajetórias permeadas por diversas ocupações, dificilmente ficando desocupados. Tal fato ressalta a importância destes trabalhadores para a acumulação capitalista na região, pois, como vimos no capítulo anterior a partir das análises de Francisco de Oliveira (1987), as ocupações consideradas marginais, integram de forma utilitária a reprodução do sistema capitalista de produção, movimentando a cadeia da reciclagem com o recolhimento diário de suas matérias-primas. A partir de tal constatação, será necessário discutir mais adiante o papel que o Estado desempenha neste processo, principalmente no que se refere às ações com vistas à organizar e disciplinar estes numerosos trabalhadores.

Segundo Viviane Mertig⁵⁸, há em Foz do Iguaçu aproximadamente 980 famílias de catadores de recicláveis, o que tranquilamente ultrapassa um número superior a 1.500 trabalhadores, tendo-se em vista que é uma atividade que abrange vários indivíduos de uma mesma família para desempenhar o processo de trabalho, desde a coleta, seleção, até a venda dos materiais recicláveis.

Assim sendo, estes trabalhadores ocupam uma posição muito desvantajosa nesta cadeia produtiva, que por sua vez colabora de maneira preponderante para a reprodução do capital neste lucrativo circuito industrial. Por este motivo, é necessário analisar de que modo o trabalho dos catadores é organizado pelo Estado.

⁵⁸ Viviane Mertig é catadora há dez anos. É representante da ONG Instituto Lixo e Cidadania e do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis em Foz do Iguaçu.

2.3 OS CATADORES E O ESTADO

Foz do Iguaçu, a cidade que procura disseminar a imagem de beleza natural, da “Terra das Cataratas” e de progresso, com a maior usina hidroelétrica do mundo, a Itaipu, recebe enorme quantidade de turistas durante o ano todo. Nesse sentido, a movimentação cotidiana de catadores em seus trajetos passou a preocupar a Prefeitura Municipal devido ao intenso tráfego destes trabalhadores pelas ruas da cidade, principalmente nas áreas centrais, inclusive nos trechos mais utilizados no circuito turístico do município.

Aliado a este elemento de cunho municipal, percebe-se uma inquietude por parte do governo federal, que criou em 2003 a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), principalmente para fomentar organizações coletivas e programas de geração de renda para os trabalhadores mais empobrecidos do país. De acordo com Singer: “A resposta mais freqüente à crise do trabalho, por parte das pessoas atingidas, tem sido a formação de cooperativas de trabalho, para, mediante ajuda mútua, gerar trabalho e renda para cada membro” (SINGER, 2004a).

Porém, é necessário refletir acerca destas questões de forma a articulá-las a programas mais amplos, que, no entanto, necessitam de colaboração de várias instâncias do Estado para abranger uma parcela considerável destes trabalhadores. Desta forma, o Programa Coleta Solidária faz parte de um conjunto de políticas públicas formuladas para atender uma demanda previamente pesquisada em todo o país.

Em 2003 iniciou-se uma pesquisa sobre as demandas da chamada economia solidária no Brasil. Esta foi realizada em parceria estabelecida entre o Ministério do Trabalho e Emprego através da SENAES, IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), UnB (Universidade de Brasília), UFSCAR (Universidade Federal de São Carlos), UFBA (Universidade Federal da Bahia) e Rede de Gestores de oito estados brasileiros. Desta forma, buscou-se conhecer as singularidades dos segmentos integrantes da economia solidária com o propósito de instituir políticas públicas ao nível deste ministério.

De acordo com o relatório obtido (ARAÚJO *et al.*, 2005), concluiu-se em um primeiro momento, dada a conjuntura em que se realizava a pesquisa, que havia no país um baixo nível de estruturação das políticas de economia solidária, devido ao fato de não atingir uma relação orgânica entre leis, programas e ações desenvolvidas concretamente, ou seja, os programas existentes não davam conta de serem efetivados e atingir os resultados objetivados.

Desse modo, ressalta-se também a importância da articulação de esforços “intra governamentais”, como no caso do apoio da Prefeitura Municipal e da Itaipu, como “instituição federativa” e a participação do que compreendem como “sociedade civil”, ou seja, parcerias para além da estrutura do governo, então, “extra governamentais”. Assim, percebemos a criação desta Secretaria Nacional de Economia Solidária como uma forma de instigar o desenvolvimento de ações de organização coletiva de trabalhadores, sendo que:

A Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES surgiu como expressão, no campo da política de Estado, de um amplo movimento social assentado nas diversas formas de existência da Economia Solidária, que significa uma nova expressão do movimento cooperativista frente a nova etapa do capitalismo, caracterizada pelo desemprego estrutural e pela precarização do trabalho, sob hegemonia da globalização financeira. (NASCIMENTO, 2004, p. 01)

Segundo os documentos analisados, existe uma estreita relação entre os elementos ditos “intra governamentais”, colocados como aliados, principalmente, a SENAES, através das ações desenvolvidas pela Itaipu e pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu.

Nesta direção, iniciou-se em 2003 o chamado “Programa Coleta Solidária”, no qual o Estado, nestas diferentes instâncias do aparelho governamental (governo federal e municipal), mobilizou servidores públicos municipais e representantes da Itaipu para estarem agindo diretamente junto aos catadores de materiais recicláveis de Foz do Iguaçu para a implantação de um projeto de organização coletiva destes trabalhadores. Segundo texto disponibilizado pela Itaipu:

Através da destinação adequada de resíduos sólidos, melhorar as condições de trabalho, renda e cidadania, catadores de materiais recicláveis e de suas famílias, resgatando sua auto-estima, na área de influência da Itaipu, em consonância com as respectivas políticas públicas do setor.⁵⁹

É possível notar neste trecho, que estas ações estão em conformidade com a própria criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária que elabora tais políticas públicas a serem desenvolvidas no país. Desta forma, a Itaipu reconhece ainda os choques sócio-ambientais causados devido à sua construção e a necessidade de agir localmente como forma de minimizar tais impactos na região da chamada “Bacia do Paraná III”.

⁵⁹ Programa Coleta Solidária. Arquivo recebido pela autora por e-mail de Luiz Carlos Matinc (Gestor do Projeto Coleta Solidária – Itaipu Binacional) em 30 de março de 2009.

Por conseguinte, cabe problematizar a maneira pela qual são formuladas legislações voltadas especificamente a estes trabalhadores, buscando elucidar de que maneira o Estado vem agindo devido a sua expressiva presença no país e pelos embates que isto representa. Nesse sentido faz-se necessária a construção de instrumentos legais para disciplinar e organizar, assim como buscar identificar elementos de luta partidos da organização dos próprios catadores.

Em Foz do Iguaçu, de acordo com relatos dos trabalhadores, o surgimento da cata de materiais recicláveis data do início da década de 1990. Em âmbito nacional, os catadores de materiais recicláveis organizaram-se no “Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)” em 1999. A partir de 2001, passou a pautar, dentre outras reivindicações, a luta pelo reconhecimento da atividade como uma profissão.⁶⁰

A partir de 2002, com a nova publicação da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), a profissão de *catador de material reciclável* (registro nº 5192-05) passou então, a ser reconhecida pela CBO, através do Ministério do Trabalho e Emprego, sob a seguinte descrição: “catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis” (BRASIL, 2002, p.01).

Existe uma gama de legislações e textos produzidos pelo Estado em relação aos catadores de materiais recicláveis. Isto demonstra a existência dos conflitos presentes na sociedade em relação a estes trabalhadores e a população, e a maneira pela qual há necessidade do Estado intervir. Quando há uma legislação redigida visando normatizar, organizar ou disciplinar determinada classe ou fração de classe, isto significa que estão evidenciados os embates devido aos conflitos de classe vivenciados por estes sujeitos históricos na sociedade.

O decreto federal nº 5.940 de 25 de outubro de 2006 determina e

[...] institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. (BRASIL, 2006, p. 01)

Observa-se que com a profissão reconhecida pelo governo federal há a eminente necessidade por parte do governo federal em pautar ações que de alguma forma reconheçam a visibilidade e importância social destes trabalhadores. No entanto, na prática estas ações

⁶⁰ Disponível em: <http://www.mnrcr.org.br>. Acesso em 19 de maio de 2009.

demonstram uma forma de organizar e disciplinar estes trabalhadores que atuam diretamente fornecendo o produto do seu trabalho para empresas privadas que não respondem com nenhum encargo trabalhista. Neste sentido o que há é uma ação do governo que torna legal esta ligação, principalmente das cooperativas de catadores com as empresas para quem vendem seus materiais, as quais justificam a ligação com os selos de responsabilidade sócio-ambiental ao “beneficiar” trabalhadores envolvidos com a cata⁶¹, ou seja, a principal matéria prima utilizada pelas indústrias recicladoras.

Em consonância com legislações federais, o então governador do Paraná, Jaime Lerner, assinou em 22 de janeiro de 1999 a lei nº 12.493, que

[...] estabelece princípios, procedimentos, normas e critérios referentes a geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos no Estado do Paraná, visando controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais e adota outras providências. (PARANÁ, 1999, p. 01)

No texto desta lei não há referência ao caso dos catadores, sendo ressaltado o problema ambiental da destinação do lixo e dos materiais recicláveis, sem menções ao aspecto social e relativo ao trabalho permeado por esta questão.

Em âmbito municipal foi promulgada em 22 de dezembro de 2000 a lei nº 2.356, que rege sobre a separação e coleta seletiva dos resíduos sólidos no município de Foz do Iguaçu, na qual destaca-se o seguinte trecho:

[...] V - preservar o ambiente natural e urbano, mantendo ou melhorando a imagem da cidade para os cidadãos residentes e milhares de visitantes que movimentam a economia da região baseada principalmente no ecoturismo.
[...] VII - incentivar formas de organização social que possam cooperar diretamente ou indiretamente na separação, coleta e reciclagem dos resíduos gerados no Município;
VIII - criar alternativas de emprego e renda para a população, de modo a garantir vida digna a partir de atividades relacionadas com coleta de materiais recicláveis ou reaproveitáveis de qualquer forma, que possam ser comercializados;
IX - disciplinar a atividade de catadores autônomos ou de empresas destinadas à manipulação de resíduos sólidos domésticos em Foz do Iguaçu, de maneira a garantir segurança e proteger a saúde e integridade física;
[...] Art. 2º Todos os materiais recicláveis deverão ser separados nos domicílios dos habitantes da cidade, devidamente acondicionado, de tal

⁶¹ “Do montante dos papéis reciclados pela empresa, 72 mil toneladas são provenientes das suas 9 fábricas convertedoras de embalagens. São refiles (aparas) gerados no processo de produção que retornam para reciclagem. Entretanto, o maior volume de fornecimento vem do mercado, por meio dos aparistas (empresas que comercializam aparas). Esse processo representa importante contribuição social, dando trabalho a milhares de catadores em todo o país”. Disponível em: <http://www.klabin.com.br>. Acesso em: 20 de setembro de 2009.

forma que possam ser coletados separadamente com facilidade, por empresa contratada pelo Poder Público e/ou por catadores autônomos, cooperativas de catadores, associações de moradores, ONG's (Organização Não Governamentais) ou qualquer outro tipo de iniciativa espontânea da comunidade.

[...] Art. 4º O Poder Público Municipal poderá implantar programa de coleta seletiva em condomínios, hotéis, restaurantes, supermercados e outros setores específicos que justifiquem tratamento diferenciado, além dos prédios públicos destinados ao serviço público federal, estadual e municipal. (FOZ DO IGUAÇU, 2000, p. 03)

Percebe-se de antemão que os esforços em disciplinar o trabalho dos catadores e destinar os resíduos sólidos recicláveis para estes trabalhadores partem inicialmente de uma preocupação dita “ambiental” que se faz em relação ao meio ambiente na região (principalmente quanto à imagem, já que, conforme o documento, a economia da região está centrada no ecoturismo). Já nos pontos VII, VIII e IX da lei acima citada, este documento aponta para uma inquietude em relação às “formas de organização social”, no qual é possível remeter à presença do trabalho dos catadores na cidade, porém, sem avançar para alternativas de organização ou ações efetivas a serem desenvolvidas naquele momento.

Pode-se notar, ainda, que preliminarmente e a partir de elementos apresentados nas discussões acerca das trajetórias ocupacionais, a forma pela qual o trabalho dos catadores de materiais recicláveis apresenta melhorias quando organizado em cooperativa, tanto no que se refere às condições de trabalho se tornarem menos difíceis em relação aos que trabalham sem nenhum vínculo, como no que se refere à própria organização e ao espaço coletivo que propicia a luta destes trabalhadores.

Ainda a partir das trajetórias abordadas, foi possível observar que os catadores investigados compõem a população de trabalhadores estudada por Francisco de Oliveira (1987), os quais mesmo transitando por diversas ocupações sempre se mantêm ocupados, mesmo que muitas vezes desempregados, trabalhando em atividades informais e/ou precárias, adequando-se a cada nova situação surgida em função do trabalho, como por exemplo, nos processos de mudança do meio rural para a cidade.

Portanto, após apresentar o modo pelo qual a cooperativa de Foz do Iguaçu é constituída e como os catadores experimentaram mudanças no mundo dos trabalhadores ao longo de suas trajetórias ocupacionais, cabe discutir com mais ênfase a maneira como se organizam e experimentam os embates travados nas relações sociais. Analisaremos ainda a forma pela qual vivenciam a exploração do trabalho e os estigmas sociais carregados nesta atividade.

CAPÍTULO 3

3. RELAÇÕES DE TRABALHO E A ORGANIZAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM FOZ DO IGUAÇU

3.1 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOS CATADORES

Observou-se no primeiro capítulo a forma pela qual surgiu o cooperativismo no século XIX em resposta à situação vivenciada pela classe trabalhadora devido às contradições da sociedade capitalista e, principalmente, como uma oposição à exploração do trabalho. No entanto, é necessário refletir sobre as relações de trabalho, a organização da cata de materiais recicláveis na cidade de Foz do Iguaçu e a articulação entre os trabalhadores e as ações desenvolvidas pelo Estado, sob a perspectiva histórica desenvolvida e interpretada concretamente pelos sujeitos históricos envolvidos.

Para tanto, o debate deverá girar em torno da articulação da organização do trabalho em cooperativa a partir da perspectiva dos catadores entrevistados durante a pesquisa empírica. Tais esforços de reflexão buscarão compreender a maneira pela qual estes trabalhadores percebem a exploração do trabalho à qual estão submetidos, suas noções acerca do preço dos materiais, sua jornada de trabalho e suas noções em torno da cadeia de recicláveis, representada inicialmente pelos compradores de seu material recolhido, já que nossa percepção a partir da análise bibliográfica sobre as cooperativas é que neste caso trata-se de uma modalidade diferente de organização do trabalho, fomentada e organizada, ao menos inicialmente, pelas ações da Prefeitura municipal e Itaipu e representam algumas melhorias nas condições de trabalho dos catadores.

Desta perspectiva, caberá ainda perceber de que maneira a “cidadania” debatida no primeiro capítulo é vivenciada concretamente pelos catadores. Isto só é possível pensando-se a partir de como vivenciam e se articulam em tal projeto de organização coletiva instigado pela Prefeitura Municipal e pela Itaipu. Assim, deve-se discutir de que forma estes trabalhadores compreendem os estigmas sociais que carregam devido à ocupação que desempenham, pois, suas trajetórias são marcadas por conflitos.

Outro aspecto interessante para agregar a esta análise refere-se à diferenciação entre os trabalhadores que executam a elaboração das atividades e aqueles denominados

“trabalhadores braçais”. Cabe ainda pensar de que forma se envolvem com o Poder Público na questão do “apoio técnico” disponibilizado pela prefeitura, e qual é a dimensão disciplinarizadora presente no Programa Coleta Solidária.

3.2 CATADORES E ESTADO: ORGANIZAÇÃO E EMBATES

Como todo processo histórico, a constituição da cooperativa de catadores de Foz do Iguaçu é permeada por embates e conflitos, travados na cidade, lugar onde estes trabalhadores moram e trabalham. Neste caso, buscou-se expor algumas questões de caráter legal desencadeadas por um inquérito civil instaurado pelo Ministério Público do Trabalho a fim de apresentar a mobilização dos catadores em torno do direito de recolherem e venderem os materiais recicláveis produzidos pelo comércio da cidade. Assim, a partir deste conflito, objetivou-se discutir a luta travada pelos catadores em defesa de seu trabalho, tentando estabelecer o direito da cata de recicláveis na cidade.

Embates desta natureza e entre os catadores e a população local, motivaram o Estado (neste caso, principalmente a Itaipu e a Prefeitura Municipal) a conduzir uma campanha para amenizar os conflitos entre estes trabalhadores e a população da cidade. Nesta, instigava-se a separação e destinação correta entre o lixo orgânico e o “lixo seco”, que é um material reciclável a ser descartado em sacolas específicas, que foram distribuídas durante certo período, para serem recolhidos com maior facilidade pelos catadores. Com a análise de outras fontes produzidas pela Prefeitura Municipal e pela Itaipu, através do Programa Coleta Solidária, é possível perceber a caracterização destes trabalhadores como “agentes ambientais”, demonstrando ser esta uma maneira encontrada para amenizar os conflitos com a população local e atribuir uma significação e uma identidade coletiva para estes trabalhadores.

Assim, a iniciativa de organizar os catadores de materiais recicláveis em Foz do Iguaçu ancora-se ainda na construção de uma imagem, que serve ainda para justificar tais práticas, demonstrando a diferença de perspectiva de classe vivenciada pelos catadores das propostas nos programas dos quais são alvos.

Esta campanha faz parte do processo mais amplo que reúne todos os esforços e iniciativas públicas que buscam disciplinar e organizar os catadores como força de trabalho. A construção desta imagem é trabalhada junto aos catadores integrantes da cooperativa, que passam por uma “qualificação” para se munirem de instrumentos que lhes possibilitem fazer a campanha porta a porta nas residências da cidade. Nesta campanha, os catadores cooperados

passavam deixando folhetos explicativos sobre a coleta seletiva e os dias da semana onde passam recolhendo em determinado trajeto. A isto aliam-se ainda projetos de educação ambiental realizados nas escolas, palestras e cursos aos catadores.

Os objetivos desta campanha estão explicitados no documento “Diagnóstico Coleta Seletiva sem Catador é Lixo – Janeiro a Dezembro de 2005”, no qual destaca-se os seguintes elementos:

- Produção e distribuição de materiais didáticos impressos;
 - Realizações de reuniões com grandes geradores, alunos e professores nas faculdades para auxílio de conscientização na coleta seletiva porta a porta;
 - Educação e treinamento, desenvolvendo e melhorando as habilidades dos catadores, no tratamento com os populares onde são realizadas as tarefas diárias.
- Resultados: [...]
- Melhoria da qualidade do material beneficiado, resultante de um trabalho de educação ambiental para separação na fonte, junto aos fornecedores e comunidade local. (FOZ DO IGUAÇU, 2006, p.08)

Retomando a lei municipal que institui a coleta seletiva no município apresentada no segundo capítulo, constata-se a ligação entre as questões abordadas em relação a este processo que abarca os catadores da cidade. Porém, ainda havia intenções por parte da Prefeitura Municipal e do Ministério Público do trabalho de desenvolver meios legais para tornar obrigatória a destinação dos materiais recicláveis produzidos por comércios e por todas as empresas da cidade para catadores ou cooperativas, apesar de naquele momento só haverem indicações sem maior aprofundamento destas questões. Quanto a isto, iniciou-se em 2002 um Processo, ainda não concluso, que resultou em um “Termo de Ajuste de Conduta” – TAC. Através da assinatura deste termo, atualmente as empresas da cidade doam seus resíduos recicláveis a catadores “particulares” ou para uma das nove unidades da cooperativa de catadores em funcionamento da cidade. A seguir pode-se verificar como se desenvolveu este processo.

Em 1º de março de 2002 foi autuado o Procedimento Investigatório – Inquérito Civil (IC) de nº 211/02 na Procuradoria Regional do Trabalho (PRT) da 9ª Região, protocolado em Foz do Iguaçu. Tem-se como denunciante a Dra. Margaret Matos de Carvalho – Procuradora do Trabalho da PRT 9ª Região. O que motivou a abertura deste Processo foi o trabalho desempenhado por crianças e adolescentes na fronteira do Brasil com o Paraguai.

Nos primeiros documentos anexos ao processo, há uma matéria extraída do sítio do Jornal Hoje, onde há a denúncia de que “crianças e adolescentes se envolvem no crime no Paraguai” (MPT – IC 211/02, fls.06). O teor desta matéria jornalística ressalta a facilidade com que crianças e adolescentes cruzam sozinhos a fronteira entre o Brasil e o Paraguai, pela

Ponte da Amizade, em desrespeito à lei, a qual menores de 18 anos não podem deixar o país sem acompanhamento dos pais ou responsáveis legais⁶².

Segundo a reportagem, dentre estas crianças, algumas são cooptadas para a criminalidade, outras trabalham em Ciudad del Este carregando caixas com mercadorias, catando latas de alumínio, engraxando sapatos, etc. Outras trabalham no transporte de mercadorias contrabandeadas ao Brasil. É ressaltado na matéria o fato de haver na ocasião, dez adolescentes detidos em celas divididas com adultos (brasileiros e paraguaios) na cadeia de Ciudad Del Este.

Já outra matéria anexada ao Processo, intitulada “Reféns dos ‘cigarreiros’”, denuncia o trabalho de crianças, em geral crianças abandonadas que passam a viver sob a exploração de comerciantes paraguaios de cigarro. Tais documentos são encaminhados para a Coordenadoria da Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos da Procuradoria Regional do Trabalho (CODIN), salientando-se a necessidade de colaboração de Embaixadas, da Polícia Federal e Conselho Tutelar.

Em outra matéria tem-se o seguinte texto: “o crime organizado está recrutando crianças e adolescentes em Foz do Iguaçu para atuar no contrabando e tráfico de drogas. [...] se submetem à situação porque precisam ajudar no orçamento familiar” (MPT – IC 211/02, fls.24). Em outra matéria na mesma folha do jornal (Gazeta do Povo), encontramos um texto que tem muita proximidade com o relato da catadora Cleusa Cordeiro da Silva, que trabalhou como “laranja” por determinado período, como apresentado anteriormente:

[...] o movimento cada vez mais fraco impossibilita ao comércio do Paraguai absorver a mão-de-obra desqualificada que chegou à fronteira, a partir dos anos 70, em busca de dinheiro fácil. Boa parte desses trabalhadores encontrou na atividade de “laranja” uma solução temporária para suas mazelas econômicas, mas hoje não consegue sustentar a família e os filhos. (MPT – IC 211/02, fls.24)

Notamos então, que este Processo originou-se com a preocupação voltada ao trabalho infanto-juvenil na região da tríplice fronteira. Em virtude destas denúncias quanto ao trabalho infantil, foi realizada uma Audiência Pública em 17 de junho de 2002. Nesta, as Procuradoras do Trabalho advertiram a Prefeitura Municipal da necessidade de participação do Conselho Tutelar para a criação de programas para a erradicação do trabalho infantil. Dentre os

⁶² “[...] Capítulo II [...] Seção III – Art. 83. Nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial. Art. 84. Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é dispensável, se a criança ou adolescente: I. estiver acompanhado de ambos os pais ou responsável; II. viajar na companhia de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro através de documento com firma reconhecida” (BRASIL,1990).

presentes nesta audiência, cabe ressaltar a presença de representantes da Fábrica de Cigarros Souza Cruz, logicamente se colocando à disposição para parcerias acerca da “fiscalização deste comércio informal e do contrabando de cigarros” (MPT – IC 211/02, fls.56).

Outra denúncia que pesa neste inquérito é referente à exploração sexual de menores na região da fronteira. Nesta, anexa-se matéria do Jornal Gazeta do Povo *On Line*, assim: “quando não seguem o caminho do sexo, meninos e meninas recolhem latas e papelões nas ruas ou arriscam atravessar a Ponte da Amizade, ligação entre Brasil e Paraguai, carregando nas costas caixas de cigarros, mercadorias contrabandeadas ou drogas” (MPT – IC 211/02, fls.71).

A Prefeitura Municipal encaminhou, em resposta à solicitação recorrente deste inquérito, a Lei nº 2.618 sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 2003, destacando o compromisso de implementação de programas de apoio às crianças e adolescentes em “situação de risco social”, assim como propõe manter e expandir programas para profissionalização e iniciação ao trabalho e geração de renda e, “realizar a recuperação da área do antigo aterro sanitário”, ponto concretizado, pois é a região onde está instalado atualmente um dos Centros de Triagem em funcionamento, indicado no marcador nº 2 da Imagem 2.

Em 2004 houve uma audiência coletiva entre os representantes do Fórum Municipal Lixo e Cidadania, onde foram também convocadas a comparecer a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, as prefeituras dos municípios lindeiros⁶³ e da Bacia do Paraná III (BPIII), para tratar sobre o Programa de Coleta Seletiva municipal. Em 10 de maio deste mesmo ano o “Fórum Estadual Lixo & Cidadania: criança no lixo, nunca mais” redigiu um ofício circular para a instalação do “Fórum Regional Lixo & Cidadania dos Municípios da Bacia Hidrográfica III do Rio Paraná”, com o objetivo central de erradicar o trabalho infantil no lixo de todo o Brasil (MPT – IC 211/02, fls.187).

Na referida audiência coletiva, realizada em 07 de maio de 2004, dentre outras questões, discutiu-se a respeito do “Programa Coleta Solidária: entendeu-se pela necessidade de um conhecimento maior sobre o Programa Coleta Solidária da Itaipu Binacional e a interface deste Programa com a proposta de articulação entre os Municípios presentes” (MPT – IC 211/02, fls.191). O encaminhamento final desta audiência determinou o papel das prefeituras em desenvolver

⁶³ Mundo Novo, Guaíra, Terra Roxa, Mercedes, Pato Bragado, Marechal Cândido Rondon, Entre Rios do Oeste, São José das Palmeiras, Santa Helena, Diamante do Oeste, Missal, Itaipulândia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu e Foz do Iguaçu. Disponível em: <http://www2.itaipu.gov.br/aguaboa/progr.htm>. Acesso em 25 de julho de 2009.

[...] a organização dos catadores em associações ou cooperativas, seguindo os princípios da Economia Solidária; a garantia de participação dos catadores, inclusive para apresentação de suas reivindicações; a garantia de participação dos técnicos das Prefeituras diretamente implicados com os temas. (MPT – IC 211/02, fls.192)

A partir de tais resultados sinteticamente apresentados nesta audiência coletiva, percebe-se a sintonia do Estado e de organizações não governamentais em ações e esforços voltados ao desenvolvimento de políticas públicas elaboradas pela SENAES.⁶⁴

O Ministério Público do Trabalho, no decorrer deste Processo, obrigou a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu a adequar-se ao Termo de Ajustamento de Conduta nº 184/06 em desdobramento das determinações do inquérito em questão, principalmente no que diz respeito ao trabalho infanto-juvenil. Há nesta cidade um Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)⁶⁵ que informou a aprovação do *Projeto Atitude*, destinado a atender crianças e adolescentes trabalhadores, principalmente com a oferta de cursos. A Prefeitura encaminha, devido à solicitação expressa no Processo, um relatório do “Programa de Erradicação do Trabalho Infantil” – PETI, referente ao município.

Cabe apresentar sinteticamente tal relatório, uma vez que alguns catadores relataram receber recursos provenientes deste Programa. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) iniciou suas ações em Foz do Iguaçu no ano 2000, com uma demanda de aproximadamente 400 crianças, referidas neste documento como “metas”. No relatório produzido por integrantes do PETI, foi apresentado um “resumo histórico” do Programa salientando que o mesmo sofria carências de profissionais em sua equipe técnica e na área de assistência social, o que comprometia os objetivos do Programa e o trabalho de acompanhamento a ser realizado com 290 famílias durante o ano de 2005, totalizando 540 crianças atendidas com o auxílio econômico naquele ano.

O relatório produzido pela Prefeitura Municipal ressalta, ainda, o fato destas famílias não receberem o atendimento proposto pelo Programa, obtendo apenas o benefício financeiro,

⁶⁴ Anexado aos documentos citados acima, tem-se a “metodologia operacional” dos cursos propostos para serem ministrados aos catadores, onde destacamos os seguintes blocos de módulos: “Curso 1 – Formação para a cidadania e para o pleno exercício dos direitos; Curso 2 – Formação para a implementação e consolidação de empreendimentos sociais – associativismo / cooperativismo; Curso 3 – Formação para a gestão integrada e compartilhada de resíduos, Módulo 3.1 – Formação de catadores como agentes ambientais da gestão de resíduos; Curso 4 – A reciclagem de materiais; Curso 5 – O reaproveitamento de tecidos; Curso 6 – O reaproveitamento de madeira e de móveis; Curso 7 – Produção de brinquedos e objetos de decoração a partir de materiais recicláveis; Curso 8 – O bom aproveitamento dos alimentos”. Disponível em: MPT – IC 211/02, fls.193-198.

⁶⁵ Em audiência realizada em novembro de 2008, constatou-se que “na prática o CMDCA não realizou uma única ação efetiva que pudesse ser contabilizada como de sucesso, ou de produção efetiva de resultados na proteção dos menores em condição de risco social”. Disponível em: MPT – IC 211/02, fls. 557

devido à Prefeitura alegar falta de recursos para a contratação de pessoal para o atendimento necessário. Assim concluem o documento:

Percebemos um descaso com a promoção social das famílias e o atendimento da criança e do adolescente, pois no momento ninguém detém qualquer informação sobre os mesmos, tendo sido comprometido até o acompanhamento escolar, e também é desconhecido quanto ao retorno das crianças e jovens para as ruas. (MPT – IC 211/02, fls. 442)

Motivado pelo relatório apresentado acima, foi efetuada uma “Supervisão Técnica” ao Programa PETI, visitando a casa onde funcionam as atividades do PETI e do Programa Sentinela. Este último também tem estruturas muito precárias que comprometem os objetivos do projeto. Quanto ao PETI, conclui-se o relatório constatando que há urgência em resolver a falta “do trabalho com as famílias, focando sua organização dentro da proposta operacional do programa, ou seja, ações socioeducativas e geração de trabalho e renda” (MPT – IC 211/02, fls. 444).

Em audiência realizada em novembro de 2008, registrou-se a necessidade de um Conselho Tutelar em Foz do Iguaçu com estrutura física e número de pessoas qualificadas suficiente para o trabalho, o que não ocorre na prática. Quanto ao PETI, segundo o Termo de Audiência, este programa de vinculação ao Governo federal:

Prevê uma destinação de R\$ 40,00 mensais por criança ou adolescente, quando identificado que a família precisa da renda oriunda do trabalho da criança na rua; Que a família assume o compromisso de manter a criança na escola, em jornada ampliada; Que o programa PETI deve oferecer jornada ampliada em contra turno com a escola e nessa jornada deve haver alimentação, reforço escolar e atividades que visem manter a criança longe das ruas. (MPT – IC 211/02, fls. 561)

A Prefeitura Municipal anexou ao processo vários projetos que estaria desenvolvendo em relação a atividades de esporte, lazer e “inclusão de portadores de necessidades especiais”. No entanto, em audiência em novembro de 2008 há o relato de que famílias alegam não ter onde deixar os filhos durante o contra turno escolar, sendo que “muitos deles passam a dirigir carroças de coleta de lixo” (MPT – IC 211/02, fls. 562). Isto constitui um grave problema para as famílias de catadores que não têm onde deixar os filhos durante os períodos em que os mesmos não estão na escola, durante a jornada de trabalho, o que obriga os pais a deixarem os filhos menores de idade trabalharem na coleta de materiais recicláveis.

Neste documento, fez-se referência a uma medida, como sugestão, de que, se houvesse proibição da cooperativa em receber materiais de catadores que estão utilizando os filhos na coleta, seria uma maneira de minimizar este problema, principalmente no que se refere ao caso da região do Porto Meira. No entanto, nada de concreto foi proposto para uma ação mais ampla que fosse suficiente para resolver esta questão. É representativo do caso dos catadores que trabalham sem vínculos com a cooperativa o que vivencia Arlindo Barbosa, catador não cooperado que não recebe nenhum benefício do governo. Ele relata que necessita do auxílio dos filhos, principalmente no trabalho de seleção dos materiais recicláveis recolhidos. Segundo suas palavras:

Bom, no caso eu vou, vou buscar o material, né?! E daí elas vão pra escola, quando eu vou buscar o material. Aí de manhã cedo então, que daí depois eu levanto e vou mexer com o material, vou reciclar. E eles ficam dormindo até umas horas, depois quando eles se acorda, daí eles levantam e vem me ajudar, porque eles são pequeno ainda. [...] É, eles me ajudam a separar também. [...] Eles vão na rua também, quando eles tem folga [da escola] eles vão comigo também. [...] O maior tem 12, o outro tem 6 [anos de idade].

Este relato evidencia que para além do exposto no processo, há um grande número de pessoas na cidade que não são atendidas por programas de auxílios e assistência social do governo federal, estadual ou municipal, os quais divulgam buscar a erradicação do trabalho infantil.

Outra questão importante tratada no processo diz respeito à legislação com a finalidade de “disciplinar a circulação de veículos de tração animal e de propulsão humana no município de Foz do Iguaçu” (MPT – IC 211/02, fls. 615), que está anexado ao Processo o Projeto de Lei nº 083/2008, de autoria do vereador Tadeu Madeira (Partido Socialista Brasileiro – PSB). A partir deste projeto, foi promulgada a Lei Municipal nº 3.512 em 18 de dezembro de 2008, que: “Disciplina a Circulação de Veículos de Tração Animal e de Propulsão Humana no Município de Foz do Iguaçu e dá outras providências” (FOZ DO IGUAÇU, 2008, p.01).

Entende-se nesta lei que veículos de tração animal são “quaisquer meios de transporte de carga-carroças ou similares, de pessoas-charretes ou similares e de propulsão humana, exceto bicicletas” (FOZ DO IGUAÇU, 2008, p.01). Assim, em seu artigo 2º normatiza que os condutores de veículos de tração animal devem ser maiores de dezoito anos e passarem por um curso sobre regras de circulação e sinalização de trânsito. Segundo informações

concedidas pelo Foztrans⁶⁶, este curso já foi realizado com os catadores que possuem animais para tração, todos previamente cadastrados.

Tal lei evidencia ainda que os veículos deverão estar devidamente emplacados e seus condutores com uma carteira proveniente da participação do referido curso. Isto ainda não ocorreu, devido aos impasses entre os catadores e a Prefeitura Municipal, pois esta não definiu os critérios reais com os quais terão de se adequar os catadores, no que se refere às áreas onde serão permitidas a circulação das carroças e aos equipamentos que serão obrigatórios para o tráfego destes veículos pelas ruas da cidade. As autoridades envolvidas tampouco mostraram clareza quanto às medidas a serem adotadas para a fiscalização do veículo, do condutor e do animal, e quanto à punição para aqueles que não se adequarem às normas vigentes. Os critérios estão definidos na lei, porém, o Foztrans relatou que ainda está em fase de discussões a implantação efetiva desta lei, aprovada no final de 2008.

Além disso, Esta lei tem uma preocupação muito evidente com a fiscalização sobre os animais, sendo que haverá uma vistoria anual onde devem apresentar boas condições de saúde para continuarem em circulação. Assim, os animais⁶⁷ deverão ser tatuados com a numeração da placa do veículo de seu proprietário, e cada catador poderá cadastrar até quatro animais por carrinho. Esta legislação ainda determina que os veículos de propulsão humana, os carrinhos dos catadores de recicláveis, deverão estar registrados, licenciados e emplacados, devendo se adequar a algumas especificações de medidas. No caso de não adequação, o catador será multado, e em reincidência terá seu carrinho apreendido.

As normas de circulação são as mesmas previstas no Código de Trânsito Brasileiro⁶⁸, assim como as que vierem a ser expedidas pelo Foztrans. Isto se deve aos conflitos evidentemente causados devido às ações realizadas em fiscalizações e repreensões aos catadores que não podem se adequar a tais parâmetros legais para desenvolverem seu trabalho.

Quanto às ações determinadas pelo IC 211/02 existe o pedido do cadastro realizado com todos os catadores que possuem animais, sendo que o Ministério Público do Trabalho compreende que:

O trabalho de crianças menores de 16 anos no transporte de lixo na cidade de Foz do Iguaçu é motivo de grande preocupação social, uma vez que está enquadrado na lista das **“piores formas de trabalho infantil”**, consoante

⁶⁶ Órgão municipal de trânsito: Instituto de Transportes e Trânsito de Foz do Iguaçu – Foztrans.

⁶⁷ Só serão permitidos animais das espécies equinas, asininas e muares.

⁶⁸ Disponível em: <http://www.denatran.gov.br>. Acesso em 06 de abril de 2009.

Convenção n. 182 e Recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho. (MPT – IC 211/02, fls.906, grifos originais)

Assim, houve uma reunião em 27 de maio de 2009. Para intimação a esta audiência pública foi apresentada uma relação com 125 catadores (MPT – IC 211/02, fls. 913-944). Nesta, constam informações acerca do nome completo dos catadores, sexo, R.G., C.P.F., data de nascimento, endereço completo, telefone, escolaridade e local de trabalho.

Já em audiência realizada no dia 29 de abril de 2009 foi relatado que o Conselho Tutelar ministrou três palestras para os “carroceiros” sobre o cuidado com os menores envolvidos com a coleta de materiais recicláveis.

Em audiência dia 27 de maio de 2009, com a presença de muitos catadores (todos eles cooperados), iniciou-se a reunião com a fala do Procurador do Trabalho, Enoque Ribeiro dos Santos, que explicitou que o trabalho de crianças e adolescentes na “cata de lixo” é uma das piores formas de exploração do trabalho infantil, segundo tratado da OIT. Para ele, uma das formas capazes de mudar a atual situação em discussão é a garantia ao direito à educação e à saúde, principalmente, melhorando o sistema de ensino. Quanto a esta questão, propôs que os representantes do Estado presentes na reunião lutassem junto à prefeitura para implementar efetivamente o contra-turno escolar.

Este procurador salientou ainda que quando houvesse denúncia, os pais ou responsáveis pelas crianças que negligenciarem ou consentirem com o trabalho de seus filhos e/ou seu direito à educação, poderão até ser processados criminalmente. Os catadores presentes nesta audiência questionaram o procurador do trabalho presente sobre como ficaria a situação dos catadores não cooperados, a quem não chega este tipo de informação. No entanto, não houve qualquer esclarecimento ou proposta de alguma ação concreta para resolver este problema. Por fim, todos os catadores presentes assinaram um “Termo de Ajuste de Conduta” se comprometendo a não levarem as crianças para o trajeto da cata, mesmo que em contrapartida não haja contra-turno escolar para deixar as crianças, e o desrespeito a tais determinações geraria uma multa ao catador de R\$10.000,00.

Por fim, cabe aprofundar algumas questões deste processo, a respeito do Termo de Ajuste de Conduta assinado pelos empresários da cidade, e a forma pela qual gerou embates entre a Acifi e os catadores de Foz do Iguaçu.

A catadora Viviane Mertig, representante da ONG Instituto Lixo e Cidadania e do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis em Foz do Iguaçu, vivenciou o processo que culminou no Termo de Ajuste de Conduta, o TAC, assinado pelo prefeito da

cidade e pelas empresas e comércios do município através de audiências públicas. Assim, relata que

[...] a Acifi, a associação do comércio de Foz do Iguaçu entrou na justiça, pra ter o direito de continuar vendendo o material, fazer o que quisessem, e não dar pros catadores. O juiz da época deu ganho pra Acifi, quando ela entrou com essa liminar na justiça. Nós tivemos três audiências. [...] E na última audiência, que foi no dia três de outubro do ano passado agora, o juiz cassou a liminar dando o ganho de causa aos catadores.⁶⁹

Desta forma, Viviane narra o processo conflituoso que demandou organização dos catadores para retornarem a receber gratuitamente das empresas de Foz do Iguaçu os materiais recicláveis por elas produzidos. Esta reivindicação objetivava a volta de uma prática que consideram um direito de sua categoria. Para Viviane, com o *ganho de causa aos catadores*, a partir de sua luta, foi possível aumentar o montante de materiais recolhidos pela cooperativa e com isto a renda dos catadores envolvidos. Neste sentido, ela explica o modo pelo qual vivenciaram a resistência à liminar concedida em favor dos empresários da cidade:

No dia lá, que, por exemplo, que o comércio de Foz ganhou a liminar na justiça, não foi um barracão sozinho lá. Todos os barracões se reuniram, fizeram caminhada pela cidade, fizemos manifesto, posamos na frente da justiça do trabalho, jogamos papelão no chão lá, passamos a noite lá, aguardando a audiência do outro dia. [...] Então foram todos, porque é um bem comum que eles tão lutando. E da mesma forma que eu falo de que Foz do Iguaçu não é único, nós aqui se precisar, nós vamos pra outro município, pra lutar pelos nossos companheiro de lá. Porque? Porque nós estamos lutando por um bem comum, nós somos irmãos. Nós somos igual, catadores são todos iguais. Então se um companheiro nosso está precisando de ajuda, nós vamos. [...] Veio catadores de outros municípios pra cá pra vê como é que é, como é que estava, prestar apoio pros daqui, pra quando precisar lá, nós vamos pra lá. Porque não? [...] Nós aprendemos a se unir, a lutar.⁷⁰

Observou-se que a sua percepção acerca do embate entre os catadores de recicláveis, então representados pela ação do Ministério Público do Trabalho, e por parte da Associação Comercial da cidade que recorreu da decisão de entregar os materiais recicláveis aos catadores. Tal organização e manifestações partem dos catadores cooperados. Então, quando a liminar foi concedida, houve a necessidade de mobilização dos trabalhadores para tentar sensibilizar tanto a própria Acifi, quanto a população da cidade em geral. Ela atribui ainda um significado muito importante presente na luta, então materializada pela passeata e ato

⁶⁹ MERTIG, Viviane. Entrevista realizada em 19 de março de 2009.

⁷⁰ MERTIG, Viviane. Entrevista realizada em 19 de março de 2009.

realizado em frente à Justiça do Trabalho, no que diz respeito ao aprendizado político que os movimentos encampados por eles proporcionam aos catadores, que aprendem a unir seus esforços em prol de uma causa comum.

Este conflito fora indicado em um jornal da cidade, A Gazeta do Iguazu, em fevereiro de 2008:

[...] Outra medida adotada pelo município, já cumprindo determinação do Ministério Público, foi a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta, com cerca de 960 empresas e condomínios que geram mais de cem quilos de lixo por dia. [...] Uma lei municipal poderá tornar obrigatória a coleta seletiva empresarial e residencial. [...] O anteprojeto já foi discutido com os catadores e será debatido também com a Acifi. Essa medida está sendo adotada para resolver um impasse que surgiu com a liminar concedida à Acifi pelo juiz João Luiz Wentz, da 3ª Vara do Trabalho, determinando a suspensão das exigências do Termo de Ajustamento de Conduta, que estabelece normas para a destinação de resíduos gerados pelas empresas da cidade.⁷¹

Indica-se ainda, além da liminar concedida em favor dos empresários da cidade, que o município atendeu a determinação do Ministério Público do Trabalho em assinar o Termo de Ajuste de Conduta (TAC), obrigando todos os estabelecimentos a assinarem, prática adotada em poucas cidades do Paraná. Neste caso, evidencia-se a tensão causada pelo controle dos materiais recicláveis na cidade, uma vez que os catadores passaram a reivindicar o direito sobre os resíduos recicláveis provenientes do comércio local.

De acordo com o sítio do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis:

A Acifi solicitou a cassação do TAC alegando que o processo prejudica seus mais de mil associados. A Acifi considerou a determinação do termo abusivo. Pois, como determina que todo o lixo reciclável produzido pelas empresas seja entregue somente para as cooperativas de catadores, outros resíduos como, cobre, ferro, serragem, madeira, não poderiam ser comercializados pelos próprios empresários, tendo de ser entregues aos “agentes ambientais”. Para a associação, a exigência fere o direito de propriedade.⁷²

Esta dimensão do conflito, onde por um lado os catadores reivindicam o direito sobre os resíduos recicláveis da cidade, e por outro a Acifi, entendendo que os materiais são de

⁷¹ Recorte de jornal cedido por Claudemir Gomes das Neves. A Gazeta do Iguazu. 16 e 17 de fevereiro de 2008. **Coleta Seletiva recebe 20% do lixo produzido na cidade. Lei municipal pode tornar obrigatória a separação em residências e empresas, com alvará de licença ambiental.**

⁷² Disponível em: <http://www.mncr.org.br/artigos>. Acesso em 07 de julho de 2009.

posse de cada associado seu, evidencia o modo pelo qual o Estado, no papel do Ministério Público instituindo o TAC, e pela Vara do Trabalho, concedendo a liminar à associação comercial, interagem com interesses distintos representando tais frações de classes na cidade, sendo que o Ministério Público defende a causa dos catadores e a ACIFI recorre representando frações da classe dominante, no caso dos empresários que entendem como de sua propriedade os materiais recicláveis por eles produzidos, que geram ainda mais lucros para suas empresas.⁷³

O exemplar do jornal A Gazeta do Iguazu de 23 de setembro de 2008 noticiou uma passeata a ser realizada no mesmo dia por todos os catadores dos diversos Centros de Triagem da cidade, visando realizar atos em frente à Acifi e ao Ministério Público, onde ocorreu uma audiência conciliatória no dia seguinte.⁷⁴ Enfim, no dia 10 de outubro de 2008 foi derrubada a liminar referida acima. Porém, o advogado da Acifi, Marcelo de Britto Almeida, declarou ao Jornal do Iguazu que “depois que a diretoria decidir nós vamos continuar com a ação, recorrendo ou transferindo (para a justiça comum) ela vai continuar sendo movida”.⁷⁵ É transparente a posição da associação comercial em manter a ação com a qual conseguiu barrar a doação dos materiais aos catadores por aproximadamente um ano. Em contrapartida, os catadores cooperados presentes na manifestação relataram ao jornal que estão prontos para novamente se organizarem e se mobilizarem no caso de uma nova liminar.

A realidade vivida pelos catadores em Foz do Iguazu demonstra as peculiaridades e o fazer-se enquanto classe dos trabalhadores que catam materiais recicláveis nesta cidade. Isto se dá em um contexto marcado pela luta e organização destes trabalhadores, constituídas na busca por direitos sociais e melhores condições de trabalho, o que lhes possibilita um importante aprendizado político.

Assim, percebe-se inicialmente, a partir das discussões realizadas, que a atividade da cata de recicláveis é numericamente expressiva em Foz do Iguazu, haja vista o número de trabalhadores que desempenham esta precária ocupação laboral, visto que esta atividade é, desenvolvida há quase duas décadas, guardando relações estreitas com a formação de uma superpopulação relativa de trabalhadores na região. Assim, busca-se apresentar e discutir

⁷³ Cabe lembrar e ressaltar a consonância das legislações apresentadas anteriormente, em nível federal, estadual e municipal, quanto à destinação do material reciclável, para reforçar a legalidade do TAC recorrido pela Acifi.

⁷⁴ Recorte de jornal cedido por Claudemir Gomes das Neves. A Gazeta do Iguazu. 23 de setembro de 2008. **Catadores protestam contra empresas que não entregam lixo. Passeata tentará sensibilizar comerciantes para importância social da entrega de materiais recicláveis aos agentes ambientais.**

⁷⁵ Recorte de jornal concedido por Claudemir Gomes das Neves. A Gazeta do Iguazu. 10 de outubro de 2008. **Catadores voltaram a receber lixo das empresas de Foz.**

alguns dos aspectos que permeiam as relações travadas entre os catadores de Foz do Iguaçu com o Estado.

Nota-se ainda, com a formação de uma superpopulação relativa de trabalhadores em formação e crescimento em Foz do Iguaçu a partir da década de 1970, momento em que houve uma grande migração de trabalhadores, muitos advindos do meio rural para esta cidade a fim de buscar melhores condições de vida. Tratam-se de trabalhadores que ao longo de suas trajetórias ocupacionais desempenharam atividades precárias e informais. Neste sentido, verifica-se com as experiências dos catadores, que suas trajetórias guardam diversos momentos de perdas em relação às habilidades e conhecimentos sobre o trabalho que puderam conquistar durante suas vidas. Além disso, são pessoas sem qualificações profissionais específicas e, também não conseguem estabelecer-se ou procurar novas oportunidades por não haver espaço no mercado de trabalho, uma vez que este encontra-se saturado.

O Estado tem dispensado atenção especial a estes trabalhadores, principalmente a partir de 2003, com a criação da SENAES e o início da implantação do Programa Coleta Solidária na cidade, através da Itaipu e Prefeitura Municipal. As ações desenvolvidas atendem a demandas mais amplas de desenvolvimento de políticas públicas elaboradas em âmbito federal, através da SENAES e da Itaipu e, somados aos esforços municipais, temos a Prefeitura da cidade agindo no sentido de delimitar as formas pelas quais o trabalho dos catadores possa ser menos impactante para o setor turístico da cidade. Neste sentido, cabe ressaltar o importante papel do Estado em organizar os catadores de recicláveis de Foz do Iguaçu.

A luta dos catadores de materiais recicláveis pode ser identificada através de um movimento nacional, o Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis - MNCR, a partir do ano de 1999. Algumas destas tensões e reivindicações travadas pelo MNCR resultaram no reconhecimento da profissão na CBO⁷⁶. Isto demonstra a maneira pela qual a luta de classes torna-se evidente e o Estado precisa intervir de alguma forma.

Quanto às legislações, nota-se a partir da análise de leis, decretos e do inquérito civil citado, que há esforços por parte do Estado em organizar e disciplinar o trabalho dos catadores e buscar melhorias nas suas condições de trabalho. Porém, isto precisa ser

⁷⁶ Segundo o documento produzido pelo MNCR, a Carta de Brasília, resultado do 1º Congresso Nacional do movimento: “Conscientes da nossa cidadania e da importância do trabalho que desenvolvemos e das tecnologias por nós elaboradas, já qualificadas em mais de cinco décadas de atuação cotidiana, tomamos a iniciativa de apresentar ao Congresso Nacional um ante-projeto de lei que regulamenta a profissão catador de materiais recicláveis e determina que o processo de industrialização (reciclagem) seja desenvolvido, em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis.” Disponível em: <http://www.mnrc.org.br>. Acesso em 06 de outubro de 2009.

relativizado, pois as ações do Estado são também para pôr limites e condições para a execução deste trabalho. As iniciativas estatais agem ainda em questões práticas cotidianas relativas à atividade, uma vez que se relaciona na questão dos animais utilizados como meio de transporte dos materiais na cata e, quanto ao trabalho das crianças que auxiliam suas famílias nos trajetos e separação dos materiais recicláveis. No entanto, não foi possível detectar ações suficientes para suprirem as carências e necessidades destas famílias para que determinações possam ser efetivamente postas em prática, mostrando o afastamento por parte do Estado na efetivação de ações para melhoria na qualidade de vida e das condições de trabalho dos catadores.

Portanto, os elementos conflituosos apresentados quanto à relação entre as diferentes instâncias do Estado e os catadores de recicláveis, merece atenção especial, sendo necessário problematizar as tensões e embates vivenciados pela categoria, no que se refere ao relacionamento com o Estado e com a população da cidade.

3.3 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: EXPLORAÇÃO E PREÇO DOS MATERIAIS

Constata-se que as primeiras cooperativas defendiam ideais de oposição à sociedade capitalista e tinham como objetivo maior a abolição da exploração do trabalho alheio. É necessário pautar na construção do conhecimento histórico que aqui se propõe à perspectiva de interpretação acerca de tal processo histórico pelos principais sujeitos deste processo, os catadores de materiais recicláveis, que desempenham suas atividades cotidianamente de forma muito precária, modificando com sua presença as relações travadas na cidade. Neste sentido, discutir-se-á a interpretação que os catadores fazem deste processo, seja os cooperados ou os que trabalham sem nenhum vínculo, para compreender a forma como se estrutura a indústria da reciclagem no Brasil e a maneira como percebem as condições de sua subordinação a ela.

O coordenador do Centro de Triagem Profilurb II, Claudemir Gomes das Neves⁷⁷ faz o seguinte relato sobre o comprador dos materiais da unidade da cooperativa que coordena:

⁷⁷ NEVES, Claudemir Gomes. Claudemir tinha na data da entrevista 45 anos, é nascido em Assis Chateaubriand, onde tinha um emprego formal em uma emissora de televisão. Mudou-se para Foz a procura de melhores oportunidades. Iniciou trabalhando no comércio paraguaio por um curto período, não conseguindo mais se manter com tal atividade, conseguiu um emprego formal na Brasil Telecom e posteriormente na GVT, ambas empresas privadas de telefonia. Iniciou como coordenador da cooperativa por convite de políticos que assumiam na ocasião o mandato da prefeitura. Trabalha na cooperativa há 4 anos. Entrevista realizada pela autora em 23 de julho de 2008, nas dependências do Centro de Triagem Profilurb II.

[...] nós acertamos com um cara, mas não adianta a gente fica trocando de comprador hoje, porque chega o final de ano, o cara já não quer comprar mais: -Ah, tá cheio. Que nem o Marcelo, ele comprava, mas daí chegava o final de ano ele já não comprava mais, deixava na mão. Olha, teve um ano, o ano retrasado, o pessoal passou o natal e o ano novo sem dinheiro, nós tava tudo aí com o material chovendo, e estragando tudo e nós sem ter comprador pra comprar. [...] Olha, esse papelão foi dia 5, deixa eu ver. Eu coloquei até perca, né. Mas eu coloquei aqui que foi perca né. Tá aqui. Foi dia, foi na época, que foi vendido dia 29/12/2006. Ah, o plástico, o branquinho que é o papel, nós pegamos a 20 centavos, dava R\$105,04, aí com um total que dava R\$316,20. Eu sei que o total de prejuízo nós tivemos R\$144,70, de prejuízo! É, ficou tudo na chuva esses papel, ficou na chuva e ninguém queria comprar. Eu corri atrás, ó, daí tivemos um prejuízo de R\$31,00, de R\$52,00. Porque foi tudo assim, tivemos prejuízo de tudo que é tipo. Ah, hoje se acertamos com Beltrão. Aí tem, tem um pessoal da Prefeitura que tá querendo que mude de comprador, mais nós aqui, somos contra. Porque se nós somos uma cooperativa, porque que a Prefeitura tem que tá se metendo no meio de tudo? Eu acho que a cooperativa tem que fazer o que ela quer. Então é isso que eu falei pra eles, eles não vão muito com a minha cara por causa disso aí. Eu falo mesmo. Porque nós temos o direito de vender pra quem nós queremos.

Notamos na passagem relatada por Claudemir a forma pela qual entende as oscilações do setor industrial da reciclagem, onde: *daí chegava o final de ano ele já não comprava mais, deixava na mão*. Assim, os trabalhadores deste barracão da cooperativa entraram em consenso para vender os materiais coletados para um comprador de Francisco Beltrão, que lhes garantiu, minimamente, que os materiais teriam venda certa ao final do ano, período de baixa nos preços repassados aos catadores. Percebe-se em seu relato, as perdas sofridas nas negociações que levaram a tal postura, mostrando-as em seu caderno de controle de vendas.



IMAGEM 4 – Centro de Triagem Profilurb II.
 Fonte: Fotografado por Sônia Pelisser, 23 de julho de 2008.



IMAGEM 5 – Centro de Triagem Profilurb II – Armazenamento de materiais para venda (interior do barracão).
 Fonte: Fotografado por Sônia Pelisser, 23 de julho de 2008.

Isto demonstra a percepção deste coordenador, assim como foi relatado por outros catadores, sobre as crises anuais que afetam o setor, sobretudo, devido à queda do valor dos materiais recicláveis nestes contextos de crise.

Outro ponto que merece destaque neste trecho é a relação conflituosa que travam com a prefeitura, que procura intervir na busca por compradores para os materiais coletados pela cooperativa. Este relato possibilita perceber o significado que atribui a uma suposta autonomia das decisões tomadas em conjunto pelo barracão que coordena, pois *nós temos o direito de vender pra quem nós queremos*. Quanto a estas tensões, é perceptível que a prefeitura busca manter um papel organizativo à frente das cooperativas, porém, isto não é recebido de maneira acrítica pelos catadores envolvidos, que buscam ter uma margem de escolhas em suas decisões coletivas. Assim, sobre tal intervenção da prefeitura, Claudemir relata: *É, mais eles querem ficar sempre no meio, né. Mais a gente não, inclusive nós aqui no Porto Meira só depende da Prefeitura pras última hora. Que nós, o que nós podemos fazer sem depender da Prefeitura, a gente faz*⁷⁸.

Quanto a este aspecto, pode-se notar que sua noção acerca da negociação com os atravessadores que compram os materiais do barracão da cooperativa que coordena esbarra no próprio limite que é estabelecido, em última instância, pelas indústrias recicladoras. Mais do que a avaliação que fazem em relação à exploração direta dos atravessadores, o fato é que a cadeia da reciclagem está estruturada de modo que as indústrias de transformação controlam o preço dos materiais, definindo-os de cima pra baixo por meio de uma complexa rede de compradores de vários portes (conhecidos como atravessadores ou aparistas), sendo que as diversas formas de organização dos catadores (avulsos, familiares, grupos informais, cooperativas e associações) não conseguem romper com este circuito. Isto já foi notado em outros estudos (MAGERA, 2005; VARUSSA, 2006; BOSI, 2008).

Por conseguinte, observou-se na relação entre a cooperativa e a Prefeitura Municipal muitos conflitos, como é o caso do Centro de Triagem Profilurb II, que reivindica uma suposta autonomia frente às ações realizadas pela Secretaria de Meio Ambiente. Neste sentido, Claudemir expõe sua postura acerca do barracão que coordena:

*É que nem eu falei, nós estamos dando custo zero pra Prefeitura. Nós queremos mostrar que nós temos condições de tocar. É, caminhar com as próprias perna, né? É o seguinte, eu sempre discuti isso aí na Secretaria [de Meio Ambiente], o pessoal diz que não, que não é por aí. Mas a cooperativa tem que andar com as própria perna. Não depender de Secretaria, não depender de prefeito, nem nada. Só na hora de muita, muita emergência. Se não, é isso que eu coloquei.*⁷⁹

⁷⁸ NEVES, Claudemir Gomes. Entrevista realizada pela autora em 23 de julho de 2008.

⁷⁹ NEVES, Claudemir Gomes. Entrevista realizada pela autora em 23 de julho de 2008.

Desse modo, o relato de Claudemir evidencia alguns aspectos sobre a relação entre estes trabalhadores cooperados e a Prefeitura deixando evidente da luta de classes travada nestes momentos, como o da organização da cooperativa e do funcionamento da mesma. Outra coordenadora de um Centro de Triagem tem uma fala representativa quanto às noções que possuem acerca do preço alcançado com a venda dos recicláveis. Segundo Ivone Zimmermann⁸⁰:

Não é justo. Não, ele, o material ele devia de ser mais caro. A gente teve informação já, pra nós entregar diretamente na fábrica, em Itapemirim, eu acho que é. Ainda o cara ali tava falando isso aí ontem. Mas a gente não tem custeio pra agüentar até eles mandar o dinheiro. Que aqui o pessoal é assim: trabalhou, tem que receber que já estão devendo e, tem conta pra pagar.

Pelo que é possível concluir neste trecho da fala de Ivone, ela atribui a falta de poder de negociação para melhorar os preços de venda dos materiais do barracão que coordena, ao fato de a cooperativa não possuir a infraestrutura necessária para o transporte a um grande atravessador ou uma indústria de reciclagem. Porém, é preciso ressaltar que este arranjo do circuito da reciclagem no Brasil necessita de várias etapas entre os catadores e a indústria, justamente para baratear os custos, por exemplo, com caminhões, combustível, motoristas e outros funcionários, e garantir que os materiais sejam entregues a baixos custos, sendo que cada etapa deste circuito apropria-se de uma parcela de mais-valia produzida pelo catador. Este é um limite que se pode atribuir à imagem que muitos catadores fazem do circuito do qual são os principais motores, resgatando o material descartado pela sociedade de consumo, mesmo que se considerem explorados nas relações que travam com os atravessadores, pois certamente as percebem como relações de trabalho injustas.

Conclui-se então que, do ponto de vista da Ivone, estas relações são consideradas injustas. Mesmo relatando a busca de romper apenas com a parcela de mais-valia representada pelo atravessador, considera ser esta uma ação difícil de ser executada devido às insuficiências nas condições de consumo para a subsistência da família e manutenção de seu corpo como força de trabalho, necessidades das mais elementares que possuem e precisam prover através da renda que conseguem a cada venda dos materiais.

⁸⁰ ZIMERMANN, Ivone. Trabalha como coordenadora do barracão em que atua, na data da entrevista tinha 50 anos. Nascida no estado do Rio Grande do Sul, trabalhava desde criança com os pais, que possuíam uma pequena lavoura. Chegou em Foz do Iguaçu aos 18 anos, iniciando na atividade de doméstica, posteriormente de cozinheira e no setor de lavanderia em vários hotéis de Foz. Trabalha há dois anos na atividade, sendo um como catadora cooperada e há um ano como coordenadora do barracão. Entrevista realizada pela autora em 04 de fevereiro de 2009 nas dependências do Centro de Triagem Portal da Foz.

Nesta direção, a catadora cooperada Adriana de Oliveira dá sua opinião em relação ao preço que conseguem auferir com a venda dos recicláveis:

[...] Justo não é né. Porque praticamente ainda é considerado um lixo pros outro. O que eles pagam ainda tá sendo muito pouco. Porque a gente tá limpando né. Tá salvando o meio ambiente, tá salvando tudo né, assim, que eles deveria de valorizar. Dar valor pro nosso trabalho. Eu acho que é pouco ainda o que eles pagam pra gente.⁸¹

Percebe-se a maneira pela qual Adriana entende a exploração do trabalho na atividade que desempenha, considerando que sua produção ainda é vista como lixo, demonstrando a existência de um fator conflituoso. Indica ainda a forma pela qual compreende seu papel social na limpeza municipal e o forte apelo de um discurso ambiental, amplamente difundido nos discursos do Estado (principalmente em divulgação do Programa Coleta Solidária) e da mídia.

Esta visão é compartilhada por dona Regina, também catadora cooperada. Ela ressalta um momento de crise vivenciado na atividade, sobretudo, a partir do final do ano de 2008, ao falar sobre o preço dos materiais:

[...] a nossa dificuldade aqui é que é muito baixo aqui o preço do nosso material. A nossa dificuldade é na venda do material, porque quando a gente começou a trabalhar, o preço da cooperativa era muito mais diferencial, era bem melhor. Só que agora a tendência do comprador do material é mais plástico, daí o papel pra nós não tem valor, é muito baixo, muito pouco. [...] Olha, nós temo uma diferença até boa [em relação aos atravessadores da cidade], nós vendemos melhor, né fia. O pessoal que compra, nós já temos o preço, temos ali, uma lista de preço ali que veio de Francisco Beltrão pra nós. Já vem, diz o preço pra cooperativa. Porque se eles compra do catador particular mesmo é mais baixo, porque eles não separam. E daí na cooperativa tem a separação, pela quantidade e pela qualidade, que valoriza mais.⁸²

Desta forma, o depoimento desta catadora expressa as diferenças de preços quando é possível escapar de uma etapa de atravessadores, repassando os materiais pra um comprador de maior porte, percebendo um aspecto da exploração agregado ao valor dos materiais, assim como daqueles que, diferentemente da cooperativa, não tem condições de selecionar os materiais antes da venda. No entanto, as dificuldades em relação à queda do preço dos

⁸¹ OLIVEIRA, Adriana. Adriana tinha na data da entrevista 19 anos, é nascida em Foz do Iguaçu e reside na própria cooperativa com a família. Trabalha na cata há aproximadamente 5 anos, sendo 4 na cooperativa. Entrevista realizada por Sônia Pelisser, nas dependências do Centro de Triagem Morumbi I, em 22 de julho de 2008.

⁸² SILVA, Regina de Fátima dos Santos. Entrevista realizada pela autora em 24 de julho de 2008.

materiais ao final do ano são relatadas pela maioria dos catadores, fator intensificado, segundo eles, a partir do acirramento da crise do capitalismo eclodida em 2008. Pode-se visualizar na Imagem 6 mulheres efetuando o trabalho de seleção dos materiais recolhidos:



IMAGEM 6 – Centro de Triagem Profilurb II – Seleção de materiais coletados.
Fonte: Fotografado por Sônia Pelisser. 23 de julho de 2008.

Este elemento deixa evidente uma das distinções entre as relações de trabalho dos catadores avulsos e dos cooperados. Neste caso, a cooperativa representa uma mudança na rotina e condições de execução do trabalho, pois como apontado por dona Regina, o trabalho da seleção agrega valor ao material, assim como o montante que é possível armazenar no barracão também representa a possibilidade de venda para um atravessador que pague melhor. Além disso, verifica-se também distinções nas condições de estrutura para realização de trabalho, como uniformes e materiais de proteção, como luvas, além do local ser específico para este fim, onde o trabalho é realizado sob uma banca para seleção e longe do ambiente doméstico dos catadores.

Em algumas situações isto ocorre também com catadores não cooperados, como é o caso de seu Arlindo Barbosa, que trabalha com o auxílio de um cavalo. Ele relata que consegue vender os materiais por um preço melhor quando é possível efetuar, com o auxílio dos filhos, a separação por tipo dos materiais recicláveis:

[...] ganha melhor separado. Ganha melhor. [...] E aí não, agora comecei separar o material. Só que daí ficou muita coisa que num vende, né. Daí eu estou guardando, tem um monte lá guardado. [...] Daí eu vou guardando, na hora que der um preço, apesar que num é muito que pega, né. Então na hora que melhora o preço, então tem um pouquinho ali guardado, né.⁸³

Na Imagem 7 é possível perceber as diferenças:



IMAGEM 7 – Espaço ao lado da casa de catador não cooperado, utilizado para seleção e eventual armazenamento de materiais.

Fonte: Fotografado por Sônia Pelisser. 03 de março de 2009.

⁸³ BARBOSA, Arlindo. entrevista realizada pela autora em 03 de março de 2009.

Neste caso, este espaço é localizado logo ao lado da residência de Arlindo, onde seleciona com a ajuda dos filhos e armazena determinados materiais. Assim, com o possível armazenamento de determinadas quantidades de materiais não comercializados, pode-se evitar eventuais perdas e desvalorização de sua produção. Porém, é preciso ressaltar mais uma diferenciação quanto às condições de trabalho dos cooperados e dos não cooperados, pois, nota-se que a renda alcançada é menor, devido ao fato de ser representada por uma renda familiar, pois adiciona o trabalho da família no processo de trabalho:

Olha, justo não é. Você sabe porque? Por causa que eu tenho despesa, eu tenho cavalo. [...] Mas o cavalo, cada duas semana tem que colocar ferradura nele. E só as ferradura das quatro pata, e mais o grampinho que vai no casco do cavalo, ali já me vai 40 reais. Mais uma bolsa de ração pro cavalo, que ele come uma bolsa a cada 15 dia, isso porque eu dou controlado, né. A bolsa tá 28 reais. [...] Então são 160 por mês. E esse material, pelo menos, eu tirava a média de, quando que tava bom o preço, era a base de 800 por mês que eu tirava. Agora não dá 400. Então faz a conta, pra começar agora não sobra nem pra ração do cavalo. O que que eu dou? O que ele come agora bastante é pão. Porque pão vem muito, né. Junto com o material vem muito pão. [...] É, porque eles coloca separado. [...] Só que o preço do material na verdade, nós tinha que, o preço tinha que aumentar. Por causa que a prefeitura tá fazendo uma coisa muito errada. Pelo seguinte: esse negócio, [...] da taxa do lixo, tá vindo na água. Eu que sou catador, eu que faço esse serviço, faço a limpeza, eu tenho que pagar isso dali. Isso daí é uma coisa muito errada! Uma coisa que num podia acontecer. Esse dinheiro a prefeitura paga pra Vital⁸⁴, né. Pra Vital garrar e recolher o lixo. [...] Então, e porque que esse dinheiro eles num repassam pros catador? Não só pra mim. Porque tem gente que, eu preciso, mais tem gente mais precisada que eu, que nem eu ainda tenho a carroça, né. [...] Tem gente que num pode, num tem carroça nem cavalo. Então ele tem que andar. Que nem aqui mesmo, atrás aqui, tem umas mulher aqui que é 11 hora elas tão indo já com um pano amarrado na cabeça, mais uma piazadinha de atrás, que tão indo pra cidade catar, porque? Porque num tem carroça.⁸⁵

De modo geral, é possível perceber que este arranjo produtivo representa uma alta lucratividade aos capitalistas envolvidos, desde os atravessadores até as grandes indústrias de reciclagem, devido à manutenção de meios rudimentares de produção, aliados às altas tecnologias desenvolvidas neste setor, para beneficiamento de materiais recicláveis. Além disso, estes mesmos meios de transporte utilizados para a catação são utilizados desde o século XIX, para recolhimento de lixo nas grandes cidades, têm demonstrando ser esta uma maneira barata, rápida e eficaz de fazer os materiais descartados após o consumo serem entregues a preços irrisórios às indústrias.

⁸⁴ Empresa privada contratada pela Prefeitura para realizar a limpeza urbana de Foz do Iguaçu.

⁸⁵ BARBOSA, Arlindo. Entrevista realizada pela autora em 03 de março de 2009.

Arlindo diz que sua jornada de trabalho possibilita, mesmo que limitadamente, sustentar a si, sua família e seu cavalo. Porém, ele vê a situação de muitos companheiros de trabalho em condições de trabalho menos favoráveis.

O relato acima reforça ainda que a relação de trabalho muda em relação aos cooperados e não cooperados. Isto é evidenciado tanto pelas condições de realização do trabalho, sendo que seu Arlindo precisa suprir as necessidades de manutenção de seu animal, que segundo ele lhe proporciona melhores rendimentos do que se trabalhasse apenas com um carrinho, assim como o fato pelo qual utiliza o ambiente doméstico para selecionar e depositar os materiais recolhidos durante seu trajeto, como podemos visualizar na Imagem 7.

Para Arlindo, o material está longe de ser vendido por um preço considerado minimamente justo aos catadores, tendo em vista o trabalho que desempenham na cidade. Além disso, como já exposto, a renda deste catador é familiar e não relativa apenas ao seu trabalho, o que significa dizer que é menor por necessitar de muitas horas a mais desempenhadas por membros da família para auferir o resultado relatado.

Arlindo prossegue relatando que: *só que o preço do material na verdade, nós tinha que, o preço tinha que aumentar*. Dessa forma, explicita sua indignação em relação à exploração que sofrem nessa atividade de trabalho, mesmo que não avançando para uma noção de exploração que demonstre as condições estruturais nas quais se encontra. Assim, sua fala não está relacionada apenas à exploração por parte do setor industrial da reciclagem, mas ao papel desempenhado pelo Poder Público municipal. Há uma polêmica indicada em sua fala em relação à questão da taxa cobrada pela Prefeitura Municipal estar sendo vinculada à conta de água, o que anteriormente ocorria através da cobrança anexada ao IPTU. Atualmente a taxa de recolhimento de lixo na cidade voltou a ser cobrada anualmente junto ao IPTU.

Quanto ao papel da Prefeitura, é esclarecedora a fala de seu Clementino sobre o recolhimento dos materiais produzidos por empresas da cidade, realizado com um caminhão da cooperativa e da Vital Engenharia.

[...] não é todos os barracão que recebe⁸⁶. Porque tinha um caminhão antes e daí fizeram uma, uma divisão entre o caminhão da prefeitura com aqueles. Aquele outro caminhão que pertence a Arafoz aí eles levam o material pra uns dois ou três barracão. E o resto é o caminhão da Vital. A companhia que a prefeitura tem empreitada pra trazer esses material pra nós.⁸⁷

⁸⁶ O material recolhido pelo caminhão da cooperativa que faz a coleta no centro da cidade.

⁸⁷ NASCIMENTO, Clementino Jesus. Coordenador de barracão, 71 anos. Nasceu na Bahia, cidade de Piritiba. Trabalha há 5 anos como catador, desde 2003, como coordenador de barracão. É também aposentado pelo INSS. Ainda criança, com aproximadamente 10 anos de idade já ajudava o pai na atividade do garimpo de ouro na Bahia e à mãe a cortar lenha para vender. Mudou-se com aproximadamente 16 anos com sua família para o

A indignação de Arlindo refere-se à questão de que esta taxa de cobrança sobre o recolhimento do lixo deveria ser destinada aos catadores, que desempenham papel significativo neste caso. Suas reflexões se pautam nas carências sofridas em sua vida e de seus companheiros de trabalho que, segundo ele, estariam muitas vezes em situações piores, citando a experiência de conhecidos. Reclama ainda, indignado, ao final do trecho de sua fala acima, o fato da Prefeitura não estar disposta ao desenvolvimento de projetos para suprir as necessidades daqueles que muitas vezes estão passando fome, como pode-se perceber quanto à ausência de políticas eficientes voltadas para as populações mais pobres da cidade. Por fim, relata sua indignação em relação à lei citada acima, na qual pretende-se disciplinar o trabalho dos catadores através da instituição de legislação específica para este fim.

Desta forma, pode-se relacionar tais fatos às reflexões e significados atribuídos pelo catador à luta de classes que é presente na cidade, o que será por ele aprofundado adiante.

3.4 CIDADANIA E ESTIGMAS SOCIAIS

No primeiro capítulo que parte da literatura sobre o tema do cooperativismo foi abordada a questão como uma saída para possibilitar a “inclusão social” destes sujeitos e o “resgate à cidadania” para estes trabalhadores. Alguns estudos realizados sobre o trabalho dos catadores indicam a organização coletiva como a saída para superar sua posição “marginal” na sociedade, como aponta Oliveira, compreendendo que uma *presença organizada dos catadores é relevante tendo em vista que, sua prática propicia o resgate de uma realidade social e humana e transforma o espaço da marginalidade em lugar de cidadania* (OLIVEIRA, 2001, p. 10). No entanto, o que esta pesquisa tem demonstrado é que, apesar da cooperativa representar mudanças na rotina e nas condições de trabalho dos catadores, é preciso salientar que eles, mesmo cooperados, não conseguem romper com a exploração de

Paraná, na região de Cornélio Procópio, com o trabalho nas lavouras de café. Posteriormente mudaram-se para a região de Londrina, em Cambé para trabalhar com algodão, em sistema de arrendamentos de terras. Já na década de 1970 mudaram-se para Matelândia para trabalhar com o cultivo da menta. Seu Clementino relata ainda que com a boa renda que conseguiram auferir neste ciclo da menta foi possível comprar um sítio, no Paraguai, porém, continuava trabalhando em sistema de arrendamento. Seu retorno para o Brasil foi motivado, principalmente, pela situação econômica que não melhorava e a doença de sua esposa, devido as carências de cuidados médicos na região onde residiam. Seu Clementino relata ainda ter maior identificação com o trabalho do campo, em relação à toda sua trajetória ocupacional, atribuindo à isto o fato de não ter estudado, pois, possui apenas algum conhecimento que lhe permite a realização de contas. Entrevista realizada por Antônio de Pádua Bosi e Sônia Pelisser, no dia 19 de março de 2009, no Centro de Triagem Unidade Vila C.

seu trabalho, nem tampouco com os estigmas sociais e preconceitos que sofrem cotidianamente.⁸⁸

Contudo, defende-se uma perspectiva na qual os trabalhadores estão em luta pelo reconhecimento e valorização de seu trabalho. Suas lutas estão em constante dinâmica, e a precariedade vivenciada em suas rotinas de trabalho torna evidente que a cidadania almejada e tão difundida a nível discursivo está longe de ser experimentada como algo acabado e possível de uma plenitude a ser vivenciada na realidade social destes sujeitos.

Apóia-se aqui uma abordagem pela qual procura-se apreender de que forma os catadores entendem esta questão, na maneira pela qual vivenciam o conceito de “cidadania” a partir de sua realidade social e, os estigmas sociais que sofrem na cidade, representado principalmente pela relação com o Poder Público, e pelos estranhamentos entre estes e a população da cidade.

Compreende-se que os problemas sociais são estruturais em uma sociedade capitalista, e além de estruturais, deve-se ressaltar que são funcionais à este sistema, como é o caso vivenciado pelos catadores de recicláveis, os quais desempenham uma atividade muito profícua ao capital. Assim, rompemos com as ideias que levam a crer que a questão é conjuntural, pois não é possível dizer que estes trabalhadores criaram uma estratégia para sobreviver em uma sociedade que em tese deveria suprir as necessidades elementares de seus cidadãos.

Para Francisco de Oliveira (1987), a classe trabalhadora sofreu com a repressão salarial do período pós-1964 um intenso aumento da exploração de sua força de trabalho, que possibilitou um superexcedente capaz de sustentar uma acumulação necessária para a consolidação da expansão em um sistema tipicamente capitalista no Brasil. É notável então a importância política de intervenção do Estado nas políticas salariais, o que percebemos até hoje, como por exemplo, com o desenvolvimento de políticas de compensação social, seja

⁸⁸ Acerca dos estigmas carregados pelos catadores em estudo de caso realizado na cidade de Rosário – Argentina, Ecurra (1997, p. 136-137) percebe que “um dos principais motivos da discriminação por parte da população em geral e das autoridades da Prefeitura identificado pelos catadores em torno da atividade relaciona-se a problemas de higiene pública como consequência do rompimento das sacolas de lixo nas calçadas. A reação de muitos dos “cirujas” entrevistados, que desenvolvem a atividade na rua, expressa a reprodução do preconceito entre os próprios subalternos: salientam a necessidade de diferenciar aqueles que procuram materiais reaproveitáveis ou recicláveis para a sua comercialização e os que quebram as sacolas, identificados como aqueles que procuram alimentos”.

Já para Couto (2006, p. 264), “sentida na pele, se elaborada na consciência daqueles que vivenciam o que é ser estigmatizado e que vão tomando consciência de seus direitos, a humilhação é um sofrimento que pode vir a ter um alcance político. Não são poucos os trabalhadores submetidos a formas de preconceitos e estigmas sociais, veladas ou escancaradas. Ao buscar enfrentá-las, estão lutando não apenas contra algo que queira rebaixá-los, mas também contra todo um mecanismo de dominação, que contribui para determinar o lugar social de cada um e definir as relações vividas, os valores e a sensibilidade”.

através de auxílios meramente econômicos, como o proposto pelo programa “bolsa-família”, ou com programas como o PETI, que se mostrou muito limitado no alcance de suas propostas ou efetiva capacidade de alguma mudança qualitativa na vida destas famílias trabalhadoras de Foz do Iguaçu.

Verifica-se ainda, em consonância com as análises teóricas feitas no primeiro capítulo, que alguns dos problemas das categorias de exclusão social e cidadania, pautam-se no fato da vida destes trabalhadores estar “excluída” em termos de inserção no mercado de trabalho, ou mesmo no fato das cooperativas representarem uma mudança apenas em seu interior, pois, estas pessoas não possuem qualquer chance de se libertar ou serem excluídos da esfera do consumo, mesmo que seja o mínimo para a reprodução de sua força de trabalho.

Clementino relatou sobre a relação de identificação que teve com os trabalhos ligados ao campo elaborando reflexões pautadas na comparação das condições de vida rural e urbana, segundo suas palavras:

É, a roça, parece que a gente, eu digo ainda que a roça é melhor num ponto, né. Porque tem ar puro lá. Mais sossegado, num vê essas notícia de matou um ali, roubou outro ali, aí já tem mais um sossego nesse ponto, né. É, as vezes umas fruta, umas planta tudo sadia lá, da lavoura, né. Então era, nesse ponto de sossego era melhor lá, né. Só que num outro ponto de socorro, é, de saúde já não, porque a cidade, aqui pertinho tem um posto de saúde, tem o médico pertinho ali, né. Então nesse ponto já favorece muito a cidade, né. [...] É, até agora, eu ainda apóio assim, a roça, pra mim, por exemplo, foi a roça. Que quando eu vim pra cá eu já vim, no caso pra eu. Eu leitura quase eu não tenho, eu fiz só a segunda série só, né. Que eu tenho, então eu não tenho quase leitura. Então aqui na cidade pra mim, não passei melhor do que lá. Porque lá eu tinha, não precisava de estudo. E a gente vivia assim, pra modo que é ruim a pessoa num estudar, é um prejuízo a pessoa não estudar, né. Mais pra mim lá tava, tava, deu uns, mais lucro assim. Deu pra mim conseguir comprar a terra, comprei. A casa que eu tenho eu tirei lá da roça, né. Aqui dá pra ganha um pouco, né. Mais num sobra nada, num tem como sobrar. Inclusive por causa da crise, né. A crise da época, então não tem como sobrar dinheiro pra comprar quase, quase nada assim. De tudo, pouca coisa. Pra mim ainda que eu sou aposentado já, então sobra um pouquinho. Mais pros outros que não é aposentado, coitados.⁸⁹

Clementino atribui um significado à *roça* no sentido de que no período em que lá viveu não sofria com a criminalidade e fruía de boas condições de vida, representadas tanto *no ar puro* quanto nas *planta sadia* que cultivava para o consumo de subsistência da família. Em contraposição a esta qualidade de vida, põe em questão a saúde que ficava prejudicada pela distância no atendimento de postos médicos, considerando neste ponto, melhor viver na

⁸⁹ NASCIMENTO, Clementino Jesus. Entrevista realizada em 19 de março de 2009.

cidade. Isto demonstra a dimensão das relações de trabalho que são travadas na cidade, esta como um espaço de acesso, onde buscam melhores condições de vida.

Quanto à sua vinda para a cidade, entende que a falta de conhecimentos escolares atrapalhou no momento em que projetou uma melhoria de vida, o que era dispensado no campo. Em tal período conseguiu comprar a terra no Paraguai, que foi vendida para o retorno ao Brasil, resultando na aquisição de sua casa própria na região onde trabalha. Sua aposentadoria é vista como um diferencial quanto aos companheiros de trabalho, pois assim *sobra um pouquinho*. Para ele, a situação de quem sobrevive somente da cata é muito delicada, ainda mais em tempos de crise do capital, onde o ônus historicamente é pago pelas classes mais empobrecidas dos trabalhadores.

Desta forma, o acesso à saúde e à aposentadoria são indicados na fala de Clementino como elementos que lhe possibilitam alguma qualidade de vida na cidade. Nota-se ainda que é sensível à situação vivenciada por seus companheiros de trabalho, que atualmente vivem em uma circunstância ainda mais complicada com a baixa nos preços dos materiais.

Um dos indícios com os quais se trabalha, refere-se à questão da Prefeitura Municipal atribuir aos catadores uma identidade elaborada a partir do Programa Coleta Solidária que caracteriza os catadores de materiais recicláveis como “agentes ambientais”. Desta forma, as propagandas, materiais de divulgação, conscientização, matérias de jornais, etc. trazem esta denominação enaltecendo o papel ambiental representado pela atividade dos catadores, sendo que estes trabalhadores promovem a limpeza da cidade e contribuem para a preservação do meio ambiente, como acima indicou a catadora cooperada Adriana de Oliveira, quanto ao seu papel ambiental e social na limpeza da cidade.

Neste caso, a noção de “agentes ambientais” está relacionada à busca pela criação de uma identidade de trabalho para que os catadores sintam-se mais valorizados como trabalhadores e para que a população local passasse a assim os ver, amenizando este tipo de conflito.

Na percepção de Adriana de Oliveira, isto causou um impacto positivo para sua profissão, sendo que de fato estariam surgindo efeitos positivos com as campanhas promovidas pela Prefeitura Municipal e Itaipu. Assim,

Ah, vixi, agora depois que teve a cooperativa, tá dez mil vezes melhor. Porque a gente passou com os saco, nós distribuindo. Já faz eu acho que uns seis meses. E daí como a gente não teve retorno de outros, pra tá né, continuando, elas [donas de casa] mesmo compram e entregam pra gente. Tem umas que desistem e a gente vai lá, passa toda semana, dez, quinze dias insistindo e elas vão lá e juntam pra gente. Tá bom, por enquanto tá bom,

elas estão cientes do que elas estão fazendo. [...] É, a maioria tá ajudando. [...] [Antes] xingavam, a gente passava eles xingavam, tacavam pedra, xingavam mesmo. [...] É, de lixeiro, bando de porco, eles não querem saber. Simplesmente tocavam, atacavam pedra, eles não querem nem saber. Mas tá melhor, tá dez mil vezes melhor.⁹⁰

Sua fala demonstra a maneira como vivenciou os elementos de conflito com a população residente nos trajetos em que trabalhava. Para ela, o fato do surgimento da cooperativa representou alguns aspectos positivos em sua profissão quando possibilitou às pessoas da cidade conhecerem melhor seu trabalho e ajudar na coleta seletiva, que se transforma em renda ao final do mês e ainda garante que haverá menos humilhações devido aos estigmas carregados no trabalho que executa cotidianamente. Segundo ela, as formas de violência verbal e mesmo físicas, quando *xingavam, atacavam pedra*, foram minimizadas em relação ao trabalho desenvolvido na cooperativa, pois houve efeito com as campanhas de conscientização realizada com os moradores da cidade através do Programa Coleta Solidária.

O relato de Regina segue uma linha semelhante à fala de Adriana, para ela:

As donas de casa, né, de primeiro a gente tinha vergonha de catar papel, né. Hoje não, elas recebem a gente, que nem uma pessoa normal né, a gente vê com a gente, né, ajudam, mandam roupa, mandam calçado pra ajuda a gente, né. Então, a gente fica muito feliz, né?! Porque tá reconhecido o trabalho da gente. [...] É, depois com a cooperativa. Antes que nós catava particular, quantas vezes nós chegava nas casa e as mulher não deixava nós nem tocar nos lixo. Porque falavam assim: -saí daqui lixeiro, o que você vem mexer no nosso lixo? Agora não! Nem precisa pegar no lixo, que elas já guardam separado, já deixam separado já o lixo, do reciclado pra nós. Então, é, a gente nem mexe mais no lixo, né, é só o reciclado mesmo.⁹¹

Desta maneira, é significativa sua experiência acerca dos conflitos vividos por conta de sua profissão. Regina relata a vergonha que sentia em catar papel, única atividade que lhe possibilitou o sustento dos filhos, assim, nota-se que os moradores ajudam de certa forma com doações de roupas, calçados que acabam por compor uma renda não monetária que contribui suprimindo algumas necessidades de sua família. O fato de ser *reconhecido* seu trabalho após a inserção na cooperativa é exaltado como um elemento muito significativo em sua trajetória como catadora, pois agora os materiais passaram a ser separados por um maior número de donas de casa e, *a gente não mexe mais no lixo, é só o reciclado mesmo*, como uma forma de expressar a indignação ao ser chamada de lixeira quando sua ocupação é digna de respeito.

⁹⁰ OLIVEIRA, Adriana. Entrevista realizada em 22 de julho de 2008.

⁹¹ SILVA, Regina de Fátima dos Santos. Entrevista realizada pela autora em 24 de julho de 2008.

O coordenador do Centro de Triagem do Jardim Canadá, Josiandro, relata a respeito dos preconceitos que vivencia em sua profissão e o papel do Estado nesta questão:

Na verdade, olha quase nunca, nunca, porque tem muito preconceito, o pessoal não entende, começa pelo governo. É, pra verdade o catador ele tinha, o catador mesmo, ele tinha que ganhar pelo menos uns dois mil real por mês. Ele que faz o trabalho de graça! [...] E eu tava te falando do preconceito, que nem eu aprendi lá, eu não, mais os catadores mesmo, eles trabalham já há 56 anos, existe catador no Brasil. 56 anos atrás! E nunca ganharam por esse trabalho. Sempre na verdade trabalham de graça, sempre de graça. [...] Porque que nem em 2004, 2000 e 99, eu até tenho o documento, não sei agora onde agora. O governo, o prefeito de Foz pagava, até no governo do Samis, 4 anos atrás, tava pagando trezentos e oitenta mil real pra que a Queiroz Galvão recolhesse o lixo reciclado. O reciclável mesmo, fora o lixo, né, o comum que vai pro aterro direto, que não presta. Então, isso daí, depois que nós entramos, hoje ele paga cento e trinta mil ainda, hoje ele paga cento e trinta mil ainda.⁹²

Este relato se contrapõe à fala de Regina, tendo outro direcionamento na escolha e recorte feito sobre tais questões. Sua indignação tem proximidade com o relato apresentado anteriormente, pelo catador não cooperado Arlindo, em relação ao papel desempenhado pela Prefeitura na contratação por processo de licitação da empresa privada Vital Engenharia Ambiental referente ao processo de coleta seletiva no município. Desta forma, eles percebem a exploração que sofrem ao realizarem um trabalho que também está sendo realizado por uma empresa privada com altos lucros, trabalho pago com recursos públicos. Assim, Josiandro entende que a destinação de verbas públicas para esta empresa diminuiu em razão da luta e resistência dos catadores, porém, não é o suficiente, nem tampouco o ideal para se ter uma relação mais justa para estes trabalhadores. Neste sentido, é também elucidativa a noção desenvolvida por Arlindo:

Será que eles num podem prestar atenção que é um beneficio que nós estamos fazendo? Que nós tinha que ganhar pelo menos um salário, nem que fosse pequenininho, mas nós tinha que ganhar, que nós estamos fazendo a limpeza da cidade. E quem ganha isso daí? Quem ganha isso daí é a Vital, né. Eles ganham e nós que fazemos o serviço sujo. Nós fazemos o serviço, né. Nós fazemos o serviço e eles que recebem.⁹³

⁹² NASCIMENTO, Josiandro de Melo. Coordenador de um Centro de Triagem, 25 anos, reside em uma casa no terreno do barracão. É natural de Três Barras/PR, mudou-se com os pais aos 8 anos de idade, devido ao desemprego, em busca de trabalho em Foz do Iguaçu. Sua trajetória ocupacional iniciou-se aos 5 anos de idade, ajudando os pais na roça, seguindo vendendo picolé, quebrando pedras em pedreira, engraxate, vendedor de frutas e verduras, carregador de caminhão, etc, porém, sua identificação em relação à conhecimentos sobre o trabalho é na atividade de pedreiro. É catador há oito anos, sendo quatro destes como cooperado. Entrevista realizada por Sônia Pelisser no Centro de Triagem Jardim Canadá, no dia 06 de fevereiro de 2009.

⁹³ BARBOSA, Arlindo. Entrevista realizada em 03 de março de 2009.

Desta forma, nota-se que sua percepção acerca do processo de exploração que vivencia é caracterizada por diversos embates com a população e a Prefeitura Municipal, sentindo-se prejudicado por efetuar um trabalho que considera importante sem qualquer tipo de reconhecimento social, assim, acerca de tal exploração, ele conclui:

Que esse dinheiro que eles tão dando lá pra Vital, porque eles não pegam esse dinheiro e não dão, não investem em alguma coisa pro, pro, pros catador de papelão? Por causa que a Vital, eles já ganham pra eles tirar o lixo orgânico. E daí já ganham mais pra tirar o reciclado. E não tão tirando. Nós que estamos fazendo.⁹⁴

Retomando a experiência vivenciada por Arlindo, é possível perceber para além das noções acerca da exploração que sofrem ao âmbito mais direto, representada no descaso com seu trabalho e pagamento com dinheiro público para a Vital, que os estigmas que sofre por ser catador são ainda intensificados devido ao trabalho com o animal. Segundo ele, a sociedade sensibiliza-se pelo sofrimento do mesmo, sem levar em consideração o trabalho humano desempenhado sob condições extremas de exploração.

[...] Se eles olham um cavalo na estrada que tá sem ferradura, eles já enchem o saco, ficam enchendo a gente. Mas daí eles num sabem. Esses dia eu fui obrigado a falar pra um, olha, pelo jeito que eu vi, eu acho que justiça, num sei lá do que era. Mais quando eu vi já tinha falado. A ferradura do cavalo caiu que nem hoje, que nem amanhã eu fui pra cidade. Então daí o cavalo tem que deixar, que cai a ferradura, que vai alisando o casco pra gente colocar de novo. [...] Eu parei no semáforo e ele parou [...] e falou pra mim: - ó, tem que colocar ferradura no cavalo. Eu falei: ó meu senhor, esse cavalo aqui, eu cuido mais dele do que de mim. Digo: por causa que eu, eu tem dia que num tenho carne pra mim comer lá em casa. Digo, isso daí, por enquanto não tá faltando ração e essa ferradura, se o senhor entende alguma coisa, o senhor olha aquilo dali, tá os grampo ainda no casco dele, que caiu ontem, digo, e o cavalo tem que emparelhar o casco, pra daí colocar outro. Digo, eu me criei no lombo do animal. Eu me criei no interior, eu sei o que que é, ele é de carne e osso, igual eu mesmo. Então eu prefiro eu ficar sem comer carne e não deixar ele ficar sem comer ração, ou ele andar sem a ferradura. [...] Então esse que é o problema, tem muita gente que eles se intrometem muito na vida da gente, mas eles num sabem, eles num sabem como é que vem a mão. Só que tem muita gente que não, muita gente que arrebenta o animal, vai, carrega demais a carroça, daí o animal num agüenta. Daí nisso eu também sou a favor que a autoridade toma providência desse tipo de coisa aí. Agora, se a pessoa ta trabalhando normal, eles garram e se envolvem no serviço da pessoa, num tem como. Porque cada um tem que procurar um jeito de trazer o pão de cada dia pra dentro de casa. Porque olha, esse negócio, quanto mais eles mechem, quanto mais se envolvem com os catador

⁹⁴ BARBOSA, Arlindo. Entrevista realizada em 03 de março de 2009.

de papelão, é pior pra eles, por causa que mais ladrão vai existir. Você já pensou, já pensou se eles chegam a tirar todos esses carroceiro, tirar todos esses catador da rua? O que que vai virar? Não tem!⁹⁵

Assim, Arlindo faz questão de demonstrar que seus conhecimentos sobre a saúde do cavalo são suficientes para dispensar-lhe bons cuidados. Em seu relato ele apresenta uma situação conflituosa vivida com um possível funcionário público que teria lhe questionado em relação aos cuidados com a ferradura do cavalo. Arlindo demonstra aversão àqueles que realmente não tem zelo pela saúde do animal com o qual trabalham e, se colocando em paridade com o animal, como seres vivos dignos de respeito, o que reivindica.

Suas palavras indicam revolta quanto a este processo. Ao final deste trecho elas demonstram a maneira como vivencia os conflitos em relação à lei municipal em fase de implantação anteriormente citada. Para ele, não há maiores problemas em normatizar as condições pelas quais desempenha sua atividade, mas é estritamente necessário que este processo abarque as necessidades dos catadores, seja em relação aos animais ou às condições vivenciadas por qualquer catador. Neste sentido, aparece mais uma vez a fala do trabalhador que reivindica o direito ao trabalho, contrapondo à marginalidade sua atividade desenvolvida com tamanhas dificuldades. Em termos comparativos, percebeu-se que as orientações contidas no processo civil citadas anteriormente somente são repassadas aos catadores cooperados, o que indica mais uma distinção entre os que possuem o vínculo e os que trabalham sem ele. Outro trecho de sua fala demonstra a maneira como sofre com os preconceitos durante o trajeto que desempenha:

O rapaz falou pra mim: [...] você tá judiando do cavalo. [...] Digo: onde é que tá o respeito? Que além de eu ir de a pé, eu já tenho os problema da perna, ando que num aguento a coluna, e a carroça vazia! E o cara ainda fica se tongueando comigo, que jeito? Mas olha, aquele dia eu num dormi. Me deu um estado de nervo [...] porque é a coisa mais triste, me ofende, que eu num posso fazer outro serviço.

Desta forma, nota-se que os catadores de materiais recicláveis da cidade de Foz do Iguaçu vivenciam os projetos que são desenvolvidos pelo Estado como uma forma na qual talvez possa haver alguma melhoria nas condições de trabalho, o que se demonstrou muito restrito. Porém, a partir do diálogo com estes sujeitos históricos foi possível notar tanto no caso dos catadores cooperados, quanto dos não cooperados, que seu trabalho não possibilitou o rompimento com os estigmas sociais que sofrem por trabalharem com o lixo.

⁹⁵ BARBOSA, Arlindo. Entrevista realizada em 03 de março de 2009 .

Como ressaltou-se anteriormente, o circuito do recolhimento dos materiais recicláveis em Foz do Iguaçu tem mudado desde o início do Programa Coleta Solidária devido às campanhas voltadas à população da cidade para procederem com a coleta seletiva no momento de descarte do lixo nos lares e à luta coletiva dos catadores para garantir o direito da cata na cidade, principalmente no que se refere aos materiais produzidos por comércios e empresas.

Deste modo, o lixo doméstico produzido passa em grande parte a ser previamente selecionado pelas donas de casa e depositado nas ruas para que um catador passe posteriormente recolhendo os materiais recicláveis e o caminhão da Vital Engenharia Ambiental recolha o lixo orgânico destinado ao aterro sanitário.

Quando o catador recolhe o material reciclável descartado por lares e comércios, o que era lixo torna-se uma mercadoria. Em geral, as campanhas sugerem que se “adote um catador”, o que pode ou não acontecer tanto com catadores cooperados quanto com os não cooperados, dependendo dos vínculos criados pelos catadores ao longo de suas trajetórias ocupacionais. Isto possibilitou que se amenizasse o conflito entre donas de casa e catadores devido a estes evitarem rasgar as sacolas de lixo nas lixeiras domésticas para realizarem a separação dos resíduos sólidos dos orgânicos.

Quanto aos materiais recicláveis produzidos pelo comércio, a relação é mais conflituosa, já que os empresários percebem que o descarte reciclável possui valor de comercialização. Isto causou muitos conflitos entre os catadores e a Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu, a ACIFI, entidade representante dos interesses dos empresários da cidade que apresentou resistência quanto à doação dos materiais aos catadores e cooperativas, ação derrotada devido à determinação do Ministério Público do Trabalho obrigando a doação dos materiais nas fontes geradoras, como já discutido anteriormente.

Por fim, relatar-se-á como estes elementos são vivenciados na realidade concreta, experimentados pelos catadores entrevistados na cidade de Foz do Iguaçu, partindo da análise de alguns casos que demonstram tais questões de forma elucidativa.

3.5 OS CATADORES NÃO COOPERADOS

Durante a pesquisa pôde-se notar alguns casos de organização do trabalho dos catadores não cooperados, denominados por eles como “particulares”. Há ainda aqueles que trabalham em grupos informais constituídos por amigos, vizinhos, por exemplo, e os grupos

familiares, onde a divisão do trabalho se dá tanto na cata quanto na seleção dos materiais recolhidos, o que é o mais comum.

O caso da catadora não cooperada Neli dos Santos demonstra que as limitações físicas suas e de seu filho só possibilitava que catassem com a ajuda mútua entre eles. Ela relata que nunca teve o interesse em ingressar na cooperativa devido à saúde. Segundo suas palavras,

[...] eu não tentei, porque eu sabia que eu não aguentava, né. Eu não aguentava o serviço, não aguentava. Porque pra trabalhar pra cooperativa, você tem que trabalhar sol e chuva, né. E eu sabia que não aguentava. E o meu filho também não aguenta muita coisa, ele é fraco, né. Pra puxar um carrinho daqueles pesado, não aguentamos.⁹⁶

Nota-se que a catação para quem não é vinculado a cooperativa tem a “vantagem” de permitir ao catador certa autonomia para definir os horários e a forma de organização de seu trabalho. Assim, esta catadora relatou que só conseguia trabalhar com a ajuda do filho. Eles saíam à cata diariamente, todos os dias da semana, durante o dia todo, e separavam o material na entrada da casa onde moram, em pequenas quantidades, pois o proprietário da casa alugada não permitia que armazenassem grandes montantes e nem tampouco conseguiam transportar muito peso. Neste caso, a divisão do trabalho é muito simples, passando pelo momento da cata em conjunto à entrega diária dos materiais aos atravessadores da região onde moram, vendendo ao mais próximo de sua residência, diminuindo o poder de negociação a quem comprasse por um preço melhor ou em quantidade maior.

Os meios do trabalho também são mais simples e em piores condições se comparados ao trabalho organizado na cooperativa, implicando ainda em um preço mais baixo dos materiais vendidos para atravessadores sem estar selecionado.

Já a jornada de seu Arlindo é mais extensa e intensa, devido ao auxílio que tem com a carroça puxada pelo cavalo. Ele inicia o longo trajeto que percorre saindo de casa ao meio dia, voltando ao final da tarde, por volta das 19 horas. Assim explica o restante da jornada que desempenha diariamente, exceto aos domingos:

[...] daí a reciclagem eu faço no outro dia, de manhã. Então chega, eu faço, ele dá mais ou menos a média de 12 horas por dia. Exatamente. Porque de manhã cedo eu tenho que separar o material, então eu começo a reciclar pelas 7 hora, e vou até as 12. Das 12 eu já vou pra cidade.⁹⁷

⁹⁶ SANTOS, Neli. Entrevista realizada em 04 de março de 2009.

⁹⁷ BARBOSA, Arlindo. Entrevista realizada em 03 de março de 2009.

Ressalta-se a intensidade de sua jornada de trabalho, desempenhada em um ritmo intenso, percorrendo um longo trajeto, saindo da região do Porto Meira e circulando todo o centro da cidade, para depois retornar ao seu lar. Ele recebe a ajuda dos filhos, duas crianças na seleção dos materiais, e tem ainda um filho que trabalha *em uma firma*, que eventualmente pode dar algum auxílio através do seu salário. Se a renda de Arlindo é suficiente para sustentar sua família e seu animal, cabe ressaltar que isto se deve às suas 12 horas de jornada diária de trabalho, ao auxílio dos filhos na seleção dos materiais recolhidos e ao seu meio de trabalho lhe permitir carregar cargas maiores que os carrinhos normais, tanto pelo tamanho quanto pela tração do cavalo. No total de sua renda familiar, percebe-se que o valor é menor em relação aos cooperados que têm os rendimentos recebidos individualmente. Além disso, o cavalo que lhe representa auxílio na jornada trás também gastos com manutenção e manejo do animal.

Sua jornada de trabalho semanal também é mais extensa em relação aos catadores cooperados. Arlindo relata que trabalha seis dias por semana, em todos os feriados, para poder atender aos “pontos” onde lhe entregam os materiais com exclusividade, para não faltar com a necessidade destes locais em ter o material reciclável recolhido, como conta:

[...] Eu só folgo o domingo mesmo. O resto é direto, isso não tem, até no natal, natal, o primeiro do ano, tudo isso. É, porque é o compromisso também, dos meus condomínio, o compromisso de tirar o material, né. Porque senão enche demais, daí começa a catinar lá dentro.

Porém, a “folga” do domingo é utilizada para a realização de pequenos serviços domésticos. Após a entrevista, Arlindo mostrou sua casa, relatando que aos domingos, quando sobra algum dinheiro depois de supridas as necessidades de sua família, ele compra materiais de construção para terminar sua casa que ele mesmo tem construído há algum tempo.

Arlindo recebe uma renda que, segundo ele, teria caído pela metade desde o final de 2008, quando conseguia a quantia de aproximadamente R\$800,00. Para ele, nesta fase de crise, em que consegue de R\$400,00 a R\$450,00, há muita dificuldade em vender alguns tipos de materiais, e como tem um pequeno pátio, é possível armazenar alguma quantidade até que consiga vender a um preço mais elevado, como percebemos na Imagem 7. Atribui ainda um significado importante para a renda não monetária que compõe uma forma de possibilitar o suprimento de necessidades da família, com as doações que recebe de alimentos, roupas, calçados, fogões e outros móveis que conserta e vende, colchões doados por hotéis ao final do ano, etc.

Minimamente é possível reforçar o caráter rudimentar da divisão do trabalho no caso dos catadores não cooperados. Os meios de trabalho também são mais simples e possibilitam condições de trabalho ainda piores em relação ao trabalho na cooperativa. Porém, independente das formas pelas quais se organizam os catadores, os dois compõem o que alguns estudos caracterizam como autonomia da profissão, como evidenciou-se no primeiro capítulo.

Após estas considerações sobre o trabalho dos catadores “particulares”, mostrar-se-á como se estrutura o trabalho na cooperativa de catadores desta cidade.

3.6 OS CATADORES COOPERADOS

Clementino nunca havia trabalhado como catador. Iniciou na atividade, já como coordenador do barracão onde atua, ao ser convidado por uma funcionária pública da Prefeitura Municipal, o que demonstra uma singularidade em seu caso:

[...] convidou pra fazer um, assim, uma sociedade de amigo, né. Trabalhar numa sociedade com os companheiro de catador pra, no barracão, nós damos um barracão pra vocês que tem balança, tem prensa, carrinho a gente dá pra vocês e vocês arrumam um grupo de companheiro, papeleiro e vão trabalhar, dividir o lucro pra vocês. [...] É, essa mulher que deu a ideia, né. Deu ideia e ela convidou um e outro. Aí fomos, interessou e vieram, viemos. Pegamos e viemos tudo pra aqui. Iniciamos com quinze companheiro aqui trabalhar. Aí a prefeitura ajudou nós em alguma coisa.⁹⁸

O catador Josiandro indica que ingressou na cooperativa de forma semelhante à inserção de Clementino. Além disso, ele já trabalhava como catador há quatro anos com a sua família.

A ideia surgiu do pessoal da Prefeitura, do meio ambiente, André Alliana, o Romildo que é o gestor hoje, do pessoal da coleta. Aí eles iam nos colégio [...] fazendo umas reuniãozinha, sempre fazendo. Aí, tal dia, tal mês tá surgindo a cooperativa, nós vamos montar um barracão pro pessoal que mora aqui no Jardim Canadá. E daí reunimos cerca de 30 catador pra gente inaugurar esse barracão, aí que surgiu a ideia e eu falei: eu vou! E daí veio minha família inteirinha pra cá, veio eu, minha mãe, meus irmão, minhas irmã, e daí inauguramos esse barracão. Demos início nesse barracão.⁹⁹

⁹⁸ NASCIMENTO, Clementino Jesus. Entrevista realizada em 19 de março de 2009.

⁹⁹ NASCIMENTO, Josiandro de Melo. Entrevista realizada em 06 de fevereiro de 2009.

Desta forma, nota-se que apesar dos princípios cooperativistas pautarem a construção de organizações coletivas que partam da livre iniciativa dos trabalhadores, temos no caso, a Prefeitura Municipal intervindo diretamente na formação da cooperativa. Isto demonstra o papel do Estado na organização e formação da cooperativa, reunindo trabalhadores para atuar neste Programa. Percebe-se também que, no processo de constituição da cooperativa, muitos trabalhadores nunca tinham desenvolvido esta atividade antes.

Este é um dos elementos que ajudam a reforçar a crítica por este estudo sustentada em relação às interpretações teóricas que compreendem as cooperativas como formas anticapitalistas de organização do trabalho, demonstrando ser uma maneira acrítica de visualizar uma ampla gama de experiências peculiares.

Clementino evidencia como funciona a divisão e organização do trabalho no Centro de Triagem que coordena, demonstrando a forma pela qual a cooperação é vivenciada atualmente. Ele começa explicando que o momento quando os materiais recicláveis chegam pelos carrinhos dos catadores após o trajeto da cata, assim:

[...] Vem, vem pelos carrinhos, vem por, por caminhão também, da, caminhão da prefeitura, é, assim, não da prefeitura, mais duma empresa que faz, que a prefeitura paga e trás esse material pros barracão, né. [...] pra todos os barracão. E também tem o, um que é, a cooperativa dos catador comprou um caminhão, por intermédio de ajuda da Itaipu, é, ela ajuda a gente de uma maneira que, que foi capaz de a gente é, financiar no banco o dinheiro pra comprar um caminhão, né. E é garantido, pode, pode comprar, faz parcelado lá que a gente.¹⁰⁰

Nota-se que além dos chamados “carrinheiros” (apenas quatro neste Centro de Triagem), a coleta é realizada por dois caminhões que recolhem no centro da cidade, um da empresa Vital e outro da cooperativa, adquirido por intermédio da Itaipu, para o qual cada barracão paga uma quantia mensal para o salário do motorista e combustível do veículo. Esta representa boa parte da fonte da cooperativa. Neste barracão, trabalham dezesseis pessoas, dentre estas os quatro “carrinheiros”. Clementino segue com a organização do trabalho na unidade da cooperativa:

[...] Aí esse pessoal, é, os carrinheiro não. Os carrinheiro, é que já fica um grupo de, de catador, de catador aqui dentro do galpão só pra separar, né. Separar as cor. É, nós mesmo que separa, né. [...] É, nós tudo. Separa, separa e prensa assim, que nem tá assim separado, né. Os carrinheiro depois que

¹⁰⁰ NASCIMENTO, Clementino Jesus. Entrevista realizada em 19 de março de 2009.

não tem, que faz o roteiro deles lá e sobra tempo, eles ajudam a gente aqui também. [...] Vai pra prensa.¹⁰¹

Verifica-se, então, que os materiais recicláveis com os quais trabalham partem de duas fontes geradoras e tem dois meios de chegarem ao centro de triagem. Por um lado, os quatro catadores fazem seus trajetos durante a jornada diária, passando por residências e comércios de sua área de abrangência. Por outro lado, os caminhões recolhem principalmente no comércio do centro da cidade levando os materiais recolhidos até os 9 barracões. Do restante do grupo, 10 catadores dividem-se no trabalho da seleção dos materiais por qualidade a ser prensada. Em seguida dois catadores específicos cuidam do trabalho realizado na prensagem dos materiais já separados, última etapa antes da venda destes.

Em geral são homens que manejam esta máquina, na qual não há muita rotatividade de trabalhadores por se tratar de um equipamento mais perigoso no trabalho, demandando cuidados e prática. Assim,

[...] eles já tem, pegaram a prática mais primeiro, né. E trabalha sempre o homem manejando a prensa. Trabalhou uma senhora que morava ali, que ela era muito interessada à prensa, trabalhou uns tempo na prensa, a mulher. Mais é difícil, né?¹⁰²

Então, após o material estar prensado, resta aguardar o caminhão do comprador vir até o barracão para carregar os fardos. Assim como foi relatado pelos outros catadores, seu Clementino expõe que após o final de 2008 a renda dos catadores baixou muito, sendo que estão recebendo uma média de R\$400,00 cada um, quando anteriormente atingiam de R\$500,00 a R\$700,00.

Apesar de ter pouca escolaridade, Clementino é quem elabora e controla as planilhas do barracão que coordena, com o auxílio de um companheiro, seu Salvador. Anota a quantidade de materiais recolhidos, vendidos, a presença dos catadores, etc. Segundo suas palavras:

[...] Nós aqui pagamos, paga o INSS, né. Só os aposentado que nem eu não paga. Mas os que não é aposentado paga. Tira, e tira uma porcentagem, que todo material que nós colhe aqui e vende, aí marca quantos quilo de papelão, quantos quilo de PET, quantos quilo de vidro, quantos quilo de ferro e leva na secretaria [de meio ambiente], lá eles passa na planilha, né. Tem uma planilha lá, assim mais ou menos, então passa o nome e o valor de que cada um que ganhou. Nós faz assim, quantos quilo de papelão, e tal, e soma tudo,

¹⁰¹ NASCIMENTO, Clementino Jesus. Entrevista realizada em 19 de março de 2009.

¹⁰² NASCIMENTO, Clementino Jesus. Entrevista realizada em 19 de março de 2009.

e quantos dia, a gente tem os dia marcado, meu e dele e dele. Daí soma quantos dia, 500 dia por exemplo, 300, daquele total de dinheiro divide pra ver quantos toca por dia. Então que nem aqui deu 18 por dia, esse aqui num é sempre. Não! Essa daqui deu 10 e pouco por dia, 10,80 ali ó. Mais tem outros que dá 17, dá 18, às vezes dá menos.¹⁰³

Percebe-se em sua fala que nesta unidade da cooperativa de catadores, ocorre o pagamento do INSS, como foi verificado na maioria dos casos, o que em geral é visto como um elemento positivo, principalmente no caso de doenças, onde o catador dispõe da possibilidade de receber auxílios em caso de acidente de trabalho ou aposentadoria.

Quanto ao controle dos dados do barracão, nota-se que tudo é anotado minuciosamente na planilha e levado à Prefeitura, sendo que um funcionário da Secretaria Municipal de Meio Ambiente auxilia no fechamento das contas do mês ou quinzena, para que se proceda ao pagamento dos catadores e do INSS, constituindo-se numa das principais assistências dadas pela Prefeitura Municipal, além do pagamento da luz e da água de todos os barracões.

A jornada de trabalho do barracão é de oito horas diárias, e no sábado até o meio dia, somando 44 horas semanais. Nos feriados não há expediente, exceto no caso de festas municipais onde realizam coleta de latas de alumínio, principalmente.

Neste caso, parecido com a realidade dos outros barracões, salvo algumas peculiaridades de cada local, as condições de trabalho mostraram-se mais amenas em relação aos catadores “particulares”, iniciando pelo armazenamento dos materiais que neste último caso, só pode ser feito na própria casa do catador quando não é vendido logo após o trajeto da cata. Josiandro é coordenador e administra a parte burocrática e tem domínio sobre as questões de planilhas e dados dos catadores de seu barracão, ele também fala sobre a organização no centro de triagem que coordena, explicando sobre a divisão do trabalho neste caso.

É, nós estamos, aqui hoje tem pouca pessoa trabalhando, estamos em dezoito. Está indo nove pra rua e nove está ficando aqui dentro. Não, na verdade que é uma divisão, que nem em cinco, aí tem dois, três pessoal que trabalha somente ali no hospital Costa Cavalcanti, trabalha o dia todo colhendo material ali, que ali é muito material. Aí é obrigado ficar dois ali. E dois faz, dois faz as empresa aqui do lado: hotel, supermercado ali em cima, nas redondeza aqui. E o restante, nove nas rua, nas casa, né, de casa a casa. E o que sobra, sobra, quatro, cinco que fica dentro do barracão, e um preneiro.¹⁰⁴

¹⁰³ NASCIMENTO, Clementino Jesus. Entrevista realizada em 19 de março de 2009.

¹⁰⁴ NASCIMENTO, Josiandro de Melo. Entrevista realizada em 06 de fevereiro de 2009.

Quanto à jornada de trabalho, o centro de triagem Jardim Canadá, coordenado por Josiandro, também funciona no horário comercial. É notável que o estabelecimento de uma jornada de trabalho definida é um ponto relevante para melhorar a qualidade de vida destas pessoas, sendo que o ritmo também é amenizado devido ao trabalho cooperativado se dar em um ambiente próprio para a execução das tarefas que executam. O pagamento do INSS também pode ser considerado um avanço ao garantir uma perspectiva de aposentadoria e de segurança em casos de acidentes de trabalho. Porém, é preciso ressaltar que isto demonstra uma forma encontrada para buscar alguma maneira de estabelecer um ponto de contato com os parâmetros encontrados em atividades formais.

Portanto, o que percebe-se na organização dos catadores de materiais recicláveis de Foz do Iguaçu não é uma forma de oposição ao circuito de produção e circulação capitalistas, mas uma forma de ter em sua atividade de trabalho condições um pouco menos degradantes para a execução de seu trabalho. Neste sentido, o que se pode notar é apenas uma aproximação às condições de trabalho vivenciadas em empresas tipicamente capitalistas. No entanto, o Estado age buscando formalizar uma atividade informal, através da cooperativa, isto fica marcado por um contexto no qual a tendência é justamente de ampliação do chamado setor informal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação é resultado de uma pesquisa na qual procura-se analisar o processo histórico de formação da cooperativa de catadores de Foz do Iguaçu, inserindo-se na discussão acerca do circuito capitalista de produção de materiais recicláveis no país. Para tanto, busca-se valorizar as experiências dos catadores que gentilmente concederam entrevistas, contribuindo com a construção deste trabalho, e possibilitando reflexões sobre as mudanças vivenciadas pelos trabalhadores nas últimas décadas.

A observação do cotidiano de trabalho destes numerosos trabalhadores na cidade e o contato com os catadores de Foz do Iguaçu já ocorre há aproximadamente cinco anos, quando começou-se uma pesquisa de iniciação científica que os tomava como objeto de estudo. Este foi o ponto de partida para a pesquisa de mestrado, tendo em vista o desenvolvimento histórico e as mudanças nas relações com os sujeitos com os quais interagem, como por exemplo, as ações desenvolvidas pelo Estado (cooperativa e legislação para disciplinar o trânsito) e o relacionamento com a população da cidade.

Neste trabalho buscou-se discutir as mudanças no mundo dos trabalhadores envolvidos na cata de recicláveis, que têm sido tomados como escopo de políticas públicas focadas à geração de renda e formalização do trabalho dito informal, como ocorre no caso da cooperativa de catadores aqui investigada. Desta forma, selecionou-se e discutiu-se a literatura que trata sobre o surgimento e o significado atual das cooperativas, especialmente no caso do Brasil. Para tecer uma análise crítica a esta vertente de interpretação - acerca do cooperativismo e a chamada economia solidária - foi necessário recorrer a conhecidos textos de autores como Rosa Luxemburgo. Sua contribuição consistiu em demonstrar a forma pela qual as cooperativas de catadores de materiais recicláveis, por mais organizadas que sejam, não conseguem romper com suas ligações com o circuito capitalista de produção e circulação de materiais recicláveis.

Deste modo, buscando uma alternativa às interpretações que sugerem uma suposta autonomia dos trabalhadores envolvidos com a cata de recicláveis frente ao capital, recorreu-se à trajetória e às interpretações dos catadores de recicláveis de Foz do Iguaçu sobre sua realidade, salientando a vivência deste processo histórico e como lidam com o que chamamos de trabalho precário.

O trabalho de registro das falas dos catadores demandou atenção e muito cuidado para perceber suas críticas ao circuito que movimentam com seu trabalho diário e, principalmente, analisar seus relatos de forma a respeitar seus pontos de vista, buscando não apenas reproduzir suas falas, mas sim demonstrando o que representam no processo histórico aqui analisado, de forma crítica. Este foi um grande desafio nesta pesquisa.

Alguns catadores demonstraram de forma indignada, outros com relatos menos revoltados, a atual situação de sua categoria, o modo pelo qual se constituem neste processo, e o mais importante, a maneira como vivem e constroem uma luta coletiva em prol de melhores condições de trabalho e de vida, mesmo com suas limitações, pois, apesar de suas peculiaridades, sofrem as mesmas formas de controle e disciplina vivenciadas por qualquer trabalhador.

Estudar as origens históricas das cooperativas possibilitou compreender que no momento em que surgiram, no século XIX, elas representavam uma forma de oposição e até mesmo uma alternativa ao capitalismo. Porém, estas importantes organizações não conseguiram consolidar-se e romper com o circuito capitalista de produção. Este limite histórico é fortemente ancorado no trabalho dos catadores cooperados, sendo que até mesmo nas cooperativas de catadores melhor organizadas, não há possibilidade de romper completamente com o setor capitalista, pois há a eminente necessidade de venda para as grandes indústrias recicladoras do país e, assim, agir diretamente na recuperação dos materiais recicláveis que resultam em novas embalagens e novos produtos a ser vendidos no mercado tipicamente capitalista. Esta é uma das principais críticas traçadas aos trabalhos de Paul Singer, que analisa as cooperativas como uma possibilidade de organização social alternativa ao capitalismo.

A partir da observação e análise da organização do trabalho da cata e da estruturação da cooperativa de catadores de Foz do Iguaçu, foi possível perceber que a intensidade e a duração da jornada de trabalho desempenhada para auferir a renda necessária ao sustento da família dos catadores são determinadas em última instância pelas indústrias recicladoras que estabelecem os preços dos materiais recicláveis.

Por sua vez, o Estado tem proposto várias ações voltadas aos trabalhadores pobres do país, como uma alternativa de “geração de renda” e “inclusão social” destes sujeitos. Buscou-se tratar deste assunto, primeiramente, apresentando a perspectiva adotada pela literatura sobre o tema, a fim de demonstrar a maneira como estes conceitos são tratados de forma abstrata, pois, as reivindicações dos trabalhadores, apontadas em suas falas, demonstram uma amplitude em relação a termos como o de cidadania, por exemplo, almejando melhores

condições de vida e principalmente o acesso ao trabalho, e em condições bastante diferentes das tão precárias que vivenciam. Os catadores compreendem que são explorados pelo capital, através do preço dos recicláveis, porém, não avançam para as causas estruturais desta exploração, visualizando, em um primeiro momento, apenas uma parcela da mais-valia que lhes é expropriada pelos atravessadores.

Sob a justificativa de buscar resgatar a “cidadania” e promover a “inclusão social” e “geração de renda” para estes trabalhadores, ações são efetivadas por diferentes instâncias do Estado, neste caso, a Secretaria Nacional de Economia Solidária –SENAES e a Itaipu, representando o governo federal e a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu.

A Prefeitura Municipal é um sujeito que desempenha papel importante neste processo. Promoveu uma campanha de conscientização junto à população local, a fim de minimizar os conflitos entre os catadores e a população da cidade. Os catadores relataram haver de fato melhorias depois desta campanha, pois assim, um maior número de moradores, pertencentes ao trajeto que desempenham em seu cotidiano, passou a fazer a seleção entre o lixo e os materiais recicláveis, facilitando a coleta e evitando que rasgassem sacolas para realizar tal separação dos recicláveis.

Assim, esta campanha, as ações de organização e a disciplinarização dos catadores - promovidas pela Prefeitura - pautavam ainda, no processo de constituição da cooperativa de catadores de Foz do Iguaçu, na construção de uma identidade do trabalho para estes trabalhadores, caracterizando-os como “agentes ambientais” e buscando regulamentar as condições de exercer a atividade para os catadores que trabalham com o auxílio de cavalos.

Ainda a partir da análise dos próprios catadores e dos documentos sobre os programas que os têm como público alvo, foi possível notar que não há projetos que deem conta de suprir as necessidades das famílias dos catadores, seja em relação ao trabalho e acompanhamento escolar das crianças, ou mesmo em relação ao acesso ao trabalho, pois, apenas uma pequena parcela dos catadores de Foz do Iguaçu pôde se tornar cooperados.

Uma questão instigante da pesquisa foi a compreensão acerca dos embates e conflitos travados pelos catadores cotidianamente. Foi um desafio perceber de que modo se constituem como sujeitos neste processo e interagem com as iniciativas estatais.

Por fim, pode-se perceber que os catadores que trabalham sem vínculos com a cooperativa dispõem de certa autonomia na definição de horários e organização de seu trabalho. Porém, trabalham com meios mais precários de execução de suas atividades, não dispondo de espaço específico para seleção e armazenamento e ainda, alia-se o trabalho

familiar neste caso, atingindo a maioria dos membros do núcleo familiar, em suas próprias residências.

Quanto ao trabalho dos catadores integrantes do “Programa Coleta Solidária”, é evidente que há algumas melhorias nas condições de trabalho e de vida, uma vez que a renda que auferem com a cata é individual, a jornada é definida e longe do ambiente de suas residências. Assim, o que ocorre é uma aproximação aos parâmetros do trabalho dito formal, o que não significa dizer que abrange todos os direitos trabalhistas conquistados historicamente pela classe trabalhadora no Brasil, para os catadores, uma luta ainda a ser construída.

Notamos ainda que, ao menos em um primeiro momento, é a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu que agiu recrutando trabalhadores (nem sempre catadores) para integrarem o programa, formando as nove unidades em funcionamento da cooperativa.

Portanto, nas diferentes formas de organização do trabalho (espontâneas ou instigadas pelo Estado) verificadas na cidade de Foz do Iguaçu, é possível dizer que nenhum catador consegue romper com o circuito capitalista de produção, mesmo os cooperados.

O que objetivou-se com esta pesquisa foi abrir questões e contribuir com as discussões acerca do mundo dos trabalhadores, sobretudo daqueles que vivem e desempenham suas atividades de forma tão precária, como no caso dos catadores. No entanto, a pesquisa realizada e a redação e sistematização resultante neste texto esbarram no próprio limite temporal, sendo que este é um processo complexo e sob constantes mudanças, no qual surgem com frequência novos embates e novas questões a serem discutidas.

FONTES

FONTES PRIMÁRIAS

ARAÚJO, Herton *et al.* **Avaliação das políticas públicas de economia solidária (relatório final do convênio MTE/IPEA/ANPEC – 01/2003)** Brasília: MTE, IPEA, ANPEC, 2005. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_avaliacao_politicas_publicas.pdf. Acesso em 28 de novembro de 2008.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)**. 2002. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/cbsite>. Acesso em 19 de maio de 2009.

_____. **Decreto Federal nº 5.940 de 25 de outubro de 2006**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em 05 de abril de 2009.

_____. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 21 de maio de 2009.

_____. **Lei nº 8.949 de 09 de dezembro de 1994**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br>. Acesso em 05 de outubro de 2009.

CEMPRE. Disponível em: <http://www.cempre.org.br>. Acesso em 15 de julho de 2008.

DOSSIÊ. Organizado pelo catador Claudemir Gomes das Neves, contém matérias de jornais referentes aos catadores e a cooperativa, folders, materiais de divulgação do Programa Coleta Solidária, modelos de “termo de adesão de cooperado”, “comprovante de recebimento de materiais”, recibo, e algumas folhas de pagamento.

FOZ DO IGUAÇU. Disponível em: <http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br>. Acesso em 18/09/2008.

_____. **DIAGNÓSTICO: “Coleta Seletiva Sem Catador é Lixo, janeiro a dezembro de 2005”**. 2006.

_____. **Lei nº 2.356 de 22 de dezembro de 2000**. Disponível em: <http://www.leismunicipais.com.br>. Acesso em 06 de abril de 2009.

_____. **Lei nº 3.512 de 18 de dezembro de 2008**. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/714511/lei-3512-08-foz-do-iguacu-pr>. Acesso em 06 de abril de 2009.

ITAIPU. Disponível em: <http://www.itaipu.gov.br>. Acesso em 30 de janeiro de 2009.

_____. **Material produzido para o Programa Cultivando Água Boa.** Arquivo enviado à autora por e-mail em 27 de novembro de 2008a. Vinícius Ortiz, Divisão de Ação Ambiental – Itaipu.

_____. PG11 - Coleta Solidária. **Carrinho elétrico desenvolvido pela Itaipu chega aos catadores de materiais recicláveis.** Arquivo enviado à autora por e-mail em 27 de novembro de 2008b. Vinícius Ortiz, Divisão de Ação Ambiental – Itaipu.

_____. **Programa Coleta Solidária.** Arquivo recebido por e-mail de Luiz Carlos Matinc (Gestor do Projeto Coleta Solidária – Itaipu Binacional) em 30 de março de 2009.

_____. Projeto Coleta Solidária – Situação em novembro de 2008. **Melhorar a qualidade ambiental passa pela sustentabilidade de segmentos sociais vulneráveis.** Arquivo enviado à autora por e-mail em 27 de novembro de 2008c. Vinícius Ortiz, Divisão de Ação Ambiental – Itaipu.

MNCR. Disponível em: <http://www.mncr.org.br>. Acesso em 19 de maio de 2009.

_____. **Programa de Formação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.** Junho de 2005. Disponível em: <http://www.mncr.org.br>. Acesso em: 08 de julho de 2008.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **IC – Inquérito Civil nº 211/02.** – Procuradoria Regional do Trabalho 9ª Região.

NASCIMENTO, Cláudio. **A Autogestão e o “Novo Cooperativismo”.** Texto para **Discussão.** Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Acesso em 28/11/2008.

PARANÁ. **Lei nº 12.493** de 22 de janeiro de 1999. Disponível em: <http://celepar7cta.pr.gov.br>. Acesso em 20 de maio de 2009.

SINGER, Paul. **A Economia Solidária no Governo Federal.** IPEA. nº 24. Mercado de Trabalho. Brasília, agosto de 2004a. Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Acesso em 28/11/2008.

_____. **Desenvolvimento: significado e estratégia. Texto para Discussão.** Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária. Brasília, 2004b. Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Acesso em 28/11/2008.

_____. **É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres? Texto para Discussão.** Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária. Brasília, 2004c. Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Acesso em 28/11/2008.

FONTES SECUNDÁRIAS

ANDERSON, Perry *et al.* “A trama do Neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social”. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo - As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

BERNSTEIN, Eduard. **Socialismo Evolucionário**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1997.

BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho “informal”: o caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, Vol. 23, nº 67, p. 101-116, jun. 2008.

_____. **Relatório Técnico Parcial de Bolsa Produtividade de Pesquisa / Fundação Araucária**. Marechal Cândido Rondon. Fevereiro de 2009.

_____. **Relatório Final Circunstanciado de Projeto de Pesquisa: A organização capitalista do trabalho “informal”: trajetórias ocupacionais e identidade laboral dos catadores de recicláveis do Oeste do Paraná**. Marechal Cândido Rondon. Agosto de 2009.

BOSI, Antônio de Pádua; VARUSSA, Rinaldo José. “O Trabalho em Disputa”. In: PORTELLI, Alessandro *et al.*; VARUSSA, Rinaldo José (Org.). **Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2009.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista. A degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

CARDIN, Eric Gustavo. **Sacoleiros e “Laranjas” na Tríplice Fronteira: Uma análise da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo**. Araraquara/SP, 2006. 140 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

CESCONETO, Eugênia Aparecida. **Catadores de lixo: uma experiência da modernidade no oeste paranaense (Toledo, 1980/1999)**. Niterói/RJ, 2002. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal Fluminense.

MAGERA, Márcio. **Os Empresários do Lixo: um paradoxo da modernidade: análise interdisciplinar das Cooperativas de reciclagem de lixo**. Campinas: Editora Átomo, 2005.

COUTO, Ana Mágnia Silva. **Das sobras à indústria da reciclagem: a invenção do lixo na cidade (Uberlândia – MG, 1980 – 2002)** Tese de Doutorado em História Social. PUC-SP, 2006.

DAGNINO, Evelina. “Os Movimentos Sociais e a Emergência de uma Nova Noção de Cidadania”. In: **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

DAVI, Elen Patrícia de Jesus Silva. **Trabalhadores na “Fronteira”: experiências dos sacoleiros e laranjas em Foz do Iguaçu – Ciudad Del Este (1990-2006)**. Marechal Cândido Rondon/PR. 2008. 140 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

ESCURRA, Maria Fernanda. **Sobrevivendo do Lixo: população excedente, trabalho e pobreza**. Rio de Janeiro/RJ, 1997. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma Social ou Revolução?** Global Editora: São Paulo, 1990.

_____. Reforma Social ou Revolução? In: NAMORADO, Rui. **Cooperativismo e Socialismo**. Coimbra: Centelha, 1974.

MARX, Karl. A Produção Capitalista é Produção de Mais-Valia. In: **Capítulo VI. Inédito de O Capital**. São Paulo: Centauro Editora, 2004.

_____. Produção progressiva de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva. In: **O Capital – livro I, volume 2 (capítulo XXIII)**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. Extracto das Resoluções do Primeiro Congresso da A.I.T., reunido em Génève, em setembro de 1866. In: NAMORADO, Rui. **Cooperativismo e Socialismo**. Coimbra: Centelha, 1974.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **A política de cooperativização agrícola do Estado Brasileiro (1910-1945)**. Niterói: EdUFF, 2002.

NAMORADO, Rui. **Cooperativismo e Socialismo**. Coimbra: Centelha, 1974.

OLIVEIRA, Francisco. **A Economia Brasileira: crítica à razão dualista**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Maria Vany. **Entre ruas, lembranças e palavras: a trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte**. Belo Horizonte/MG, 2001. 288 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

PALOMINO, Héctor. Los sindicatos y los movimientos sociales emergentes del colapso neoliberal en Argentina. In: TOLEDO, Enrique de la Garza (Org.) **Sindicatos y Nuevos Movimientos Sociales en América Latina**. 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. Os meios que se perderam dos fins: cooperativas fabris e autogestão de trabalhadores. **Revista Outubro. Revista do Instituto de Estudos Socialistas**. n.17, São Paulo: 2008.

PELISSER, Sônia. **Cooperativismo e Precarização do Trabalho: análise sobre a cata de recicláveis na cidade de Foz do Iguaçu/PR (1990-2006)**. Marechal Cândido Rondon,

2006.62 p. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE.

PETITFILS, Jean-Christian. **Os Socialistas Utópicos**. Círculo do livro: São Paulo, 1977.

PICCININI, Valmiria Carolina. **Cooperativas de trabalho de Porto Alegre e flexibilização do trabalho**. Sociologias. Porto Alegre, n. 12, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 17 de outubro de 2006.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Revista Tempo**. Rio de Janeiro, UFF/Relume-Dumará, vol. 1, nº 2, 1996.

RIBEIRO, Marlene. **Exclusão: problematizando o conceito para análise da educação produzida nos movimentos sociais populares**. Trabalho apresentado na 22ª reunião anual da Anped. Caxambu, 1999. Disponível em: <http://scielo.br>. Acesso em 12 de outubro de 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVA, Luiz Antonio Machado. Da Informalidade à Empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). **Caderno CRH** (Centro de Recursos Humanos), Salvador, n.37. p.81-109. Jul/dez. 2002.

SILVA, Felipe Luiz Gomes e. **Trabalho, “exclusão social” e pauperismo no século XXI**. Anais do III Simpósio Gepal – Grupo de Estudos de Política da América Latina, Londrina, 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirogepal>. Acesso em: 26 de junho de 2009.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. (Orgs.) **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Uma Utopia Militante: repensando o socialismo**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

_____. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. “Padrões e Experiências”. In **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.179-224.

VARUSSA, Rinaldo José. Catadores de papel em Marechal Cândido Rondon, PR: memórias, narrativas, experiências de vida e de trabalho. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto; KHOURY, Yara Aun. (Orgs.) **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. Rio de Janeiro, Record, 1997.

VIEITEZ, Candido Giraldez; DAL RI, Neusa Maria. **Trabalho associado: Cooperativas e empresas de autogestão**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FONTES ORAIS

FREITAS, Milton. Entrevista concedida em 31 de janeiro de 2009. Catador coordenador do Centro de Triagem Campos do Iguaçu. Realizada por Sônia Pelisser na residência do catador, no bairro Campos do Iguaçu, Foz do Iguaçu-PR.

GONÇALVES, Geraldo. Entrevista concedida em 03 junho de 2006, realizada nas dependências do Centro de Triagem Morumbi I.

MERTIG, Viviane. Entrevista concedida por bem 19 de março de 2009. Catadora representante do Instituto Lixo e Cidadania e do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis em Foz do Iguaçu. Realizada por Sônia Pelisser e Antônio de Pádua Bosi, nas dependências do Centro de Triagem Morumbi I, Foz do Iguaçu-PR.

NASCIMENTO, Clementino Jesus do. Entrevista concedida em 19 de março de 2009. Catador coordenador do Centro de Triagem Vila C. Realizada por Sônia Pelisser e Antônio de Pádua Bosi, nas dependências do barracão, no bairro Vila C, Foz do Iguaçu-PR.

NASCIMENTO, Josiandro Melo. Entrevista concedida em 06 de fevereiro de 2009. Catador coordenador do Centro de Triagem Jardim Canadá. Realizada por Sônia Pelisser nas dependências do barracão, no bairro Parque Presidente, Foz do Iguaçu-PR.

NEVES, Claudemir Gomes das. Entrevista concedida em 23 de julho de 2008. Catador coordenador do Centro de Triagem Profilurb II. Realizada por Sônia Pelisser nas dependências do barracão, no bairro Profilurb II, na região do Porto Meira, Foz do Iguaçu-PR.

OLIVEIRA, Adriana de. Entrevista concedida em 22 de julho de 2008. Catadora coordenadora do Centro de Triagem Morumbi I. Realizada por Sônia Pelisser nas dependências do barracão, no bairro Morumbi I, região do São Francisco, Foz do Iguaçu-PR.

SANTOS, Neli dos. Entrevista concedida em 04 de março de 2009. Catadora não cooperada residente na região do São Francisco. Realizada por Sônia Pelisser e Cíntia Fiorotti Lima, na residência da catadora, no bairro Morumbi I, Foz do Iguaçu-PR.

SANTOS, Regina dos. Entrevista concedida em 24 de julho de 2008. Catadora coordenadora do Centro de Triagem Jardim Petrópolis. Realizada por Sônia Pelisser nas dependências do barracão, no bairro Jardim Karla, Foz do Iguaçu-PR.

SILVA, Arlindo Barbosa. Entrevista concedida em 03 de março de 2009. Catador não cooperado residente na região do Porto Meira. Realizada por Sônia Pelisser na residência do catador, no bairro Morenitas II, Foz do Iguaçu-PR.

SILVA, Cleusa Cordeiro. Entrevista concedida em 31 de janeiro de 2009. Catadora vice-coordenadora do Centro de Triagem Profilurb II. Realizada por Sônia Pelisser na residência da catadora, no bairro Profilurb II, Foz do Iguaçu-PR.

SILVA, Márcia de Souza. Entrevista concedida em 16 de fevereiro de 2009. Catadora, vice-coordenadora do Centro de Triagem Cidade Nova. Realizada por Sônia Pelisser nas dependências do barracão, no bairro Cidade Nova, Foz do Iguaçu-PR.

ZIMERMANN, Ivone. Entrevista concedida em 04 de fevereiro de 2009. Catadora coordenadora do Centro de Triagem Portal da Foz. Realizada por Sônia Pelisser nas dependências do barracão, no bairro Portal da Foz, Foz do Iguaçu-PR.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS: CATADORES COOPERADOS

- 1) Qual o seu nome completo?
- 2) Tem telefone? Qual?
- 3) Qual sua idade?
- 4) Até que série estudou?
- 5) Recebe algum auxílio, alguma bolsa do governo?
- 6) Nasceu nesta cidade?
- 7) Como o senhor veio morar aqui?
- 8) O senhor sempre trabalhou com reciclados? Em que?
- 9) Gostaria que me contasse com que idade começou trabalhar e com que.
- 10) Já trabalhou com carteira assinada?
- 11) Que função o senhor tem na cooperativa?
- 12) Há aproximadamente quanto tempo trabalha com reciclados?
- 13) Como surgiu a ideia / oportunidade de ingressar na cata de reciclados?
- 14) O senhor só trabalha na cata e na cooperativa, ou também faz outros trabalhos?
- 15) Qual sua renda? Como funciona, vocês tem pagamento quinzenal, mensal?
- 16) Você acha justo o preço pago, tendo em vista seu trabalho?
- 17) Como surgiu a cooperativa?
- 18) Os catadores estavam interessados?
- 19) A prefeitura ajuda vocês? Como?
- 20) Existe uma pessoa específica da Prefeitura que auxilia vocês?
- 21) E como é que funcionam as reuniões da cooperativa? Quem dirige as reuniões? O que é discutido?
- 22) Como funciona o cadastramento dos catadores? Qualquer catador que procure vocês pode se cadastrar?
- 23) Quantos são cadastrados hoje na cooperativa?
- 24) Qual é o número de catadores que trabalham internamente na cooperativa?
- 25) E como é feita a escolha destes trabalhadores? E qual é a base do salário deles?
- 26) E na parte administrativa? Como funciona, quem é que trabalha, e como é escolhido?
- 27) Organização do trabalho na cooperativa, divisão do trabalho.
- 28) Como é a participação dos catadores nas reuniões e decisões que precisam ser tomadas?
- 29) A cooperativa oferece preços melhores que os dos atravessadores?
- 30) Sabe se tem muitos atravessadores aqui na região da cooperativa?
- 31) Como vocês procuram melhorar os preços?
- 32) O senhor sabe me dizer quem é que determina o preço dos materiais?
- 33) E pra onde que é mandado o material da cooperativa?
- 34) Quem procura estes compradores?
- 35) Ela tem que pagar alguma coisa pra prefeitura ou pra Itaipu, ou vai tudo pros catadores?

- 36) Existe algum financiamento?
- 37) Eu queria que o senhor me falasse sobre os projetos que a cooperativa tem.
- 38) Existe algum tipo de fiscalização, ou já sofreu repressão por parte desta fiscalização?
- 39) Contribui para o fundo de previdência?
- 40) Os cooperados contribuem para o INSS a fim de se aposentarem? Qual é a média?
- 41) Existem cursos para os catadores? Quem é que oferece estes cursos?
- 42) Tem limites de vagas ou todos os catadores participam?
- 43) Quais cursos você já fez?
- 44) Possui algum bem em seu nome?
- 45) Trabalha quantas horas por dia?
- 46) Quantos dias por semana? Inclusive nos feriados?
- 47) Você faz a cata em algum lugar específico na cidade? O trajeto é sempre o mesmo?
- 48) Os moradores ajudam vocês, doando alimentos, roupas, calçados, alguma coisa assim?
- 49) Como é a organização quanto às regiões da cidade para a cata de material feita com outros catadores?
- 50) Quais são as diferenças com os catadores “autônomos”?
- 51) Porque o senhor acha que os catadores não se interessam em vir para a cooperativa?
- 52) Consegue se sustentar com o capital que recebe da venda dos reciclados?
- 53) Sustenta quantas pessoas?
- 54) Alguém mais da sua família trabalha com reciclados?
- 55) Recebe alguma assistência da cooperativa, quando você está doente ou alguém de sua família?
- 56) Já sofreu algum acidente enquanto trabalhava?
- 57) Quem faz a manutenção do carrinho?
- 58) Eu queria que o senhor me explicasse sobre a divisão dos lucros da cooperativa.
- 59) Você sente-se satisfeito com este trabalho? Porque?
- 60) Você vê neste trabalho uma oportunidade de mudar de vida?

APÊNDICE B – ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS: CATADORES NÃO COOPERADOS

- 1) Qual o seu nome completo? Qual a sua idade?
- 2) Qual o seu endereço?
- 3) Tem telefone? Qual?
- 4) Tem filhos? Eles ajudam na cata?
- 5) Nasceu nesta cidade?
- 6) Como veio morar em Foz?
- 7) Há aproximadamente quanto tempo trabalha com reciclados?
- 8) Mais alguém de sua família trabalha catando? Como dividem o trabalho?
- 9) Como surgiu a ideia / oportunidade de ingressar na cata de reciclados?
- 10) Quais outros trabalhos já teve?
- 11) Gostava destes trabalhos?
- 12) Por que motivo parou de trabalhar com isto?
- 13) Já trabalhou com carteira assinada? Por quanto tempo?
- 14) Você já tentou conseguir outros trabalhos depois que tornou-se catador?

- 15) Pratica alguma outra atividade para complementar a renda, algum bico?
- 16) Você se sente satisfeito com este trabalho?
- 17) Você vê neste trabalho uma oportunidade de mudar de vida?
- 18) Você acha justo o preço pago pelos seus materiais, tendo em vista seu trabalho?
- 19) Existe algum tipo de fiscalização, ou já sofreu repressão por parte desta fiscalização?
- 20) Contribui para o fundo de previdência?
- 21) É cadastrado na cooperativa?
- 22) Você já trabalhou na cooperativa?
- 23) Já tentou entrar nela?
- 24) Porque não tem interesse em entrar?
- 25) Você acha que é melhor trabalhar sem ser cooperado?
- 26) Pra você, quais são as diferenças entre vocês e os cooperados? Quais as vantagens de trabalhar particular?
- 27) Já recebeu alguma coisa, da prefeitura, da Itaipu ou da cooperativa? Algum tipo de ajuda?
- 28) Você acha que eles poderiam fazer alguma coisa pra melhorar as condições dos catadores que trabalham particular?
- 29) Trabalha sozinho ou com outras pessoas?
- 30) Possui algum bem em seu nome?
- 31) Trabalha quantas horas por dia?
- 32) Quantos dias por semana? Inclusive nos feriados?
- 33) Você faz a cata em algum lugar específico na cidade, onde? O trajeto é sempre o mesmo?
- 34) Como é a organização quanto às regiões da cidade para a cata de material feita com outros catadores?
- 35) O material recolhido é sempre vendido, ou também o troca por outro tipo de mercadoria?
- 36) Pra quem vende os materiais?
- 37) Como se relaciona com o comprador dos seus materiais, ou cooperativa a quem entrega os reciclados?
- 38) Recebe alguma ajuda deste comprador?
- 39) Você seleciona o material da cata antes da entrega? Assim consegue melhores preços?
- 40) Como você faz para tentar encontrar melhores preços para os seus materiais?
- 41) Você armazena o material em casa?
- 42) Você entrega seus materiais todos os dias?
- 43) Qual é a sua renda mensal? Recebe de quanto em quanto tempo?
- 44) Você se sente explorado com este trabalho?
- 45) Recebe algum auxílio do governo?
- 46) Consegue se sustentar com o capital que recebe da venda de reciclado?
- 47) Recebe das donas de casa ou comércios, alimentos, calçados, roupas, móveis e outras coisas que ajudam sua família?
- 48) Quando você está doente ou alguém de sua família, como vocês fazem?

- 49) Já sofreu algum tipo de insulto, violência ou preconceito por causa do seu trabalho?
- 50) Já sofreu algum acidente quando trabalhava catando?
- 51) Os motoristas respeitam vocês no trânsito?
- 52) O carrinho é seu? Tem um ou mais carrinhos? Como o adquiriu?
- 53) Empresta ou aluga para alguém?
- 54) Quem faz a manutenção do carrinho?